



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**BRUNA CATANEO ZAMPARETTI**

**SAMBAQUI CABEÇUDA 01  
UM TERRITÓRIO RESILIENTE**

**Tubarão  
2014**

**BRUNA CATANEO ZAMPARETTI**

**SAMBAQUI CABEÇUDA 01  
UM TERRITÓRIO RESILIENTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Deisi Scunderlick Eloy de Farias.

Tubarão

2014

Zamparetti, Bruna Cataneo, 1990 -  
Z29 Sambaqui Cabeçadas 01 um Território resiliente / Bruna  
Cataneo Zamparetti -- 2014.  
155 f.; il. Color. ; 30 cm

Orientadora : Deisi Scunderlick Eloy de Farias.  
Dissertação (Mestrado)–Universidade do Sul de Santa  
Catarina, Tubarão, 2014.  
Inclui bibliografias.

1. Arqueologia. 2. Patrimônio Cultural. 3. Resiliência. 4.  
Significado. I. Farias, Deisi Scunderlick Eloy de. II.  
Universidade do Sul de Santa Catarina – Mestrado em Ciência  
da Linguagem. III. Título.

CDD (21. ed.) 930.1

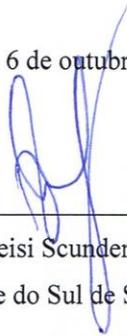
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

**BRUNA CATANEO ZAMPARETTI**

**SAMBAQUI CABEÇUDA 01  
UM TERRITÓRIO RESILIENTE**

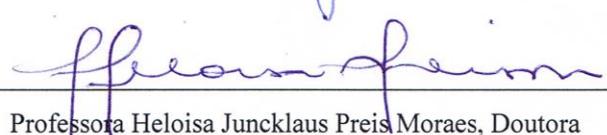
Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 6 de outubro de 2014.



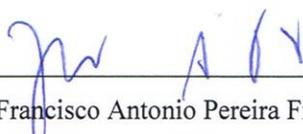
---

Professora e orientadora Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Doutora  
Universidade do Sul de Santa Catarina



---

Professora Heloisa Juncklaus Preis Moraes, Doutora  
Universidade do Sul de Santa Catarina



---

Professor Francisco Antonio Pereira Fialho, Doutor  
Universidade Federal de Santa Catarina

## AGRADECIMENTOS

Talvez a parte declaradamente emocional de um trabalho científico esteja concentrada neste pequeno trecho, por seu grande poder simbólico e significativo. Primeiramente agradeço aos meus pais, José Formentin Zamparetti e Marifran Maria Cataneo Zamparetti, por terem me dado toda uma estrutura afetiva e educacional. A eles todo meu amor e agradecimento eterno. Agradeço à minha matriarca e segunda mãe, avó Izanir Evangelista Cataneo (Nena), aos meus queridos e amados irmãos, Débora Cataneo Zamparetti e Matheus Cataneo Zamparetti, pelo apoio, estímulo e aprendizagem no lutar e dividir. Em âmbito acadêmico, não só como incentivador, mas como exemplo a ser alcançado, agradeço a meu tio Marciel Evangelista Cataneo. E, por compreender os momentos de tensão, estresse, tempos de estudo, tabulação, nervosismo, agradeço ao meu companheiro, amigo e esposo Elias Martins da Silva.

Adentrando a parte acadêmica, mas sem esquecer a amizade e parceria, agradeço inicialmente àquela que me orienta há sete anos: Deisi Scunderlick Eloy de Farias, muito obrigada por todas as orientações, momentos e principalmente pela confiança e incentivo de ir além.

Ele não me agradeceu em sua dissertação, mas amizade é ir muito mais além desses detalhes, agradeço ao amigo Geovan Martins Guimarães, pelas conversas, discussões, debates e assessoria. Agradeço também ao colega de mestrado e de docência Alexandro Demathé, pelas conversas e apoio para execução desta pesquisa. De forma geral, agradeço a todos do GRUPEP-Arqueologia pela parceria e auxílio.

Sem essas pessoas seria impossível a execução desta pesquisa, muito obrigado por disponibilizarem seus documentos, informações e histórias: Sr. Antônio Carlos Marega – acervo fotográfico de Laguna/SC; Silvana Silva de Souza – Museu Ferroviário de Tubarão; aos integrantes do Arquivo Municipal de Tubarão. Agradecimento muito especial às senhoras Maurília Teixeira Henrique; Itamar de Oliveira Quirino (conhecida como Anita); Telma Quirino Barreiros; Lilina Fernandes Lima; por terem disposto de um tempo precioso para compartilhar suas histórias, memórias e sentimentos, muito obrigada pela confiança. Agradecimentos à Ivone Nunes Feliciano, não só por seus relatos, mas por todo o empenho e disposição para me auxiliar na pesquisa de campo, sua participação foi essencial para a conclusão deste trabalho.

“Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem, ou que seus planos nunca vão dar certo, ou que você nunca vai ser alguém. (...) Se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo.” (Renato Russo).

## RESUMO

O Sambaqui Cabeçuda 01, pertencente ao município de Laguna/SC, datado de ±4120 AP, tem sofrido todo tipo de interferência ao longo do tempo, a começar por grupos ceramistas Jê, migrantes do centro-oeste brasileiro, e, posteriormente, pelos grupos ceramistas Tupi, migrantes da Amazônia. Esses dois grupos utilizaram esse sítio para assentamentos rápidos ou para o desenvolvimento de seus rituais. Com a vinda dos europeus, no século XVI, o sambaqui foi muito utilizado nas construções de estruturas urbanas, sendo esse tipo de atividade desenvolvido até o século XX, quando seu uso foi ampliado para aterros de estradas de ferro e de rodagem. Devido à sua magnitude, sempre chamou atenção, e por isso diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros realizaram investigações, interferindo na estrutura do sítio. Atualmente, está sendo escavado por uma equipe interinstitucional do Museu Nacional/UFRJ, MAE/USP e Grupep-Arqueologia/UNISUL, envolvendo estudantes e professores das três instituições. Todas essas ações, de alguma maneira, são responsáveis pela alteração do sambaqui. Percebe-se, ao longo da história, que esse monumento foi sendo (re)significado pelos diversos grupos que dele se apropriaram. Esse movimento promoveu momentos de destruição e de preservação, gerando tanto um ambiente tensionado (destruição) quanto protegido. Diante disso, questionou-se como ocorreram esses processos de (re)significação e resiliência pelos quais passou o sítio arqueológico Sambaqui Cabeçuda 01, no município de Laguna/SC, da década 30 do século XX até os dias de hoje. Objetiva-se, assim, compreender como os diversos grupos humanos que atuaram e atuam sobre o sítio arqueológico provocaram a sua “resiliência”.

Palavras-chave: Resiliência; Significado; Patrimônio Cultural.

## ABSTRACT

The Sambaqui Cabeçuda 01, in the city of Laguna / SC, dated  $4120 \pm$  A.P has suffered every kind of interference over time, starting with potters Jê groups, migrants from central-western Brazil, through the potters Tupi groups, migrants Amazon, these two groups used this site for quick settlements or the development of their rituals. With the coming of the europeans in the sixteenth century, sambaqui was widely used in construction of urban structures, and this type of activity performed until the twentieth century, when its use was expanded to landfills railways and road. Due to its magnitude always drew attention, and so many brazilian and foreign researchers conducted investigations, influencing the structure of the site. He is currently being excavated by an interagency team from the National Museum / UFRJ, MAE / USP and GRUPEP-Archaeology / UNISUL involving students and faculty from the three institutions. All these actions somehow are responsible for changing the sambaqui. It is perceived throughout history, that this monument (re) was being signified by the various groups that it has appropriated. This movement promoted moments of destruction and preservation, creating both a stressed environment (destruction) while protected. Therefore, we questioned how these processes of (re)signification and resilience they passed the archaeological site Sambaqui Cabeçuda 01 in the city of Laguna / SC decade of the 30th century until the present day occurred. The objective was to understand how different groups of people who acted and act on the archaeological site, caused his "resilience".

Keywords: Resilience; Meaning; Culture Heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Sambaqui da Carniça em processo de mineração. ....	30
Figura 2: Perfil do Sambaqui Cabeçuda 01 exposto em pesquisas arqueológicas. ....	32
Figura 3: Perfil do Sambaqui Cabeçuda 01 exposto em pesquisas arqueológicas. ....	32
Figura 4: Perfil do Sambaqui Cabeçuda 01 estudado por Castro Faria. ....	33
Figura 5: Perfil do Sambaqui Cabeçuda 01 estudado por Castro Faria. ....	33
Figura 6: Castro Faria recuperando vestígios bioantropológicos no Sambaqui de Cabeçuda, em 1950/51. ....	33
Figura 7: Sepultamento exumado por Castro Faria em 1950/51. ....	33
Figura 8: Proposta de Intervenção do Sambaqui Cabeçuda 01 ....	34
Figura 9: Croqui esquemático da área escavada. ....	35
Figura 10: Escavação da área A. ....	36
Figura 11: Escavação da área A. ....	36
Figura 12: Trincheiras abertas na área B. ....	36
Figura 13: Trincheiras abertas na área B. ....	36
Figura 14: Vista da Antiga Estação Ferroviária de Cabeçuda no sentido norte-sul da linha férrea. ....	38
Figura 15: Trabalhadores na antiga estação ferroviária de Cabeçuda em 1901, à direita, ao fundo, nota-se o Sambaqui Cabeçuda 01. ....	38
Figura 16: Ponte ferroviária da Laranjeira, vista no sentido sul-norte. Ao fundo o Sambaqui Cabeçuda 01 ....	40
Figura 17: Ponte ferroviária da Laranjeira, vista no sentido sul-norte. Ao fundo o sambaqui. ....	40
Figura 18: Início da construção do aterro da segunda ponte férrea, de concreto. ....	41
Figura 19: Início da construção do aterro da segunda ponte férrea, de concreto. ....	42
Figura 20: Início da construção do aterro da segunda ponte férrea, de concreto. Ao fundo o sambaqui. ....	42
Figura 21: Processo de mineração do Sambaqui da Carniça em Campos Verdes, Laguna/SC. ....	46
Figura 22: Caieira instalada no sambaqui Jabuticabeira II, Jaguaruna – SC, 1962. ....	48
Figura 23: Sambaqui do Perrixil sendo minerado. Laguna – SC, 1966. ....	49
Figura 24: Trabalhadores na estação ferroviária de Cabeçuda em 1901, à direita, ao fundo, nota-se o Sambaqui Cabeçuda 01. ....	50
Figura 25: Estrutura de antigo forno da Caieira ainda visível no Sambaqui Cabeçuda 01. ....	51
Figura 26: Estrutura de antigo forno da Caieira ainda visível no Sambaqui Cabeçuda 01. ....	51
Figura 27: Sambaqui de Cabeçuda sendo desmontado para fabricação da cal. Laguna – SC, 1962. ....	51
Figura 28: Indústria caieira no Sambaqui Cabeçuda 01. ....	52
Figura 29: Indústria caieira no Sambaqui Cabeçuda 01. Lado sul, ao fundo o bairro de Bananal. ....	52
Figura 30: Indústria caieira no Sambaqui Cabeçuda 01. Lado sul. ....	53

Figura 31: Ponte Férrea do Canal de Laranjeiras. ....	56
Figura 32: Estrada de rodagem BR 101 próxima de ser aberta ao tráfego, em 1970. ....	56
Figura 33: Aterro ao lado do Sambaqui Cabeçuda 01, formando uma praia artificial... 57	57
Figura 34: Impacto visual da ponte Anita Garibaldi ao sítio arqueológico..... 57	57
Figura 35: Impacto visual da ponte Anita Garibaldi ao sítio arqueológico..... 58	58
Figura 36: Aterro ao lado do Sambaqui Cabeçuda 01, formando uma praia artificial... 58	58
Figura 37: Vista da Cidade Laguna a partir do Morro do Hospital no Centro Histórico, século XIX..... 60	60
Figura 38: Vista aérea do bairro de Cabeçuda de 1957..... 62	62
Figura 39: Vista aérea do bairro de Cabeçuda de 1978..... 62	62
Figura 40: Vista aérea do bairro de Cabeçuda de 2013..... 63	63
Figura 41: Ocupação irregular em cima do Sambaqui Cabeçuda 01 ..... 64	64
Figura 42: Ocupação irregular em cima do Sambaqui Cabeçuda 01 ..... 64	64
Figura 43: Ocupação irregular em cima do Sambaqui Cabeçuda 01 ..... 64	64
Figura 44: Ocupação irregular em cima do Sambaqui Cabeçuda 01 ..... 64	64
Figura 45: Mapa aponta residências construídas na área do sítio arqueológico..... 65	65
Figura 46: Evidência do sítio arqueológico ao lado da residência. .... 66	66
Figura 47: Muro construído em cima de oficina lítica. .... 66	66
Figura 48: Placa de venda sobre o sítio arqueológico Cabeçuda 01. .... 66	66
Figura 49: Ocupação irregular no Sambaqui Cabeçuda 01. .... 67	67
Figura 50: Plantação de bananeiras e despejo de entulho no Sambaqui Cabeçuda 01... 67	67
Figura 51: Entrevista com Dona Maurília. .... 88	88
Figura 52: Entrevista com Dona Anita e sua filha Telma. .... 88	88
Figura 53: Entrevista com Dona Lilina. .... 88	88
Figura 54: Aplicação de formulários da comunidade de Cabeçuda - Laguna/SC..... 99	99
Figura 55: Aplicação de formulários da comunidade de Cabeçuda - Laguna/SC..... 99	99
Figura 56: Aplicação de formulários da comunidade de Cabeçuda - Laguna/SC..... 99	99
Figura 57: Aplicação de formulários da comunidade de Cabeçuda - Laguna/SC..... 99	99

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos entrevistados .....	101
Gráfico 2: Grau de escolaridade dos entrevistados .....	102
Gráfico 3: Local de nascimento dos entrevistados .....	103
Gráfico 4: Tempo de moradia dos entrevistados no bairro de Cabeçuda, Laguna/SC. ....	104
Gráfico 5: Ocupação dos entrevistados. ....	105
Gráfico 6: Renda mensal dos entrevistados.....	106
Gráfico 7: Conhecimento dos entrevistados sobre a história e formação do Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC. ....	107
Gráfico 8: Percepção da comunidade sobre as transformações ocorridas no bairro. ...	108
Gráfico 9: Conhecimento da comunidade acerca do que é um sambaqui. ....	109
Gráfico 10: Conhecimento da comunidade acerca do Sambaqui Cabeçuda 01. ....	110
Gráfico 11: Diagnóstico do conhecimento da comunidade acerca do que é um sambaqui e sobre o sambaqui local por grau de escolaridade. ....	111
Gráfico 12: Meios de transmissão de conhecimento acerca do Sambaqui Cabeçuda 01. ....	112
Gráfico 13: Meios de transmissão de conhecimento acerca do Sambaqui Cabeçuda 01, por grau de escolaridade dos entrevistados. ....	113
Gráfico 14: Percepção da comunidade acerca do grau de integridade do Sambaqui Cabeçuda 01. ....	114
Gráfico 15: Percepção, por grau de escolaridade dos entrevistados, acerca do grau de integridade do Sambaqui Cabeçuda 01. ....	115
Gráfico 16: Elementos destrutivos ao sítio arqueológico vivenciados pelos entrevistados .....	116
Gráfico 17: Diagnóstico sobre a necessidade de preservação do patrimônio arqueológico. ....	117
Gráfico 18: Diagnóstico sobre a necessidade de preservação do patrimônio arqueológico, por grau de escolaridade dos entrevistados .....	117
Gráfico 19: Significado dos entrevistados para com o Sambaqui Cabeçuda 01 .....	118
Gráfico 20: Produção significativa acerca do Sambaqui Cabeçuda, por grau de escolaridade. ....	119

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Roteiro de entrevista gravada. ....	89
Quadro 2: Quadro de normas para a transcrição de entrevista oral.....	90
Quadro 3: Estrutura dos formulários aplicados no Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC. .	100
Quadro 4: Classificação de ocupação para pesquisas domiciliares.....	104

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>PROCESSOS RESILIENTES DO SAMBAQUI CABEÇUDA 01</b> .....	<b>18</b>
2.1	PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO SAMBAQUI CABEÇUDA 01.....	31
2.2	A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TEREZA CRISTINA.....	36
2.3	INDÚSTRIA CAIEIRA NO SAMBAQUI CABEÇUDA 01. ....	45
2.4	CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR 101 .....	55
2.5	CRESCIMENTO URBANO DO BAIRRO DE CABEÇUDA.....	59
<b>3</b>	<b>SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS</b> .....	<b>68</b>
3.1	A PRODUÇÃO SIMBÓLICA DO SAMBAQUI CABEÇUDA O1 .....	82
3.1.1	A utilização da História Oral na coleta de dados.....	82
3.1.1.1	Entrevistas com moradores do Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC.....	87
3.1.2	A utilização de formulários na coleta de dados quantitativos .....	98
3.1.2.1	Entrevista com a comunidade de Cabeçuda Laguna/SC. ....	99
3.2	DISCUSSÃO DOS DADOS .....	120
<b>4</b>	<b>FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO E AÇÕES PRESERVACIONISTAS</b> .....	<b>127</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>142</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>147</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>152</b>
	<b>APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO DE PESQUISA QUANTITATIVA UTILIZADO NA PESQUISA.</b> ....	<b>153</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>154</b>
	<b>ANEXO 1 – RELATÓRIO DE VISTORIA Nº16/2013 – IPHAN/SC</b> .....	<b>157</b>
	<b>ANEXO 2 - CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL.</b>	<b>158</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Estado de Santa Catarina abriga em seu território diversos tipos de sítios arqueológicos ainda bem preservados. Esse fato atrai pesquisadores de várias universidades nacionais e internacionais. Um dos tipos de sítios arqueológicos mais estudados são os sambaquis, cujo nome origina-se da língua Tupi, que significa *monte de conchas*. Esse sítio possui forma monticular e constitui-se basicamente por camadas de moluscos intencionalmente arranjadas. Estão distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando principalmente regiões lagunares e áreas recortadas por baías e ilhas. Variando bastante de tamanho, os sambaquis, no litoral catarinense, podem chegar a 70m de altura e 500m de comprimento (DEBLASIS et al, 2007).

Esses sítios exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros. Estes estratos são ricos em materiais orgânicos e possuem muitas estruturas distribuídas, como as de sepultamentos, encontradas na maioria dos sítios, e dispostas em locais preparados para a cerimônia funerária. Frequentemente são acompanhados por artefatos, oferendas alimentares e estruturas de combustão. Gaspar (2000, p.10) aponta, ainda, a presença de outros objetos no sítio arqueológico, tais como artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e manchas de fogueira, os quais constituem parte da estratigrafia do sítio. São os sítios arqueológicos mais antigos encontrados no litoral, com datas que remetem até 8000 AP <sup>1</sup>.

Trata-se de um patrimônio arqueológico pré-colonial construído intencionalmente por grupos de pescadores-caçadores-coletores que habitaram a quase totalidade do litoral brasileiro. Em sua maioria, os sambaquis são locais cerimoniais e que guardam vestígios da cultura material dos grupos que os construíram, indicando, ainda, elementos da cultura imaterial, representados pela mentalidade simbólica presentes nos vestígios dos rituais funerários e suas cerimônias (DEBLASIS et al, 2007). Passaram-se milhares de anos e tais sítios arqueológicos ainda hoje integram o cenário histórico catarinense. Nesse longo período de tempo, os sambaquis foram tema de discussões e receberam diversos significados, sendo continuamente (re)significados, conforme os diversos grupos humanos que escolheram esse ambiente para habitar,

---

<sup>1</sup> AP significa antes do presente e faz referência à datas anteriores à 1945, ano da descoberta do Carbono 14, elemento utilizado para datar evidências arqueológicas.

desde os indígenas que ocuparam o território sambaquieiro na Pré-História, até os colonizadores europeus que aqui chegaram a partir do século XVI.

Até meados da década de 60 a destruição dos sambaquis era frequente e intensa, devido à busca por conchas para a produção de cal, assim como para fins de aterro de estradas e áreas baixas. Nesse período foi promulgada a Lei Federal nº 3924, de 26 de julho de 1961, objetivando diminuir a depredação dos sítios arqueológicos, principalmente os sambaquis, que eram os mais visados pela indústria de cal e prefeituras locais.

Esse projeto de pesquisa enfocou o Sambaqui Cabeçuda 01, no município de Laguna/SC, (Mapa 01). Esse sambaqui, datado de  $\pm 4120$ AP, tem sofrido todo tipo de interferência, a começar por grupos ceramistas Jê, migrantes do Centro-Oeste brasileiro, passando pelos grupos ceramistas Tupi, migrantes da Amazônia. Esses dois grupos utilizaram esse tipo de sítio para assentamentos rápidos ou para o desenvolvimento de seus rituais. Com a vinda dos europeus, no século XVI, foi muito utilizado nas construções de estruturas urbanas, sendo essa atividade desenvolvida até o século XX, quando seu uso foi ampliado para aterros de estradas de ferro e de rodagem. Devido à sua magnitude, sempre chamou atenção, e, por isso, diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros<sup>2</sup> interferiram na sua estrutura. Atualmente, está sendo escavado por uma equipe interinstitucional do Museu Nacional/UFRJ, MAE/USP e Grupep-Arqueologia/UNISUL, envolvendo estudantes e professores das três instituições. Todas essas ações, de alguma maneira, são responsáveis pela alteração do sambaqui.

Durante o desenvolvimento dessas pesquisas, pode-se verificar que muitas partes do sítio ainda estão intactas. No último ano, as investigações conduzidas por Farias e equipe (2012) revelaram uma área funerária totalmente preservada, encontrada abaixo da moinha<sup>3</sup>. Shell-Ybert, pesquisando o mesmo sítio, em 2010, evidenciou oficinas líticas, entre outros elementos que vem a incentivar e animar os estudos neste sítio arqueológico (CARVALHO et al, 2011, p.389).

Esse (re)surgir para pesquisas arqueológicas chamou atenção para os processos históricos que modificaram o sítio arqueológico. Percebe-se, ao longo da história, que esse monumento foi sendo (re)significado pelos diversos grupos que dele

---

<sup>2</sup> Vários pesquisadores, como Castro Farias (1952,1955,1959), e integrantes de uma equipe envolvendo o Museu Nacional UFRJ; MAE/USP; GRUPEP/UNISUL (2010) realizaram e realizam pesquisas no Sambaqui Cabeçuda 01. (CARVALHO et al, 2011, p.389)

<sup>3</sup> Moinha é composta por conchas moídas e terra escura, proveniente de processos de mineração do sítio arqueológico. Nesta camada encontram-se objetos históricos tais como tijolo, ferro, louça entre outros.

se apropriaram. Esse movimento promoveu momentos de destruição e de preservação, gerando tanto um ambiente tensionado (destruição) quanto protegido. Diante disso, questiona-se: como ocorreram esses processos de (re)significação e resiliência pelos quais passou o sítio arqueológico Sambaqui Cabeçuda 01, no município de Laguna/SC, da década 30 do século XX até os dias de hoje?

Objetiva-se compreender como os diversos grupos humanos que atuaram/atuam sobre o sítio arqueológico provocaram/provocam a sua “resiliência”. Diante disso, pretende-se sugerir estratégias de preservação que levem em consideração as diversas formas de representação produzidas sobre o sítio arqueológico. Para alcançar tal objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar os fatores que colocam em risco a integridade do Sambaqui Cabeçuda 01; b) perceber os movimentos significantes e (re)significantes das diversas manifestações culturais, desde a década de 30 até a atualidade, a fim de entender como este processo resiliente decorre.

Trata-se de um trabalho inédito, pois nunca havia se pensado sobre como o patrimônio arqueológico pode apresentar processos de significação que o fazem construir um caráter resiliente. A pesquisa arqueológica utiliza métodos para responder questões relativas à organização social, cultural, econômica e política dos grupos pré-coloniais, no entanto, não discute sobre a forma como os sítios são encontrados, os fatores de risco e de proteção que envolvem os sítios arqueológicos, como: o avanço urbano; a relação das comunidades com os sítios em seu entorno; as leis de proteção ao patrimônio arqueológico; enfim, os vários elementos que produzem uma teia de significados entre a sociedade e a ideia de preservação dos sítios arqueológicos.

Essa dissertação se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo discute inicialmente o termo resiliência e suas implicações quando direcionado às questões patrimoniais em um mundo pós-moderno. Para isso, realizou-se um levantamento através de fontes documentais, iconográficas e relatos orais dos fatores de risco e proteção sofridos pelo sítio arqueológico Cabeçuda 01 dentro do limite temporal de 100 anos, tendo como categorias que envolvem os fatores de risco: pesquisas arqueológicas; construção da Ferrovia Dona Tereza Cristina; indústria caieira; construção da BR 101 e crescimento urbano do Bairro Cabeçuda. As categorias de proteção foram assim elencadas: leis federais, estaduais e municipais, atividades educativas, ações comunitárias a favor da preservação do sambaqui.

Todos esses fatores mapeados, de alguma maneira, produziram intervenções significativas no sambaqui, no entanto, o monumento arqueológico resiste ao tempo e

suas vicissitudes, tornando o sítio um elemento resiliente dentro de uma ação que se equilibra entre a destruição e a proteção.

O segundo capítulo objetiva apresentar a produção simbólica da comunidade de Cabeçuda sobre o patrimônio arqueológico. Inicia-se o capítulo com uma introdução acerca da produção simbólica inerente à condição do homem. Uma das teorias utilizadas na busca por tentar compreender esta produção simbólica foi a dos Arquétipos de Jung. Arquétipos são pré-formas contidas em nosso inconsciente que refletem em ações de nosso consciente. Para compreender esta produção simbólica, dois métodos de coleta de dados foram utilizados: entrevistas e aplicação de formulários. A entrevista utilizou a metodologia de História Oral, como principal elemento de coleta de dados, a partir de relatos de cinco antigas moradoras do bairro de Cabeçuda, as senhoras: **Maurilia Teixeira Henrique; Itamar de Oliveira Quirino (conhecida como Anita); Telma Quirino Barreiros; Lilina Fernandes Lima; Ivone Nunes Feliciano**. Os relatos contribuíram significativamente para o entendimento da relação da comunidade com o sambaqui e as formas de proteção e destruição do sítio.

O terceiro capítulo discute a questão patrimonial e a influência do nacionalismo na escolha dos patrimônios históricos e culturais, bem como na construção da identidade nacional. O objetivo desta discussão é mostrar estratégias de preservação que incluam as comunidades como peças fundamentais na escolha e proteção dos elementos do patrimônio nacional.

## 2 PROCESSOS RESILIENTES DO SAMBAQUI CABEÇUDA 01

O período atual recebe várias denominações que possui, na maioria das vezes, o mesmo sentido. Vive-se em um mundo pós-moderno (BAUMAN, 2001, 2006, 2012, 2009; HALL 2006) super-moderno (AUGÉ, 1994) ou contemporâneo (AGAMBEN, 2009), cujos movimentos são velozes e estão contidos em uma forma líquida. Essa velocidade, decorrente de mudanças sociais na pós-modernidade, liquefaz as bases sólidas da vida no século passado. Tudo o que foi construído, fortificado, solidificado não produz sentido em uma sociedade que recria-se constantemente. Bauman (2012) definiu esse momento da História como a era da reciclagem onde “(...) nada parece morrer de uma vez por todas, nada – nem a vida eterna – parece destinado a permanecer para sempre.” (BAUMAN, 2012, p.8).

Os lugares perdem constantemente seu papel e espaço na pós-modernidade, tornando-se territórios obsoletos e vulneráveis, ou ainda, não lugares (AUGÉ, 1994). Esta vulnerabilidade é gerada pela produção acelerada do novo que ameaça a sua integridade física e simbólica. (DEZEN- KEMPTER, 2012, p.1)

A vida na pós-modernidade é líquida (BAUMAN, 2001) e promove o deslocamento, o retorno, novos efeitos, novos impactos, sem limites. A vida líquida, ou líquido-moderna é:

(...) uma sociedade em que as condições sob as quais agem, seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. (BAUMAN, 2009, p.7)

É nesse contexto pós-moderno, liquefeito, que se propôs discutir um patrimônio arqueológico. A Arqueologia por si só, como ciência, vale-se da investigação do patrimônio material, para compreender as relações socioculturais das sociedades passadas. Essa discussão está apoiada sobre um termo novo para as Ciências Humanas, a resiliência.

A resiliência, conceito oriundo das Ciências Exatas, vem sendo utilizada recentemente nas Ciências Humanas. É um dos pressupostos para a sobrevivência na pós-modernidade. O uso do termo resiliência nas Ciências Humanas inicia-se na área da Psicologia. Rutter (1999, p.119), psicólogo e um dos principais teóricos da resiliência, mostra que o interesse de pesquisadores internacionais por essa área é recente, possuindo não mais que trinta anos.

No Brasil, os estudos em resiliência encontram-se ainda em estágio inicial. Por mais recente que seja esta discussão na psicologia brasileira, vários trabalhos já a expõem, tanto na teoria como na prática, mostrando o quanto está avançado o uso deste conceito para esta área. Dentro da psicologia, a resiliência consiste na capacidade do indivíduo de superar momentos estressantes sem modificações, traumas profundos. De acordo com Rutter (1999, p.119), o termo resiliência refere-se ao processo de superação de estresse ou algum tipo de adversidade. Colocando em termos operacionais, resiliência compõe-se de um indivíduo que, apesar de suas experiências em situações estressantes, obteve resultado positivo psicologicamente, ou seja, não desenvolveu traumas ou algum tipo de psicopatologia.

A resiliência encontra-se no processo interativo entre o indivíduo e o meio sociocultural, propiciando uma vida sadia apesar de situações não sadias. “Resiliência é uma capacidade universal que permite que uma pessoa, grupo ou comunidade previna, minimize ou supere os efeitos nocivos das adversidades” (Grotberg, 1995 p.7 apud Yunes, 2003).

O processo de resiliência só ocorre quando existem fatores de risco que coloquem em ameaça o indivíduo, a comunidade ou o patrimônio arqueológico. Os fatores de risco são os responsáveis por estimular ações de resposta, gerando resiliência. Em um indivíduo estes fatores de risco podem ser igualmente chamados de fatores de estresse. Hans Selye (1930) definiu estresse como sendo o conjunto de forças que provocam mudanças psicológicas protetoras dentro dos indivíduos quando os mesmos sofrem algum tipo de ataque (FLACH, 1991, p. 19).

Na análise de Dezen-Kempter (2012, p. 2), a mudança de lugares, sistemas e conceitos é inevitável. Portanto, administrar, conhecer e analisar a resiliência de determinado sistema teria como objetivo evitar que este se direcionasse para configurações indesejáveis, contudo, isto depende deste ser capaz de suportar choques externos.

Assim, torna-se necessário compreender onde é que o sistema possui resiliência e como é que ela pode ser ampliada, e para que isso ocorra é importante identificar pontos de intervenção que permitam aumentar a capacidade de adaptação deste sistema. (...) O conceito de resiliência tem implícito a capacidade de adaptação, de aprendizagem e de reestruturação contínua. (DEZEN-KEMPTER, 2012, p.2)

Alguns sistemas, lugares, ou patrimônios culturais já são resilientes, se adaptaram, transpuseram riscos, contudo muitas mudanças, transformações ainda

permeiam estes ambientes. Compreender como estes processos resilientes ocorreram ajuda-nos a pensar estratégias que estimulem constantemente este mesmo processo.

A resiliência não ocorre em indivíduos ou ambientes saudáveis, diante disso escolheu-se para ser investigado o Sambaqui Cabeçuda 01, que passou por vários agentes de risco ao decorrer de sua existência. Serão expostos, nesta pesquisa, os fatores de risco passíveis de registros (fotos, jornais, fontes orais), delimitados a partir do início do século 20. Outros fatores de risco ocorreram antes, com a interferência advinda da reocupação e (re)significação por parte de outros grupos indígenas pré-coloniais, que ocuparam a área do sítio arqueológico.

O Sambaqui Cabeçuda 01 foi primeiramente alterado com a construção do terminal ferroviário Cabeçuda e a ponte de ferro. Após este período, foi intensamente minerado por indústrias caieiras. Na década de 40, foi utilizado como aterro para a nova ponte férrea que posteriormente foi utilizado para a construção da BR 101. Na década de 60, os sítios arqueológicos foram protegidos pela Lei Federal nº 3.924, de julho de 1961, e a retirada de conchas para aterro e produção de cal passou a ser criminosa, mas não extinta por completo. O crescimento urbano do Bairro Cabeçuda começou a atingir a área do sítio arqueológico, que quase foi vendida. No ano de 2012, outro fator de risco surge, a duplicação da BR-101, quando se inicia o processo de construção da Ponte Anita Garibaldi. Um dos pilares de sustentação da ponte atinge diretamente uma parte periférica do sambaqui. Estas interferências ocorridas no sítio arqueológico serão trabalhadas individualmente, aliadas aos levantamentos realizados em registros fotográficos.

No contraponto dos fatores de risco estão os fatores de proteção. A função destes fatores é auxiliar na mudança das respostas do indivíduo, comunidade ou patrimônio, com o objetivo de diminuir os impactos dos fatores de risco. Os fatores de proteção são estimulados a partir do meio sociocultural que circunda o objeto em risco. Resiliência não é um processo nato do indivíduo, mas antes uma interação entre indivíduo e seu meio, variando a resposta do indivíduo ou grupo, ou até mesmo espaços, em relação aos riscos. O ambiente sociocultural pode ser fator decisivo para gerar ou não resiliência. “Um exemplo disso é a presença ou a ausência de um grande número de seres humanos que constituem um importante sistema de apoio.” (FLACH, 1991, p.12).

Esse sistema de apoio, relacionado a um patrimônio, está contido no conjunto de pessoas, comunidade, poderes públicos, que dão suporte, geram fatores de proteção e propiciam o seu processo de resiliência. Flach (1991, p.12) comenta sobre

tais sistemas de proteção e apoio: “nossas estruturas familiares, nossas condições de trabalho, toda a nossa cultura possuem características que podem enfraquecer ou reforçar nossa resiliência.”.

Bauman (2001, p. 42-43) reflete sobre os sistemas de apoio na “modernidade líquida”. Para ele, o processo de individualização, ou seja, no peso da responsabilidade sobre o indivíduo e não sobre os grupos ou estruturas coletivas, é inerente à modernidade. Contudo, este processo individualista se apresenta diferente da “modernidade pesada” para a “modernidade líquida. Os indivíduos da modernidade clássica ou pesada, caso fossem ‘desacomodados’ de seus estamentos e classes, iriam dispor de novos poderes e autonomia para buscar uma ‘reacomodação’, e não lhes faltariam lugares.

Na segunda modernidade, ou modernidade líquida, não “são fornecidos ‘lugares’ para a ‘reacomodação’, e os lugares que não podem ser postulados e perseguidos mostram-se frágeis e frequentemente desaparecem antes que o trabalho de ‘reacomodação’ seja completo.” (BAUMAN, 2001, p. 42). Os sistemas de apoio, como família, religião, Estado, identidade, apesar do individualismo corrente naquele período, ainda se constituíam na modernidade pesada. Já na modernidade líquida, esses sistemas se apresentam cada vez mais fluídos, inconstantes, cabendo ao indivíduo uma procura incessante na sua ‘reacomodação’.

Trazendo essa situação à luz da situação do patrimônio cultural, constata-se a incongruência do poder público no momento de criar elementos de proteção frente ao risco que o patrimônio é submetido. O individualismo produz um desligamento da comunidade sobre o patrimônio cultural. No processo do indivíduo centrado em si, aquilo que não o atinge diretamente não o interessa, havendo um descaso com o meio em que vive.

O processo resiliente “(...) tem implícito a capacidade de adaptação, de aprendizagem e de reestruturação contínua.” (DEZEN-KEMPTER, 2012, p. 2). Este processo, mesmo que seja pouco conhecido, acontece diariamente na pós-modernidade. A própria humanidade se apresenta resiliente, “multiforme, instável e instabilizante, caprichosa e cheia de surpresas.” (BAUMAN, 2012, p. 13). O mundo sofre os processos do dinamismo das transformações culturais que o modificam. Bauman (2012) afirma que o mundo apresenta a forma das pessoas que nele vivem, ou seja, é a representação das manifestações culturais, que são resilientes, se (re)significam, não sendo algo dado e

inalterável (BAUMAN, 2012, p. 14). O homem resiliente, que faz suas escolhas, é assim descrito por Bauman (2012, p. 18):

A ordem construída pelo homem é inimaginável sem a liberdade humana de escolher, a capacidade humana de se erguer acima da realidade pela imaginação, de suportar e devolver suas pressões.

Junqueira e Deslandes (2003) “defendem que o termo resiliência traduz conceitualmente a possibilidade de superação num sentido dialético, o que representa não uma eliminação, mas uma (re)significação do problema”. Ser resiliente não consiste em fazer os fatores de risco desaparecerem por completo, mas antes (re)significá-los, dar outro sentido para seguir adiante (Pesce et al 2004, p. 135).

A humanidade é resiliente, e é esta capacidade necessária para a vida humana que irá refletir em ações que também produzam territórios resilientes, constituindo espaços de memória, onde estão inseridos os elementos identitários de uma nação. Assim, as sociedades, para evitar que sua memória e história se esvaíam na liquidez da pós-modernidade, (re)significam os elementos do patrimônio cultural, evitando o desaparecimento da identidade patrimonial.

Algumas sociedades e ambientes não conseguem transcender as diversidades, e sucumbem. Quando este processo resiliente não ocorre, nem por parte do ecossistema e nem por parte dos sistemas sociais, tem-se o colapso. Tainter (1988) trabalha com sociedades complexas que entraram em colapso por não terem produzido fatores de proteção diante de fatores de riscos extremos. Há alguma misteriosa dinâmica interna para a ascensão e queda de civilizações? Não só para os vastos esforços humanos que tenham falhado misteriosamente, mas também para a implicação permanente dessas falhas. A implicação é clara: as civilizações são frágeis, as coisas são inconstantes (TAINTER, 1988, p. 2).

Diamond (2010) expõe como várias sociedades e manifestações culturais entraram em colapso em diversos períodos e ambientes. O autor avalia que as escolhas feitas pelas sociedades são as responsáveis pelo fracasso ou sucesso, já que a má gestão dos recursos naturais é uma das principais causas de desgastes desses recursos. Para Tainter (1988), o colapso de determinadas sociedades é/foi um processo sociopolítico que não apresenta consequências para as áreas da economia, arte e literatura. O colapso social e cultural é caracterizado por uma perda rápida de um nível de complexidade sociopolítica. Além da velocidade, a sociedade deve ter uma ou duas gerações

estabelecidas no nível de complexidade. O colapso, por sua vez, tem de ser rápido – levando não mais do que algumas décadas – e deve implicar uma perda substancial de estrutura sociopolítica. Perdas que são menos graves, ou levam mais tempo para ocorrer, devem ser consideradas casos de fraqueza e declínio, não colapso (TAINTER, 1988, p. 3).

Para as sociedades entrarem em colapso, alguns contextos são apresentados e são diretamente relacionados à desorganização das sociedades complexas, tais como: pouca estratificação social; menor índice de especialização econômica; controle descentralizado; desigualdade de distribuição de recursos; território pouco integrado, entre outros contextos que envolvem problemas políticos, econômicos e culturais.

O colapso das sociedades complexas surge quando o estresse é forte o suficiente para não gerar resiliência. “Não há meta mais elevada do que a sobrevivência” (TAINTER, 1988, p.19).

É provável, como afirma Ortega, que “A possibilidade de que uma civilização deve morrer duplica nossa própria mortalidade” (Tainter, 1988, p. 2). Contudo, Tainter (1988) acredita que a sociedade moderna, com a sua capacidade científica e tecnológica, seus recursos energéticos, e conhecimento da economia e da história, deve ser capaz de sobreviver a qualquer efeito e risco de um colapso, embora outros autores acreditem que esses mesmos fatores podem levar a sociedade ao colapso.

Tainter (1988, p. 42) traz onze situações que podem levar sociedades ao colapso, lembrando não tratar-se de uma ordem ou sequência necessária ao colapso, mas antes elementos que, juntos ou aleatoriamente, podem levar ao mesmo, pois consistem em fatores de risco não superados. **1.** Esgotamento ou a limitação de um recurso ou recursos vital na qual a sociedade depende; **2.** O estabelecimento de uma nova base de recursos; **3.** A ocorrência de alguma catástrofe insuperável; **4.** Resposta insuficiente às circunstâncias (ou seja falta de resiliência); **5.** Outras sociedades complexas; **6.** Invasores; **7.** Conflito de classes, contradições sociais, má gestão elite ou mau comportamento; **8.** Disfunção social; **9.** Fatores místicos; **10.** Possível concatenação de acontecimentos; **11.** Fatores econômicos.

Dentre todos esses fatores, destacam-se aqui os fatores ambientais, o esgotamento dos recursos naturais, a má gestão do ecossistema. Duas explicações principais para o colapso pela má gestão dos recursos consistem na:

(...) gradual deterioração ou destruição de uma base de recursos (geralmente a agricultura), muitas vezes devido a má gestão humana, e quanto mais rápida

essa perda de recursos deve-se a flutuações do meio ambiente ou mudanças climáticas. Ambos são pensados para causar colapso por esgotamento de os recursos sobre os quais uma sociedade complexa depende. (TAINTER, 1988, p.44)

Quando se trata de um patrimônio cultural arqueológico, além do ambiente sociocultural, considera-se o ecossistema em que ele está inserido. O ecossistema também se faz resiliente em decorrência de fatores ambientais. O próprio termo sustentabilidade, tão usado atualmente, consiste na capacidade de tentar, manter, criar uma capacidade adaptativa.

Desde sua construção até a atualidade, o sítio arqueológico está inserido e se utiliza do ecossistema. Atualmente a relação do homem com o meio ambiente está em crise, devido à superpopulação, ao uso abusivo dos recursos e à subsequente fadiga dos ecossistemas. Não que esta fadiga ambiental seja um privilégio da pós-modernidade, no entanto, é nesse período da História que está ocorrendo maior aceleração desse processo. Observa-se, com isso, uma fadiga não apenas dos sistemas naturais, mas também dos culturais. Os sítios arqueológicos são continuamente destruídos e repelidos em detrimento do uso abusivo de seus espaços. Em um artigo do Centro de Resiliência de Stockholm, intitulado **What is resilience? An introduction to social-ecological research**, de 2011, discutem-se questões ambientais acerca da utilização acelerada e depredatória do meio ambiente e como a resiliência faz-se necessária na preservação e valorização deste meio. A ecologia é outra área em que os processos resilientes devem ser estudados e debatidos como necessários à manutenção de ecossistemas e sistemas sustentáveis.

Para um ecossistema ser resiliente, ele pode envolver tempestades, incêndios e poluição, enquanto que para uma sociedade envolve a capacidade de lidar com eventos, tais como instabilidade política e desastres naturais em uma forma que seja sustentável a longo prazo. (2011, p. 6). A resiliência do ecossistema é apontada como necessária para evitar choques futuros, desastres e colapsos do ecossistema.

Investir na resiliência pode ser visto como um seguro contra choques futuros. Salvaguardando recursos críticos, as chances de ‘andar através de “choques – como eventos extremos – Isto é de fundamental importância considerando o futuro incerto e limitada compreensão da vulnerabilidade gerada pela mudança antropogênica. (2011, p.6)

O termo resiliência já possui uma bagagem de discussões dentro da ecologia e tem se mostrado eficiente para resoluções de ecossistemas em risco. Para Walker et al

(2004), a resiliência não deve ser pensada dissociada dos termos adaptabilidade e transformação. Os problemas ambientais são pensados por estes autores como sistemas sócio-ecológicos, uma vez que no cerne social é que podem ser encontrados os fatores de risco e proteção a um determinado sistema. Holling (1973) introduz o conceito de resiliência dentro da ecologia e o traduz como sendo a capacidade dos ecossistemas de persistirem em seu estado original, mesmo sujeito a perturbações. (WALKER ET AL 2004, p. 1).

Walker (2004, p. 2) define resiliência como sendo a capacidade de um sistema de absorver perturbações e se reorganizar, passando por mudanças, de modo a ainda ter essencialmente a mesma função, estrutura e identidade.

Dentro de um sistema social-ecológico, pessoas e natureza são interdependentes na busca de um equilíbrio gerador de resiliência. Toda sociedade está inserida em determinado ecossistema, sua relação com o mesmo é imprescindível para que ambos sobrevivam. Pensar resiliência, dentro desta complexa relação, é relacionar adaptabilidade e transformação. Adaptabilidade é definida como a capacidade de agentes de um sistema de influenciar resiliência (WALKER ET AL 2004, p.2). Seria assim o conjunto de fatores de proteção, geradores de um sistema de apoio, ao sistema social-ecológico.

Contudo, esse equilíbrio não significa um movimento estático, em muitos casos mudar, se transformar, é essencial para a sobrevivência, para a resiliência. É o conjunto de adaptabilidade e transformação que faz com que a resiliência tenha um alcance maior que a simples resistência, tal qual muitas vezes culmina no colapso. A resiliência deve ser pensada como uma união em tentar conservar o que se tem e recuperar o que era. (WALKER ET AL 2004, p.6).

Há vários exemplos de sistemas sócio-ecológicos que, diante de determinados fatores adversos, se adaptaram, mudaram, transformaram, com a finalidade única de sobreviver. Um exemplo discutido sobre o viés da resiliência foi o das comunidades pesqueiras do Rio Columbia – no extremo norte do Canadá. Toda a economia das cidades ribeirinhas se pautava na pesca do Salmão, contudo, após um desastre ambiental, com o derramamento de dejetos tóxicos no rio, essa economia foi seriamente afetada. Todas as comunidades se movimentaram, adaptaram, mudaram, para sobreviver a esta nova fase, sem perder, contudo, sua essência de pescadores de salmão. (MARTIN, 2008.)

Uma análise dos fatores de risco deve ser levada em conta no processo de resiliência, em muitos casos a análise de determinados riscos isoladamente deixa o objeto de estudo frágil para os demais, portanto pensa-se em uma “resiliência geral”, que visualize os todos e não as partes. (WALKER ET AL 2004, p. 4).

O processo de resiliência é necessário para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, contudo há um problema recorrente no momento de gestão de recursos naturais, que é a separação entre ecossistemas e sistemas sociais, assim como a não percepção que estes são dinâmicos e indissociáveis. O homem modifica e é modificado pelo meio ambiente, sendo assim, ecossistemas e sistemas sociais devem ser pensados em conjunto, afinal a ideia de resiliência parte desta integração.

Diamond (2010) mostra, em seus vários exemplos, que sociedades complexamente organizadas cometeram erros tão graves com seus ecossistemas que acabaram chegando ao colapso. Diante disto, Diamond (2010, p. 503) propõe quatro categorias que proporcionaram as sociedades, mesmo as complexas, a chegarem ao colapso: 1. não previsão de um problema antes que ele surja de fato; 2. o problema surgido, o grupo não consegue identificá-lo; 3. percebido o problema, o grupo pode não tentar resolver; 4. tentar resolver o problema, mas não ser bem sucedido.

Essas categorias podem servir para avaliar a situação das sociedades atuais em relação a como protegem o patrimônio cultural: não diagnosticam sua destruição; se diagnosticado, podem não fazer nada a respeito ou ainda as tentativas de proteção podem fracassar e o patrimônio cultural ser destruído. Com isso, memória e identidade nacional começam a entrar em colapso.

Diamond (2010, p. 506 – 507), em suas tentativas de entender o colapso das sociedades complexas, cita a distância como um dos fatores de destruição. Para o autor, quanto mais longe se está do local do qual se é responsável, mais difícil fica a percepção de problemas que venham a surgir naquele local, e talvez o problema se torne grande o suficiente para não haver um retorno. Trabalhando sob a ótica patrimonial, essa proximidade é fator relevante para proporcionar fatores de proteção. A comunidade no entorno do patrimônio deve agir, diante de processos significantes, como zeladora deste. Se o processo preservacionista for pautado somente nas forças legais, que se centralizam nas capitais com forças burocráticas, talvez quando o problema for diagnosticado, os fatores de risco já tenham atingido o patrimônio, impossibilitando que os fatores de proteção revertam essa situação.

Diante de tantas falhas coletivas ou de interesses, nem todas as sociedades entram em colapso, caso contrário a sociedade não existiria, todos teriam morrido ou estariam vivendo nas mesmas condições que se vivia há 13 mil anos (DIAMOND, 2010, p. 523). Estuda-se o colapso não para entender como grupos, sociedades, manifestações culturais chegaram a ele, mas antes para compreender como outros grupos, sociedades, manifestações não chegaram a tal ponto, e como se pode evitar que outras cheguem.

Diamond (2010, p. 503) propõe um estudo dos fatores que levam sociedades ao colapso com o objetivo de prevenir outros colapsos. “Talvez, se compreendermos as razões por que grupos frequentemente tomam decisões erradas, possamos usar este conhecimento como guia para tomar decisões acertadas” (DIAMOND, 2010, p. 503). Compreender como ocorre ou não o processo resiliente em relação a um patrimônio cultural pode subsidiar a resiliência produzida nas áreas onde são construídos os demais patrimônios culturais.

Bauman (2007) traz outra situação não resiliente, neste caso são nichos sociais que entram em “colapso” dentro de uma sociedade que ainda permanece estável. Bauman (2012) nomeia estes grupos e pessoas de “lixos da sociedade”. Os que não se adaptam, transformam-se, perecem à mercê do sistema vigente, atuando à margem dos movimentos da sociedade. Este “lixo” pode ser oriundo da não adequação no novo sistema vigente, o que, em parte, justifica o surgimento de gangues, que tentam permanecer no sistema sem a ele, se adaptar, lutam contra ele. Podem surgir, ainda, por meio de guerras civis e econômicas, que produzem exilados, sem pátria, sem identidade, sem lar. O mundo líquido produz cada vez mais lixo humano, pessoas retardatárias, marginais, cujos problemas não pertencem a ninguém. (BAUMAN, 2007).

As mudanças ocorrem rapidamente gerando medo, tensão e estresse. Esse mundo líquido cria um ambiente de tensão que produz ao mesmo tempo fatores de risco e de proteção. Com ambientes mais estressantes e com os fatores de proteção (instituições, sobrevivências da modernidade pesada) se desfazendo, o processo de resiliência torna-se mais desafiador.

Uma vida assim fragmentada estimula orientações ‘laterais’, mais do que ‘verticais’. Cada passo seguinte deve ser uma resposta a um diferente conjunto de oportunidades e uma diferente distribuição de vantagens, exigindo assim um conjunto diferente de habilidades e um arranjo diferente de ativos (BAUMAN, 2007, p.9).

A pós-modernidade, ao mesmo tempo em que dificulta os processos resilientes, dissolvendo algumas estruturas de apoio, exige dos indivíduos, grupos, corporações, culturas a produção destes mesmos processos. Estabilidade, solidez não servem mais ao molde da pós-modernidade, o indivíduo precisa ser flexível para sobreviver, o passado não serve mais como referência e a mutabilidade é necessária.

Um dos grandes fatores de risco da modernidade consiste no medo, medo do outro, do terrorista, do bandido. O medo, que resulta da desigualdade, estressa o ambiente e, como medida de preservação, o indivíduo, não a sociedade, se organiza para sua segurança. Os medos, segundo Bauman (2007, p. 15), estimulam a assumir reações e ações defensivas, o medo propicia o ambiente necessário à resiliência.

Além desse processo contínuo e de um ambiente cada vez mais estressante, o individualismo não permite enxergar que um dos fatores de preservação ao medo consiste no trabalho em conjunto. “Nada pode verdadeiramente ser, ou permanecer por muito tempo, indiferente a qualquer outra coisa: intocado e intocável. O bem-estar de um lugar, qualquer que seja, nunca é inocente em relação à miséria do outro.” (BAUMAN, 2007, p.12). O processo de resiliência encontra-se na união de forças, de fatores de preservação, que no mundo cada vez mais líquido se dissolve em velocidade extraordinária. Esta mesma união de forças, levada para questões patrimoniais, impele a parceria entre poderes públicos, legislação e o que foi deixado durante muito tempo à mercê, as culturas que significam e (re)significam os patrimônios.

O medo assola a pós-modernidade, medo da velocidade com que esta ocorre. Muitos dos resilientes de hoje nasceram e foram criados em um mundo sólido, lento, no qual reinícios eram raros, tanto na família, no matrimônio, no trabalho e no universo cultural que os envolve. No mundo pós-moderno, a velocidade assusta aos que não estão acostumados e aos que não se adaptaram a essa fluidez.

As preocupações mais intensas e obstinadas que assombram este tipo de vida são os temores de ser pego tirando uma soneca, não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, ficar para trás, deixar passar as datas de vencimento, ficar sobrecarregado de bens agora indesejáveis, perder o momento que pede mudança e mudar de rumo antes de tomar um caminho de volta. (BAUMAN, 2009, p.8)

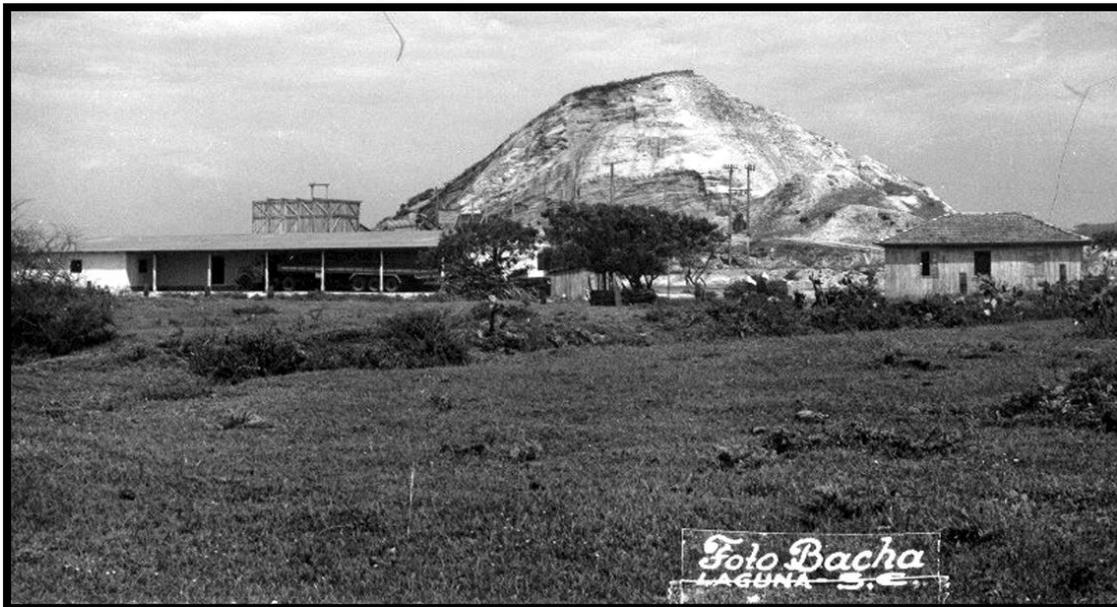
Dormir na pós-modernidade é não estar apto, é ser deslocado da sociedade, ser um lixo, esse medo assola os indivíduos. Até mesmo o conceito de eternidade se modifica. “A incerteza de uma vida mortal em um universo imortal foi finalmente resolvida: agora é possível parar de se preocupar com as coisas eternas sem perder as maravilhas da eternidade.” (BAUMAN, 2009, p.15).

Como se viu anteriormente com Tainter (1988), mudanças repentinas, abruptas causaram o colapso em muitas sociedades e culturas. Diante da velocidade como estas transformações ocorrem, o poder de resiliência das sociedades e culturas é premissa básica para não entrarem em colapso.

O grande dilema a ser analisado sob a ótica da modernidade líquida consiste em como trabalhar um patrimônio cultural, um conceito fixo, solidificado? Uma das opções encontra-se no estudo patrimonial sob um viés resiliente, analisando como outras manifestações culturais transformam, significam e (re)significam o local dos patrimônios. Esses processos significantes produzem ora fatores de risco ora fatores de proteção, que no decorrer do processo histórico culminam em vários momentos resilientes do patrimônio cultural. “O que o homem faz o homem pode desfazer. Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos capaz de ficar parado.” (BAUMAN, 2001, p. 37). O patrimônio arqueológico Sambaqui Cabeçuda 01 acompanha este processo da modernidade e após várias interferências históricas, por vezes vulneráveis a vários fatores de risco, hoje, é resiliente. Todo o sistema sócio-ecológico no qual ele está inserido se transformou, se adaptou e é também resiliente, uma resiliência de algo maior, geral, culmina na resiliência de elementos que estão inseridos neste. A resiliência do sítio arqueológico não o transforma em uma peça intocável pelos fatores de risco, estes ainda o estão atingindo, no contraponto, fatores de proteção que também agem em sua defesa, infelizmente não na mesma proporção. Neste jogo de risco e proteção, o Sambaqui Cabeçuda 01 ainda está presente.

Outros sítios arqueológicos não tiveram o mesmo processo resiliente. Um exemplo bastante famoso na Arqueologia brasileira é o Sambaqui da Carniça, na região de Campos Verdes, também em Laguna/SC. Este sambaqui foi quase que inteiramente minerado para a produção de cal. Estima-se que era o maior sambaqui em altura, registrado no Brasil.

Figura 1: Sambaqui da Carniça em processo de mineração.



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Antonio Carlos Marega.

Segundo registro histórico encontrado no Arquivo Municipal de Tubarão/SC, Caixa 01 – PMT\_História/01 Sambaquis, de 1971, o Sambaqui da Cabeçuda em Laguna/SC era na época um dos mais estudados de Santa Catarina devido às pesquisas de Castro Farias, nos anos de 1952 e 1956. Ainda há registrado que o Sambaqui possuía inicialmente 100m de diâmetro, passando de 20 de altura. Sobre os impactos sofridos, o documento cita a indústria caieira, dirigida pela Família Alcântara, localizada na encosta do sambaqui e tinha “formato cônico”. Posteriormente, a ferrovia que passa sobre a base do sambaqui utiliza suas conchas para compactar os trilhos. As prefeituras também são apontadas por utilizar o material conchífero para aterrar e compactar estradas. O documento finaliza “Hoje (1971) resta do sambaqui, apenas uma base de quatro metros de altura”.

O Sambaqui Cabeçuda 01 passou por vários fatores de risco até a sua situação atual. Por meio de recurso iconográfico, aliado a relatos orais, propõe-se entender estes fatores, desde o início do século XX até eventos atuais.

A imagem é uma produtora de significados, está em vínculo com o real, que está aliado ao valor de representação, simbólico e de signo, no qual estão o uso da imagem e sua capacidade de se relacionar com o mundo (AUMONT, 1993, p.608). A relação espectador e imagem é cíclica e construtiva. Estruturas como o imaginário, emoção, sociedade, cultura, tempo, espaço, entre outros se relacionam nessa relação dual.

O olhar e o impacto causado pela imagem, neste trabalho fotográfico, estão envoltos em construções históricas. A imagem está em torno de toda uma produção de sentido, com fundo histórico e social, tornando-se mais uma linguagem entre as várias existentes (AUMONT, 1993).

Assim na inter-relação entre imagem e memória, o indivíduo é auxiliado, de modo inconsciente, consciente e através de outros mecanismos da memória, do que Jacques Aumont denomina de índices de referência delineando assim características externas da imagem dada através de uma construção temporal e espacial atados a história dos indivíduos e dos grupos sociais. (CARVALHO, 2007, p. 612)

Aliados às fotografias identificadas na pesquisa de campo e diante da falta de documentação publicada ou de fonte primária, utilizaram-se relatos orais de entrevistadas que visualizaram os processos de transformação do Sambaqui Cabeçuda 01. As entrevistadas são: Maurília Teixeira Henrique – 79 anos, Ivone Nunes Feliciano – 50 anos, Itamar de Oliveira Quirino (Anita) – 93 anos, Telma Quirino Barreiros – 70 anos e Lilina Fernandes Lima – 78 anos. Todo o processo de entrevista, utilização da História Oral, roteiro de entrevista serão mais bem trabalhados no capítulo 3.0 – Signo e significado do Sambaqui Cabeçuda 01. A este capítulo optou-se por correlacionar os registros escritos, fotográficos aos relatos orais das entrevistas antes citadas.

## 2.1 PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO SAMBAQUI CABEÇUDA 01

A pesquisa arqueológica também provoca interferências no sítio arqueológico. Toda escavação é uma destruição, de forma organizada e produtora de conhecimento. Quando se escava ou se interfere diretamente em um sítio arqueológico, também se está por desestruturá-lo, remover do local sem nunca mais poder reconstituir. Apesar de seu caráter científico, os estudos arqueológicos interventivos impactam o patrimônio arqueológico, deixando por vezes partes do sítio expostas ou desestruturadas. Nas imagens 02 e 03 visualizam-se perfis abertos no Sambaqui Cabeçuda 01, expostos devido às interferências arqueológicas no local.

Figura 2: Perfil do Sambaqui Cabeçada 01 exposto em pesquisas arqueológicas.



Fonte: Acervo do GRUPEP-Arqueologia.

Figura 3: Perfil do Sambaqui Cabeçada 01 exposto em pesquisas arqueológicas.



. Fonte: Acervo do GRUPEP-Arqueologia

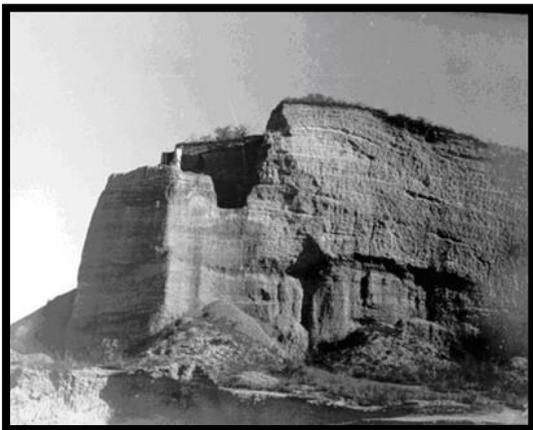
O Sambaqui Cabeçada 01 é considerado o primeiro sítio arqueológico litorâneo de grandes dimensões sistematicamente escavado. Luiz de Castro Faria, pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro, realizou escavações em áreas extensas (CARVALHO ET AL, 2011, p.389). Suas pesquisas foram desenvolvidas na década de 1950 (1951; 1954; 1959) em virtude da situação de destruição iminente.

Em seus relatórios de visita a sítios arqueológicos em 1950, ele destacava a situação de destruição do Sambaqui Cabeçada 01 que, a seu ver, possuía apenas 1/10 de seu tamanho original. Em 1951, Castro Faria encaminhou ao Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas seu primeiro pedido de bolsa de estudos para o desenvolvimento do projeto sobre os sambaquis de Santa Catarina, ora divulgado pelo CNPq. O principal foco de escavação deste projeto era o Sambaqui de Cabeçada. Em novo relatório, emitido em 1954, o pesquisador mais uma vez apontou a continuidade de destruição do sítio e o considerava inviável para estudos estratigráficos (LIMA, 2009).

As escavações de Castro Faria realizadas nos meses de julho e agosto de 1950 e 1951 ocuparam uma área de 14x10m, atingindo, em algumas áreas, a profundidade de 8,50m (ROHR, 1976, p.29-30).

De suas escavações foi coletada uma das maiores coleções arqueológicas de remanescentes humanos pré-históricos litorâneos do Brasil. O número mínimo (estimado) de esqueletos escavados por Castro Farias foi de 162 adultos e 83 jovens, material que foi enviado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Algumas amostras foram datadas, e apresentaram o resultado de 4.120+-210 AP (CARVALHO ET AL, 2011, p. 389).

Figura 4: Perfil do Sambaqui Cabeçuda 01 estudado por Castro Faria.



Fonte: Fundo Castro Faria, Arquivo de História da Ciência, Museu de Astronomia/ MCT (CFDA 05.08.067 F 003).

Figura 5: Perfil do Sambaqui Cabeçuda 01 estudado por Castro Faria.



Fonte: Fundo Castro Faria, Arquivo de História da Ciência, Museu de Astronomia/ MCT (CFDN 17.14.219 F 009).

Figura 6: Castro Faria recuperando vestígios bioantropológicos no Sambaqui de Cabeçuda, em 1950/51.



Fonte: Fundo Castro Faria, Arquivo de História da Ciência, Museu de Astronomia/ MCT (CFDN 14.14.150 F 021).

Figura 7: Sepultamento exumado por Castro Faria em 1950/51.



Fonte: Fundo Castro Faria, Arquivo de História da Ciência, Museu de Astronomia

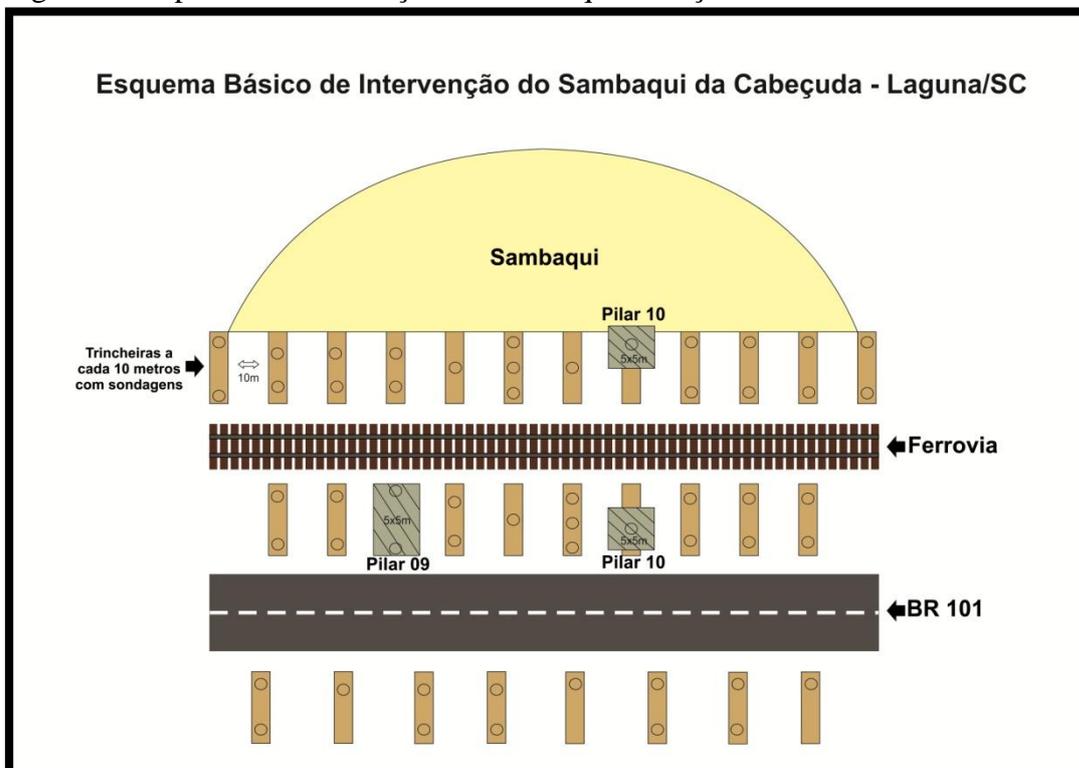
Na década de 1960, João Alfredo Rohr, em visita à região lagunar, comentou sobre a monumentalidade do Sambaqui Cabeçuda 01, apesar da sua contínua destruição. “O sambaqui inicialmente deveria possuir uns quatrocentos metros de comprimento, por trinta de altura. Atualmente, além da base, existe dele ainda um ponto elevado de uns dez a quinze metros de superfície” (ROHR, 1962, p. 13). Rohr destacou

também a importância científica do sambaqui, uma vez que ele já havia sido estudado por Castro Faria, na década de 1950.

Devido ao impacto sofrido o Sambaqui Cabeçuda 01, durante muito tempo o sambaqui foi relegado ao esquecimento dos pesquisadores. Outros sambaquis, grandes, mais conservados e ainda sem estudos arqueológicos, mostravam-se mais atraentes.

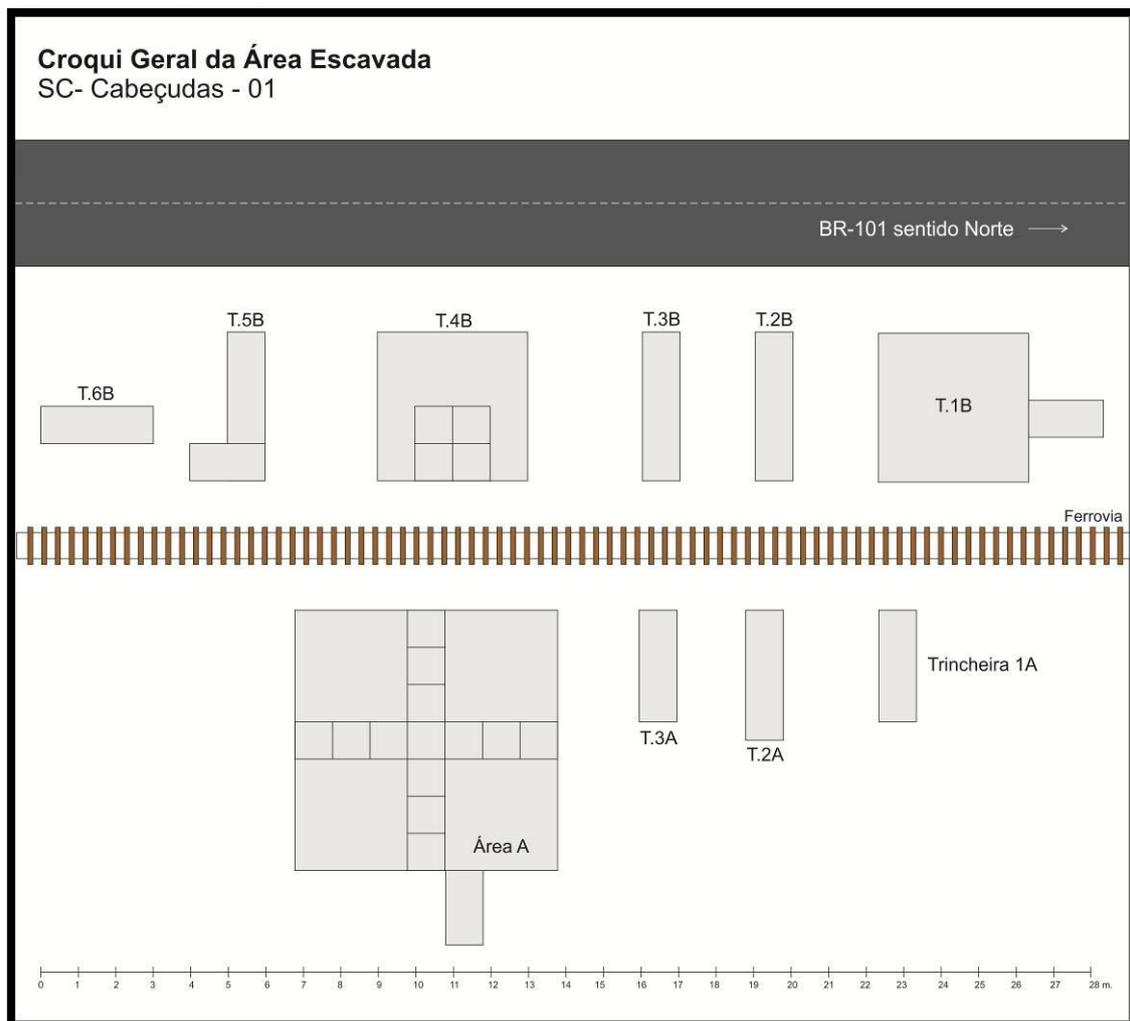
As pesquisas foram retomadas apenas no ano de 2010, por meio de uma ação científica conjunta do Museu Nacional/UFRJ, o MAE/USP e o GRUPEP-Arqueologia/UNISUL. Vários projetos têm surgido tendo como objeto de pesquisa o Sambaqui Cabeçuda 01 (CARVALHO ET AL, 2011, p. 389). O que foi mais impactante, devido às condições emergenciais e à repercussão na mídia, foi a escavação arqueológica realizada por Farias e equipe (2012), no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico, com o objetivo de liberação da área para a construção da ponte Anita Garibaldi, nas obras de duplicação da BR-101. No projeto da ponte, três pilares seriam instalados próximos ao sítio arqueológico, um destes impactaria diretamente o flanco oeste do sambaqui.

Figura 8: Proposta de Intervenção do Sambaqui Cabeçuda 01



Fonte: FARIAS, 2013.

Figura 9: Croqui esquemático da área escavada.



Fonte: FARIAS, 2013.

O destaque foi dado para a área C, local do pilar 9 da ponte. Dessa área foram escavados 23 sepultamentos que ainda estão em análise no laboratório do GRUPEP-Arqueologia, junto aos demais vestígios arqueológicos coletados. Antes de iniciar o processo de escavação nesta área do pilar 9, foram retirados aproximadamente 3m de moinha (material proveniente da indústria caieira, cascalho). Abaixo da moinha foi evidenciado uma área funerária intensa e diferenciada das áreas escavadas por Castro Faria, na década de 50, e por pesquisadores da UFRJ, em 2010, pois os esqueletos desta escavação estão na posição fletida estendida em quase totalidade. Outro destaque se dá ao sepultamento 23, encontrado já no lençol freático, alcançando a parte estéril do sítio arqueológico. Este sepultamento foi levado para ser escavado em laboratório. Ele foi enterrado de forma estendida e de bruços.

Todas as áreas foram escavadas até o nível estéril (sem evidência arqueológica). Após as escavações, atividades de monitoramento foram realizadas com o objetivo de impedir mais impactos ao sítio.

Figura 10: Escavação da área A.



Fonte: FARIAS, 2013

Figura 11: Escavação da área A.



Fonte: FARIAS, 2013

Figura 12: Trincheiras abertas na área B.



Fonte: FARIAS, 2013

Figura 13: Trincheiras abertas na área B.



Fonte: FARIAS, 2013

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TEREZA CRISTINA

A vinda da Ferrovia Dona Tereza Cristina para a região sul do estado de Santa Catarina, advinda das descobertas das minas de carvão, foi um grande impulsionador para o desenvolvimento econômico desta parte do Estado. O início das construções da ferrovia datam janeiro de 1881, e término, com transporte efetivo, em setembro de 1884. Além do transporte carbonífero, mais efetivo a partir de 1919, a ferrovia era fundamental no transporte de pessoas e mercadorias de consumo. Neste

mesmo período foram edificados o primeiro terminal de Cabeçuda, Laguna/SC, e a ponte férrea, com data de 1883.

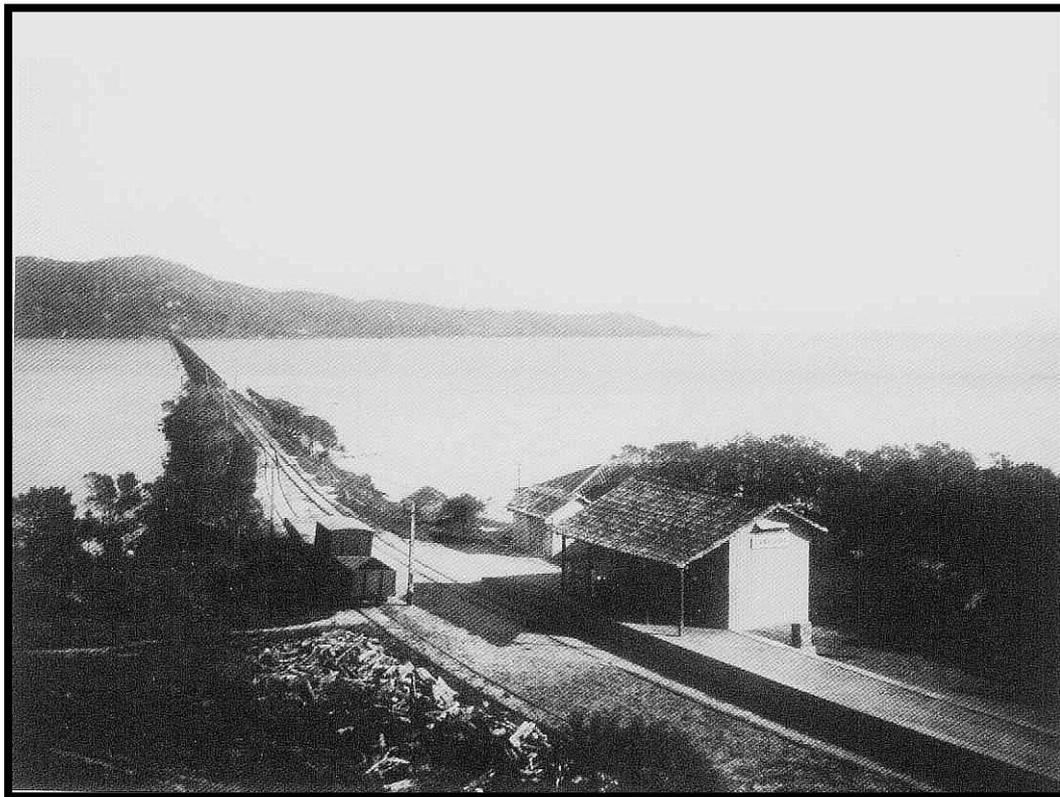
A primeira estação de Cabeçuda era de madeira e pequena, como nota-se na figura 14 e no relato de Dona Anita sobre a extensão do Sambaqui/Casqueiro, a antiga estação e a construção da nova: *“O casqueiro vinha, ele atravessava ali::: por baixo, a ponte hoje não tem mais nada né? Tinha uma estaçõzinha velha ali, ali onde estão fazendo a ponte, a estação era de madeira, bem antiga. E depois foi é que fizeram ela para cá.”* (Anita)

A segunda estação, a que está no bairro até hoje, e foi considerada um dos patrimônios ferroviários de Laguna, foi construída posteriormente. O falecido esposo da Sra. Anita foi o primeiro funcionário a trabalhar nesta nova estação ferroviária. Havia também a casa da Estação, na qual residiram a Sra. Anita e sua família, até a morte do marido. *“(...) que hoje é uma casa bonita atrás da estação, nós moramos naquela ali, meu pai era agente e nós moramos na casa da estação.”* (Telma).

*“Nós fomos os primeiros moradores, meu marido da estrada de ferro, ele trabalhou ali e morou na casa da estação até morrer.”* (Anita).

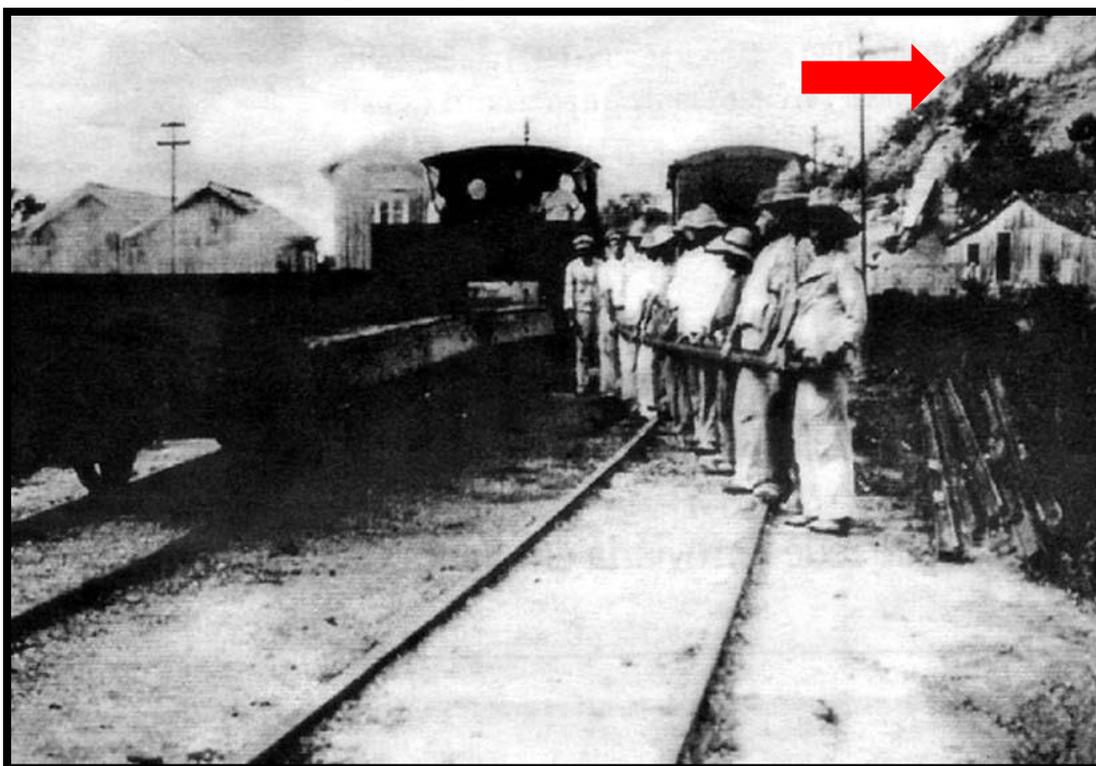
A nova Estação Ferroviária foi construída junto com a segunda ponte férrea, de concreto, aproximadamente em 1940. Esta data confere com os relatos da senhora Anita, residente da casa da estação até o falecimento de seu marido, agente da Estrada de Ferro. Segundo os relatos de Dona Anita, o sambaqui chegava muito próximo da estação nova. *“(...) era, a ele começava ali quase perto da estação, é começava dali.”* (Anita) provavelmente esta também impactou a área do sítio, seja diretamente, ou de caráter visual.

Figura 14: Vista da Antiga Estação Ferroviária de Cabeçuda no sentido norte-sul da linha férrea



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Antônio Carlos Marega.

Figura 15: Trabalhadores na antiga estação ferroviária de Cabeçuda em 1901, à direita, ao fundo, nota-se o Sambaqui Cabeçuda 01.



Fonte: Acervo do Museu Ferroviário de Tubarão/SC.

A construção do terminal e da ponte férrea no bairro de Cabeçuda, em Laguna/SC, foi um dos primeiros impactos ao sambaqui. Os trilhos passaram onde seria a ponta leste do sítio arqueológico, tocando com o outro lado da lagoa. Na figura 14, é possível visualizar a antiga e pequena estação de Cabeçuda – Laguna/SC no sentido norte-sul da ferrovia. À frente, atravessando a lagoa, visualiza-se a antiga e desativada ponte de ferro. Nesta imagem não se visualiza diretamente o sambaqui, este, em forma monticular, estaria à direita da foto, contudo as pesquisas arqueológicas mostram evidências do sambaqui, onde na foto visualizavam-se as construções do terminal ferroviário. Observando o ângulo da foto, verifica-se que foi batida de um local mais elevado, possivelmente de cima do sítio arqueológico.

Na figura 15, visualizava-se o mesmo local na estação ferroviária, mas a foto foi batida no sentido sul-norte e de uma parte mais baixa. Ainda na figura 15, no canto direito da foto, observa-se claramente o Sambaqui Cabeçuda 01. Há várias construções (estação, trilho, caieira) dentro do espaço do sítio e, destacando o branco que se reflete no chão da imagem, constata-se a utilização das conchas para assentamento dos trilhos.

Figura 16: Ponte ferroviária da Laranjeira, vista no sentido sul-norte. Ao fundo o Sambaqui Cabeçada 01



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Antônio Carlos Marega.

Figura 17: Ponte ferroviária da Laranjeira, vista no sentido sul-norte. Ao fundo o sambaqui.



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Antônio Carlos Marega.

As imagens 16 e 17 enfocam a ponte férrea do Canal das Laranjeiras, ao fundo, e o Sambaqui Cabeçada 01 aparece em ambas as fotos. Na imagem 16, nota-se claramente a destruição do sítio arqueológico no momento de construção da primeira linha férrea. As partes mais escuras nesta imagem mostram a vegetação em cima do sambaqui, e em meio a estas partes há trechos bancos, que indicam áreas de impacto ao sítio arqueológico. Ainda na imagem 16, no canto esquerdo, nota-se que a ferrovia e demais construções cortam o sítio arqueológico.

Figura 18: Início da construção do aterro da segunda ponte férrea, de concreto.



Fonte: Acervo do Museu Ferroviário de Tubarão/SC

Figura 19: Início da construção do aterro da segunda ponte férrea, de concreto.



Fonte: Acervo do Museu Ferroviário de Tubarão/SC

Figura 20: Início da construção do aterro da segunda ponte férrea, de concreto. Ao fundo o sambaqui.



Fonte: Acervo do Museu Ferroviário de Tubarão/SC

Na segunda metade da década de 30, a ponte de ferro já não era suficiente para o escoamento do carvão, que estava cada vez mais intenso. Iniciaram-se então os projetos da nova ponte férrea. A obra da ponte Henrique Lage inicia-se em 1936 e termina em 1946. Com a construção da nova linha férrea, que culmina na construção do aterro na lagoa e da nova ponte, sendo abandonada a antiga ponte férrea, o sítio arqueológico sofre outro impacto, ainda mais agressivo, já que um dos principais materiais construtivos do aterro da nova linha férrea foi o sedimento oriundo do Sambaqui Cabeçuda 01. A ponte de ferro possuía 1480m de extensão, e, com o aterro, a nova ponte ficou com 350m de extensão.

Apesar de ser visível nas imagens e em alguns documentos a utilização do material conchífero, proveniente do sítio arqueológico como aterro, os moradores entrevistados desconhecem esse uso e em todos os relatos negam a utilização para aterro: *“Não, não. Era só areia de lá, eles não mexiam no Sambaqui ali não.”* (Maurília); *“Não, isso não, acho que isso não foi feito não. (...) Eu acho que não foi tirado nada não do casqueiro.”* (Lilina); *“Para aterrar a ponte não, nunca ouvi dizer isso, não, nunca ouvi falar assim que eles mexeram no casqueiro por causa da ponte não.”* (Anita).

Na imagem 18, observa-se claramente a opção por este tipo de material, as conchas são visíveis na superfície do aterro, onde já se encontram os trilhos. Nesta mesma imagem, ao lado direito, tem-se o aterro da antiga ponte férrea, aterro bem menor que o da nova ponte, mas que provavelmente também se utilizou do material proveniente do sítio arqueológico. Na imagem 19, também se visualiza o início do aterro da nova ponte, as conchas são visíveis tanto neste aterro como no antigo, na ponte férrea, mais uma documentação da utilização do sítio arqueológico como aterro. Em documento de contas da construção da ponte Henrique Lage (ZUMBLICK, 1967, p. 62), constata-se que o aterro da nova ponte seria oriundo de desmonte e drenagem da lagoa. O desmonte ao qual o documento se refere provavelmente é do Sambaqui Cabeçuda 01.

A imagem 20 mostra a construção da nova ponte, do ângulo contrário. Na imagem, verifica-se o aterro vindo ao encontro da ponte de concreto, mas ainda em pouca altura. Havia a intenção de duplicação da linha férrea, a nova estrutura foi pensada para tal, contudo, com a baixa do carvão e a queda do transporte ferroviário, esta ideia foi deixada de lado. Toda esta estrutura foi posteriormente utilizada na construção de BR 101, na década de 70.

Por ser de uma família influente, Dona Anita hospedava em sua casa alguns dos engenheiros responsáveis pela construção das duas outras pontes, a do trilho e a da BR 101, e hoje, aos 93 anos, ainda se lembra dos nomes, mas não sabe associar corretamente a qual ponte foi responsável, como é possível verificar no diálogo entre ela e sua filha Telma:

*Telma: Primeiro foi a ponte, do seu Antônio que era engenheiro do Rio que se hospedava lá em casa.*

*Anita: Foi, a primeira, foi, essa é a terceira né.*

*Telma: Essa ponte, aqui do lado do trilho ali. Aquilo ali nós pegamos tudo.*

*Anita: A primeira foi a do seu Antônio ou foi a do Dr...?*

*Telma: Não aquela lá, velha lá não eu não me lembro, eu lembro da de cá*

*Anita: Não, aquela velha lá já tinha, aquela lá quando eu nasci já tinha. Mas a primeira ponte que fez foi o Dr. {*

*Telma: Antônio*

*Anita: não, o Dr Otávio como é {*

*Telma: mas não era da turma do Dr Antônio?*

*Anita: não, ele era outro, como era o nome do medico, do Dr, do engenheiro, o vô trabalhou.*

*Telma: Como eram poucas famílias, então qualquer coisa que acontecia assim eles iam para lá, para o vô né, era referência assim ele, para ajudar, para orientar.*

*Anita: Depois a outra ponte foi ai que foi Dr. Otávio, e agora essa.*

A vida da Sr. Anita está muito ligada ao sambaqui e à ferrovia. Um dado interessante, que não vem a impactar diretamente a área do sítio arqueológico, mas como registro histórico se faz muito relevante, é um relato da Dona Anita sobre uma antiga possibilidade de implosão da ponte ferroviária. “Uma vez, quando teve a revolução, não sei se foi a revolução de 30. Ai o Dr. ( ) foi lá em casa, meu marido era da estrada de ferro né, não podia fechar a estação porque era ponto estratégico, ficava aberto noite e dia. Ai eles queriam dinamitar a ponte, para não passar nada né, ai ele teve lá a noite toda lá em casa conversando, ia na estação e voltava, ai não conseguiram, ai acalmaram, até que depois fizeram, ai terminou a revolução ai ( ) mais algumas coisas.” (Anita).

### 2.3 INDÚSTRIA CAIEIRA NO SAMBAQUI CABEÇUDA 01.

Dentre os atos depredatórios dos Sambaquis, o mais impactante foi a produção de cal. A necessidade desse material para o setor construtivo impulsionou os produtores deste produto a utilizar o material conchífero das imensas montanhas de conchas presentes em todo o território brasileiro. Os sambaquis se apresentavam como uma fonte econômica. Padre Anchieta em 1549:

“... as ostras são em tão grande quantidade que se acham ilhas dellas cheias e que a call, que dellas se faz, para a construcção dos edificios, é tão boa como a da pedra” (ANCHEITA apud FARIAS, 2000, p. 85).

Vários sambaquis foram desmontados em todo o território brasileiro para a produção de cal ou para aterro. Devido à monumentalidade, alguns sambaquis se mostravam, aos olhos dos exploradores, como fontes inesgotáveis de material construtivo. Destaque para o Sambaqui da Carniça, região de Campos Verdes, em Laguna/SC, já mencionado neste trabalho, mas que chama atenção pela dimensão do sítio arqueológico e pela voracidade com que foi minerado, restando hoje apenas sua base.

Leonardos (1938: 30 apud FARIAS, 2000, p. 87) destaca a monumentalidade deste sambaqui quando diz que “...*cuba uns 70.000m<sup>3</sup>, há 50 anos se vem extraindo concha, sem que a colina pareça ter sofrido com isso*”. Tal é a magnitude deste sambaqui que ele era chamado, pelos moradores de Laguna, de Elefante Branco, sua mineração foi intensamente registrada por fotos.

Figura 21: Processo de mineração do Sambaqui da Carniça em Campos Verdes, Laguna/SC.



Fonte: <http://anitagaribaldi.wordpress.com/2009/02/26/laguna-1-geografia/>

Em todo o Brasil há relatos de vários sambaquis sendo destruídos indiscriminadamente. Costa (1938), utilizando referências de Frei Gaspar de Madre de Deus, relatou a destruição dos sambaquis na costa sudeste do Brasil desde o Brasil Colônia (FARIAS, 2000, p. 88):

*Destas conchas de mariscos que comeram os índios, se tem feito toda a cal dos edifícios desta capitania desde o tempo da fundação até agora, e tarde se acabarão as ostreiras de Santos, São Vicente, Conceição, Iguape Cananéia, etc. Na maior parte delas ainda se conservam inteiras as conchas e n'algumas acham-se machados, pedaços de panelas quebradas, e ossos de defuntos,...*”(Frei Gaspar da Madre de Deus)

Diante desta situação de depredação do patrimônio pré-colonial brasileiro, iniciou-se um movimento, por meio de um grupo de arqueólogos vinculados a museus e instituições universitárias, em busca da preservação legal dos sambaquis.

*O arrasamento do sambaqui de Matinhos, no Paraná, e do de Boguaçu, em Cananéia”, diz Joseph Empeaire, “constitui uma calamidade irreparável para a Arqueologia Brasileira. De uma riqueza espantosa e a êles poderia juntar-se o nome de muitos outros, teriam êsses sambaquis fornecido material insubstituível de altos estudos. O de Boguaçu e o de Subaúma foram inteiramente moídos, durante anos e anos, para o fabrico de farinha de ostra. O de Matinhos, integralmente empregado no revestimento de uma estrada de rodagem! Dezenas de ossadas humanas foram vistas, já trituradas pelas máquinas, já fragmentadas e espalhadas no leito daquela rodovia” (Duarte, 1968, p.49)*

Paulo Duarte foi um dos pioneiros na luta pela preservação dos sítios arqueológicos, e conseguiu, junto ao Governo Federal, a aprovação de Lei 3.924 de 1961, criminalizando a ação depredadora nos monumentos arqueológicos de qualquer espécie.

*São proibidos em todo território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou semambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados das alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas” (Lei nº 3924/61, Cap. I: Art.3º).*

Anos após a proteção legal, sambaquis continuaram descaradamente sendo minerados e, até hoje, sofrem ações depredatórias, pois, infelizmente, a falta de informação torna-se aliada destes processos impactantes aos sítios arqueológicos. No início da aplicação da Lei Federal, pouco ainda se sabia sobre os sambaquis e dúvidas surgiram quanto à liberação de áreas para extração de conchas. A Lei Federal se fortaleceu com a inserção do IPHAN nos processos de liberação de áreas destinadas à extração conchífera.

João Alfredo Rohr (1908-1984), personagem importante na Arqueologia brasileira, foi o responsável pela catalogação e registro de diversos sítios arqueológicos em Santa Catarina e demais Estados. Em suas viagens, ele registrou e denunciou atos depredatórios em sítios arqueológicos.

Figura 22: Caieira instalada no sambaqui Jabuticabeira II, Jaguaruna – SC, 1962.



Foto: E. Müller apud FARIAS, 2000, p.100.

No ano de 1972, Rohr era delegado do IPHAN para a arqueologia no Estado de Santa Catarina. Realizava várias inspeções e vistorias, das quais produzia relatórios semestrais, que em parte objetivavam denunciar as ainda frequentes destruições dos sambaquis litorâneos catarinenses. No relatório correspondente aos dias 01/07 a 15/09/1972, narra que *“do dia 18 a 21 de julho percorremos a região de Laguna para fins de inspeção de sambaquis em destruição. Foram visitados 16 sambaquis.”* No item 4, deste mesmo relatório, é narrado o desmonte de alguns sambaquis do sul do Estado pelas companhias mineradoras:

*“...de 25 a 29 de julho retornamos ao sul do estado, para inspecionar os sambaquis do município de Tubarão e Jaguaruna. Nesta viagem foram visitados 10 sambaquis:*

1. Sambaqui de Congonhas I – Tubarão;
2. Sambaqui de Congonhas II – Tubarão;
3. Sambaqui de Congonhas III – Tubarão;
4. Sambaqui de Porto Vieira – Jaguaruna;
5. Sambaqui de Ilhota – Jaguaruna;
6. Sambaqui da Ponta do Morro;
7. Sambaqui da Ponta da Ilhota;
8. Sambaqui da Jabuticabeira I;
9. Sambaqui da Jabuticabeira II;

10. Sambaqui da Jabuticabeira III.

Destes sambaquis, Congonhas II e III e Ilhota da Ponta do Morro, acham-se intactos. Dos outros sambaquis restam ainda partes substanciais, que compensam exploração científica. encontramos em exploração industrial, os sambaquis de Congonhas I, Porto Vieira, Jabuticabeira I, II e III” (Relatório J. A. Rohr, 1972 apud FARIAS, ano, p.99-100).

Apesar de toda campanha junto a prefeitos e com esforços de Rohr para garantir a salvaguarda dos Sambaquis, a mineração dos sambaquis ocorria ainda indiscriminadamente. Em relatório datado de 22 de janeiro de 1973, ofício nº 6/1973, Estado de Santa Catarina – Secretaria do Governo – Conselho Estadual de Cultura – Protocolo IPHAN nº 212 e, 31/01/1973, Rohr destacou os seguintes fatos: as conchas do Sambaqui Carniça I apreendidas foram vendidas pelo Juiz de Direito de Laguna, o qual não tem seu nome citado; e, em 11 de janeiro de 1973, dez indivíduos destroem o sambaqui da Garopaba, no município de Jaguaruna. Após quatro dias, parte do sambaqui desmorona e mata dois dos exploradores clandestinos, ferindo outros. Desanimado, Rohr escreve que: “A única salvação para os sambaquis parece ser a intervenção da Marinha ou do Exército.” (FARIAS, 2000, p. 101).

Figura 23: Sambaqui do Perrixil sendo minerado. Laguna – SC, 1966.

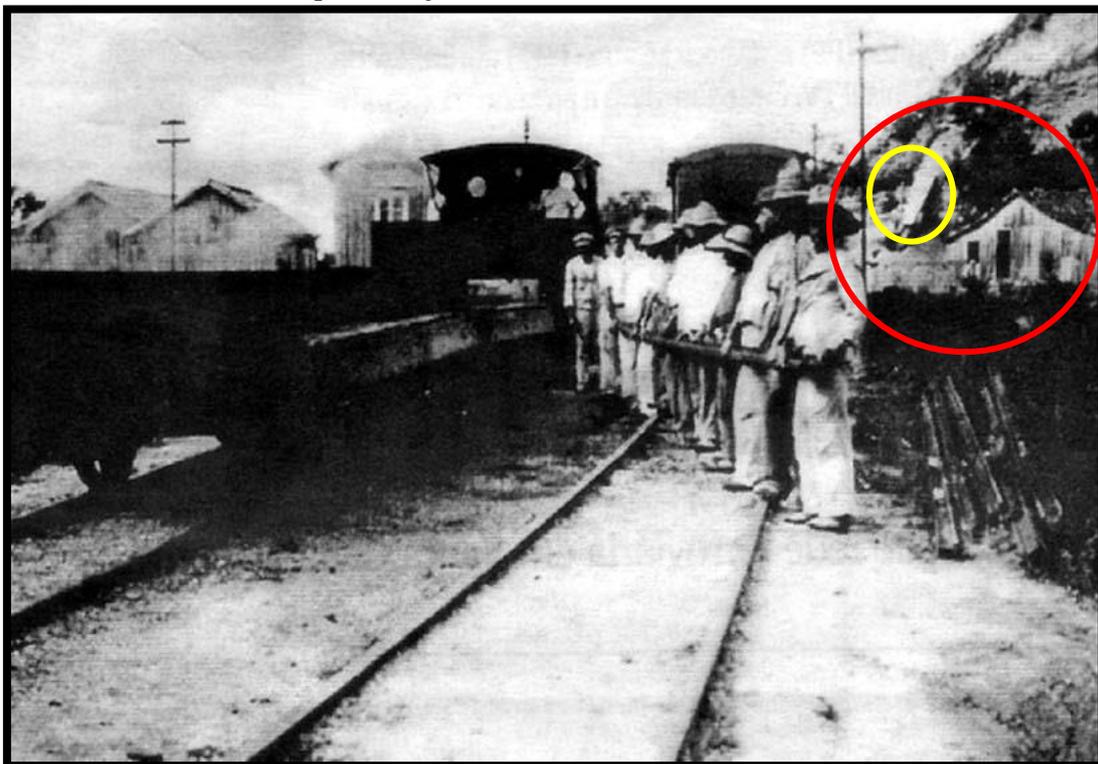


Fonte: E. Müller apud FARIAS, ano, p. 106.

Não escape deste processo minerador, o Sambaqui Cabeçuda 01 foi intensamente minerado, nele foram construídas três caieiras, duas ao lado norte e uma ao lado sul, esta última ainda está presente no sítio arqueológico, com o forno e parte da estrutura visíveis. Na figura 24, já apresentada no subcapítulo 2.2, observa-se no canto esquerdo essa caieira. Esta caieira evidenciada na foto trata-se de uma das localizadas na parte norte do Sambaqui Cabeçuda 01. Sobre o Sambaqui Cabeçuda 01, Rohr (1976, p. 29) explica que:

Até 1928, essa jazida estava, praticamente, intacta, mas a utilização posterior e contínua do seu substrato conchífero, para a fabricação da cal, sobretudo como material de aterro, ocasionou uma destruição brutal.

Figura 24: Trabalhadores na estação ferroviária de Cabeçuda em 1901, à direita, ao fundo, nota-se o Sambaqui Cabeçuda 01.



Fonte: Acervo do Museu Ferroviário de Tubarão/SC.

Figura 25: Estrutura de antigo forno da Caieira ainda visível no Sambaqui Cabeçada 01.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 26: Estrutura de antigo forno da Caieira ainda visível no Sambaqui Cabeçada 01.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 27: Sambaqui de Cabeçada sendo desmontado para fabricação da cal. Laguna – SC, 1962.

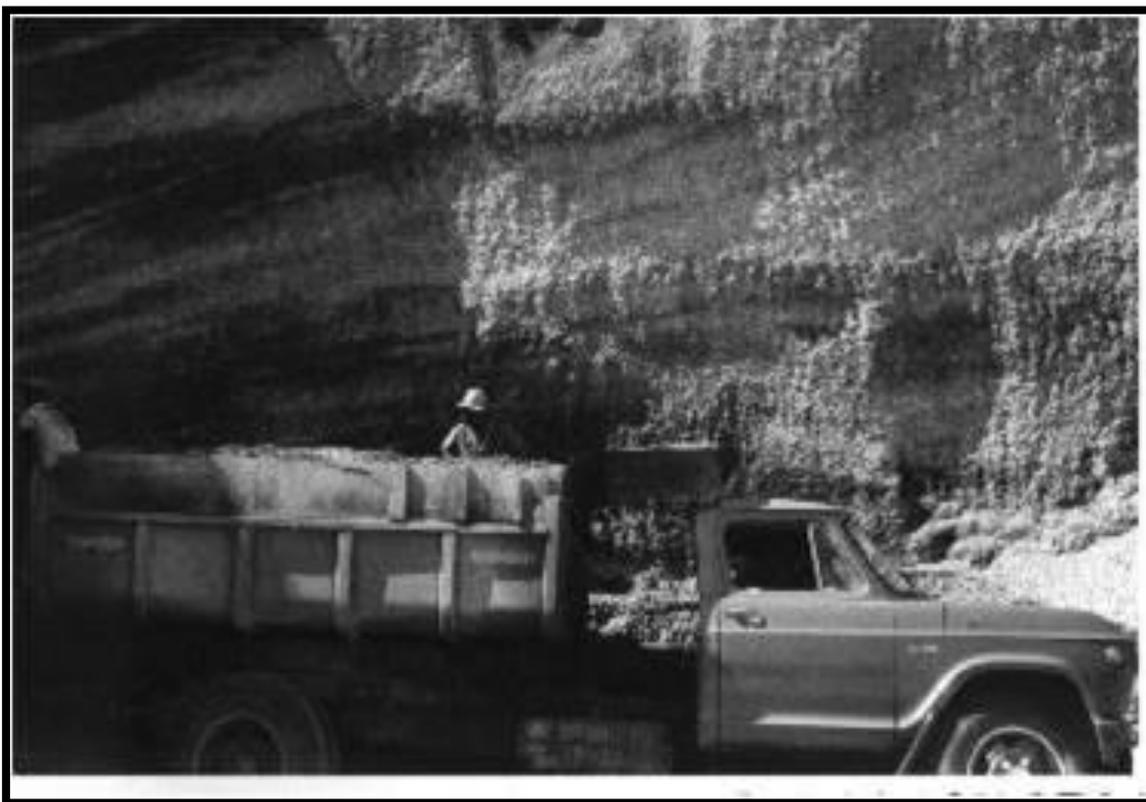


Foto: E. Müller apud FARIAS, 2000, p.104

Durante as escavações de Castro Farias, na década de 50, o pesquisador registrou a mineração ainda ativa no lado sul do sítio arqueológico.

Figura 28: Indústria caieira no Sambaqui Cabeçada 01.



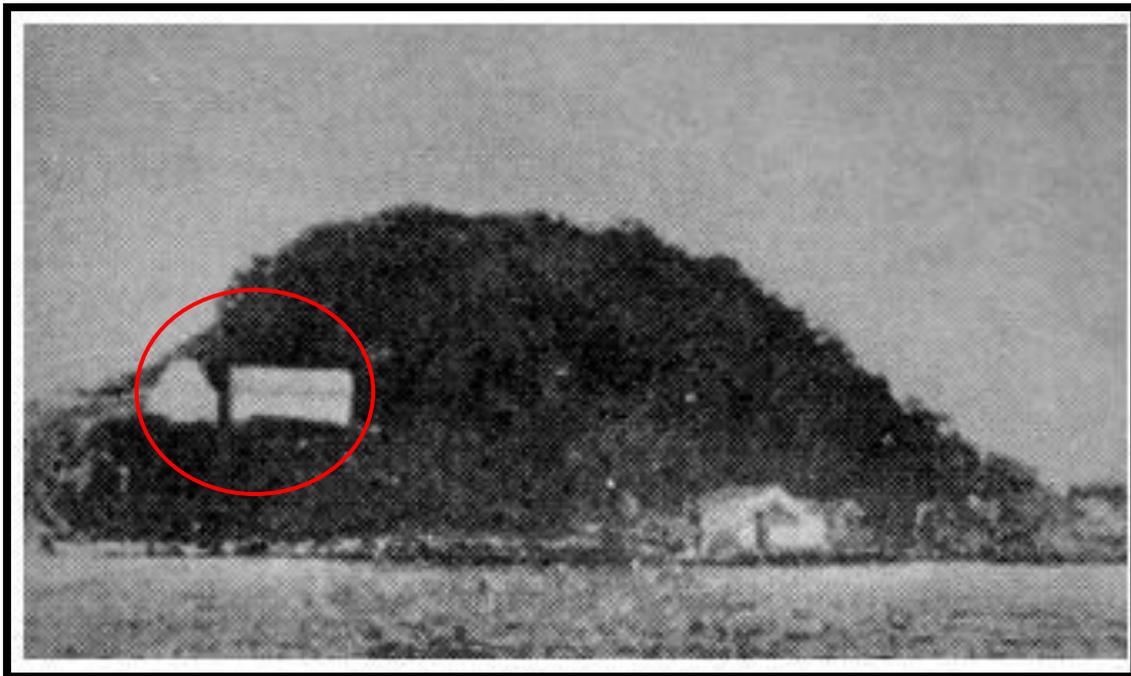
Fonte: Acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Figura 29: Indústria caieira no Sambaqui Cabeçada 01. Lado sul, ao fundo o bairro de Bananal.



Fonte: Acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Figura 30: Indústria caieira no Sambaqui Cabeçuda 01. Lado sul.



Fonte: Acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

A indústria caieira é apontada por Dona Maurilia, 79 anos, como sendo o principal fator de destruição do sítio arqueológico Cabeçuda 01. Segundo seu relato, o proprietário da caieira era o Sr. Aparício Martins de Oliveira, que arrendava as conchas do proprietário do terreno do Sambaqui, o Sr. Aldo Alcântara, ambos falecidos. A Sr. Anita nos relatou o mesmo fato da seguinte forma: “Não comprava era dele mesmo.” Ela sempre enfatiza a influência política de seu pai, podendo ser que a utilização das conchas fosse uma concessão.

Perguntou-se à Dona Maurilia se ela evidenciou a caieira em atividade, ela relatou que: *“Vi, eles tirando eu vi, agora queimando não porque a gente não via lá. A gente só via quando dava nordeste forte vinha uma fumaça branca para cá. A gente dizia assim “Ah foi o Seu Aparício que já botou fogo lá na caieira, lá na Caputera.”. Era isso que a gente via, que aí eles botavam fogo para queimar aquela casca, soltava uma fumaça! Que o nordeste trazia pro lado de cá, porque daqui, da ponta da Cabeçuda na ponta do Perrixil é pertinho. Pela estrada torna-se mais longe. .”*

O Sr. Aparício Martins de Oliveira era pai da Sra. Anita Quirino, de 93 anos. Ela relatou a produção de cal de forma detalhada, pois esse tipo de atividade era muito significativo para a família que retirava dali o seu sustento. A Caieira que Dona Anita mais se recorda é a última, compreendida entre a ponte de ferro e Hotel e Restaurante Lagoa. Essa foi a última caieira construída pelo seu pai, mas ela faz menção

a uma mais antiga que se localizava em cima do sambaqui. *“É o Aparício...tinha a caieira. Daí eles fizeram esse forno e que puxava a casca de outro lugar, que passava assim pela praia, de frente a nossa casa, e fizeram outra caieira {que ai eles fizeram cal.(...) pegavam a casca de lá (sambaqui) e carregavam para lá para queimar.”*; *“É carregou de lá a casca (sambaqui), transportou para lá, do outro lado, depois do lagoa ali, fez dois fornos enormes, eu me lembro disso.”*, afirmou a senhora Telma, que acompanhava a entrevista..

Sobre o processo de retirada das conchas e queima, Anita relatou que: *“Carregava de lá tudo para cá, era aqueles montem, como é que se dizem de, aquele que a gente fazia fogo Telma? Graveto, forravam aquilo de graveto e depois botavam a casca ali queimava né, levava três dias para queimar, quando era nordeste que eles gostavam, que daí queimava rápido. Uma fumaceira, fumaceira, meu Deus do céu. Quando era vento sul era de cá pra lá, de nordeste era para cá.(...) O morro ia ser bem direitinho, o carrinho de mão passava por ali, ia até lá em cima, lá despejava a casca e vinha. Na praia também tinha”*.

Segundo Dona Maurilia, as conchas eram queimadas na Caputera e extraídas do Sambaqui da Cabeçuda. Conversando com Dona Anita, ela relatou que seu pai também minerava o Sambaqui da Caputera. *“Ah, ele trabalhava com cal. A vida dele era essa né. (...) Na Caputera, eu acho que o casqueiro lá eu não sei se era dele ou se ele comprava, eu achava que era dele até. Eles traziam casca também de lá. A casca da Caputera vinha de canoa, Telma.”*

Questionou-se dona Anita quando e porque a caieira parou de funcionar. Ela e sua filha estimaram que fosse ao final da década de 1960, devido à morte de seu pai e posterior desinteresse dos filhos em continuar o negócio. Em nenhum momento o depoimento trouxe à tona memórias sobre leis de proteção ao sambaqui. Quando sua filha Telma pergunta: *“Oh Mãe não era proibido, queimar assim, não era proibido para vender?”* Dona Anita responde: *“Que nada, todo mundo fazia o que queria.”*

Por todas as entrevistadas, o processo da produção de cal foi apontado como o principal fator de destruição do Sambaqui. Dona Maurilia indicou que *“Foi, foi só a caieira”*; Dona Lilina afirmou que *“Provavelmente tiraram as conchas para fazer cal não é? Provavelmente foi, eu não sei assim, porque eu não morava aqui pertinho né, eu morava mais longe, lá no Mato Alto eu vinha para a escola e vinha para a Capela. (...) Então o que diminui, eu penso assim, que foram tirado muitas cochas (...).”*; Dona Anita comentou que *“(..)o morro era um barranco, e ele ia assim, que era o forno, e*

*depois descia, e descia era que o povo passava, eles não puxavam casca, a casca era só tirada de lá que vinha para cá. Ai eles foram cavando, foram cavando e o casqueiro foi se acabando, foi acabando a casca.”*

#### 2.4 CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR 101

Na década de 70 foi construída a estrada de rodagem, Rodovia BR 101, que cortou o bairro de Cabeçuda e atravessou o Canal de Laranjeiras. A BR 101 utilizou parte do aterro que já havia sido feito para a nova linha férrea, apenas ampliando e construindo outra ponte de concreto ao lado da segunda ponte férrea.

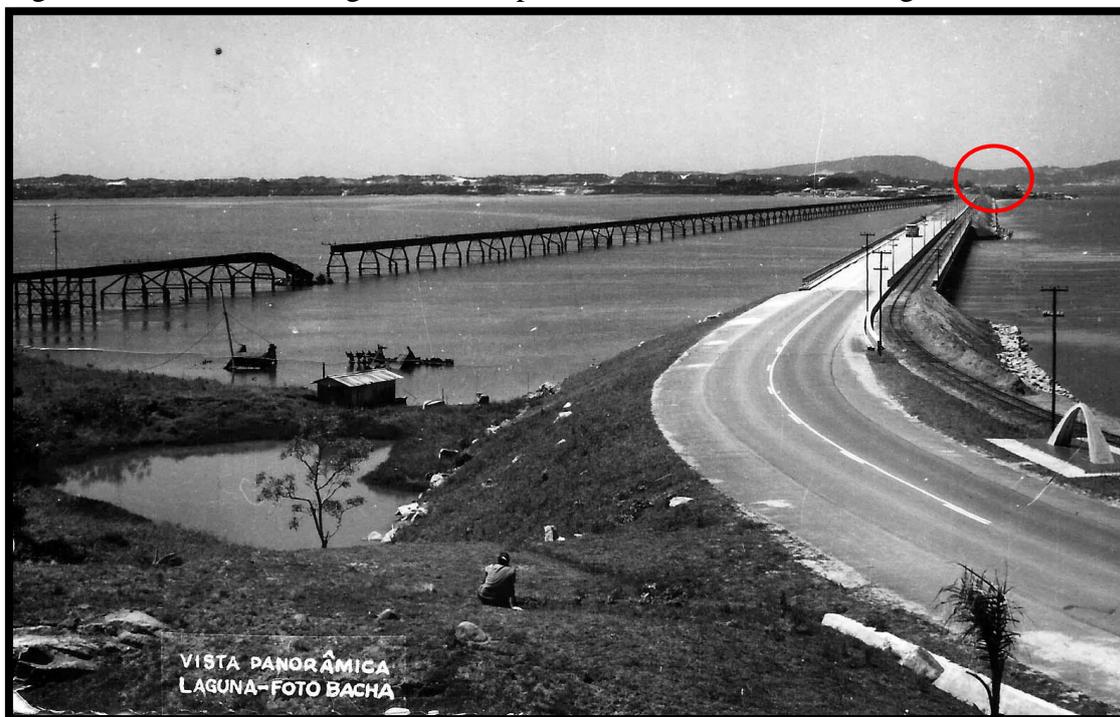
Comparando a imagem 31, antes da construção da BR 101, com a imagem 32, é notável a redução do Sambaqui Cabeçuda 01, que ocorreu em virtude da utilização do material conchífero para o aterro da lagoa, aliado à indústria caieira, que perdurou no local até meados de 1970.

Figura 31: Ponte Férrea do Canal de Laranjeiras.



Fonte: Acervo do Museu Ferroviário de Tubarão/SC

Figura 32: Estrada de rodagem BR 101 próxima de ser aberta ao tráfego, em 1970.



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Antônio Carlos Marega.

No ano de 2012, devido às obras da Ponte Anita Garibaldi, no processo de duplicação da BR 101, o sítio arqueológico sofreu outro impacto. Quatro pilastras

atingiram a área de entorno do sítio arqueológico. A construção da Ponte Anita Garibaldi é apontada por muitos moradores do bairro como um dos impactos recentes ao sítio arqueológico.

Além do grande impacto estético e estrutural causado ao sambaqui, pela construção da nova ponte, outras interferências foram apontadas no relatório de vistoria nº 16/2013 – IPHAN, de 07/10/2013 (ANEXO 01). Dentre estas, as mais impactantes foram o aterro, oriundo da dragagem do Canal das Laranjeiras, feito ao lado do sambaqui, que produziu uma praia artificial facilitando o acesso de moradores e turistas à área do sítio, que ainda não está cercada, o que poderá provocar novos danos. Como medida compensatória e visando à preservação do patrimônio, exigiu-se, por parte da empresa executante da obra, o cercamento do sambaqui. Ainda no relatório de vistoria foram identificados mourões colocados sobre o sítio, dois marcos topográficos implantados de forma irregular e, ainda, pinturas pontuais de marcação de topografia sobre as oficinas líticas.

Figura 33: Aterro ao lado do Sambaqui Cabeçuda 01, formando uma praia artificial.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 34: Impacto visual da ponte Anita Garibaldi ao sítio arqueológico.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 35: Impacto visual da ponte Anita Garibaldi ao sítio arqueológico.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 36: Aterro ao lado do Sambaqui Cabeçuda 01, formando uma praia artificial.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Com relação ao aterro recente, feito ao lado do Sambaqui, as entrevistadas relataram sobre a sua execução. Dona Anita disse que *“Tinha morador lá em baixo na praia, se a gente indo por aqui ainda tem as pedras lá né Telma? Eu nunca mais fui para lá?”*; Dona Telma respondeu que *“Tem, tem, não agora não, porque eles tiraram areia dali e fizeram tipo uma prainha, eu acho que taparam todas as pedras, nós pescávamos siri.”*; Dona Lilina avalia as consequências desse aterro para o sítio: *“Agora depois da construção da nova ponte a gente foi lá, meu Deus a diferença né? Fizeram até uma praia lá artificial que não tinha né, antigamente a água batia assim nas pedras. Depois eles tiraram o aterro do mar e colocaram ali, ficou aquela praia bonitinha, areia branca, fosse lá já? No verão tinha pessoas que vinham ali, traziam até sombreros para ficar ali perto da água, perto da lagoa. Ocupavam aqui prainha ali. Eu sei que mudou bastante.”*

Por meio dos relatos dos entrevistados, visualiza-se claramente a percepção deles quanto ao impacto de caráter patrimonial, simbólico e ambiental, gerado pelo aterro feito ao lado do sítio arqueológico. A estrada de rodagem, BR 101, tanto em sua construção, quanto em sua duplicação, gerou um movimento de transformação não só no Sambaqui Cabeçuda 01, mas em todo o sistema social-ecológico que o circunda. Na história do Bairro de Cabeçuda, esta grande obra impactará a sua paisagem, sociedade e economia.

## 2.5 CRESCIMENTO URBANO DO BAIRRO DE CABEÇUDA

O Bairro de Cabeçuda possui, de acordo com o censo do IBGE de 2010, 3.700 habitantes, acredita-se que parte destes dados estaria por englobar a comunidade de Mato Alto e Barranceira. O bairro era inicialmente uma vila de pescadores e agricultores. Não há registros históricos sobre a comunidade, os dados aqui apresentados são advindos de fontes orais, obtidas de antigos moradores.

Era formado principalmente por pescadores, agricultores e trabalhadores da ferrovia. Dona Lilina lembra que a localidade *“...tinha poucas famílias, a maioria era pescadores, tinha uma família ali ou duas que trabalhavam na estrada de ferro, tinha outra aqui que trabalhava na estrada de ferro, e a maioria era pescador, meu pai era pescador e plantava também.”*. Havia muita extensão de terra, mas poucos moradores no bairro. Anita e Telma descreveram as principais famílias formadoras da comunidade, sendo elas parte de uma das principais. Dona Telma esclarece *“Era os Bananas, o vô, os Brum, da dona Irece, a dona Mauri, o Isaías, que as filhas moram em Capivari(...)Eram poucas famílias, nós somos as mais antigas. A mãe mora esse tempo todo aqui, eu tenho 70 e moro até hoje.”*

Dona Maurilia também relatou suas lembranças sobre a origem do bairro e falou sobre o Sr. Aparício Martins, pai de Dona Anita. *“E...não...assim começou assim, com um, um senhor que começou com um supermercado, naquele tempo a gente não dizia supermercado, era um armazém, lá na cabeceira da ponte, bem onde saiu agora a ponte Anita Garibaldi, ali atrás do casqueiro, ali tinha uma casa de comércio, era um armazém. E do outro lado da ponte, da::: ponte, dessa que foi feita pelos ingleses, da ponte de ferro, ali também tinha outro negociante, que eu posso contar era isso. Aquele negociante que morava do lado de lá, do lado de cima da ponte, da ponte de ferro, era o Aparício Martins de Oliveira, então ele é que depois ficou sendo um líder da comunidade sabe? Documentos de terra, isso tudo ele fazia, atendia as pessoas, era como se fosse um prefeito, né, uma da comunidade. Então, e ai faleceu o dono do armazém do lado de baixo, do lado do sul e ele ficou dirigindo sozinho em armazém lá, a:::, ficou mantendo a::: venda para nós (...).”*

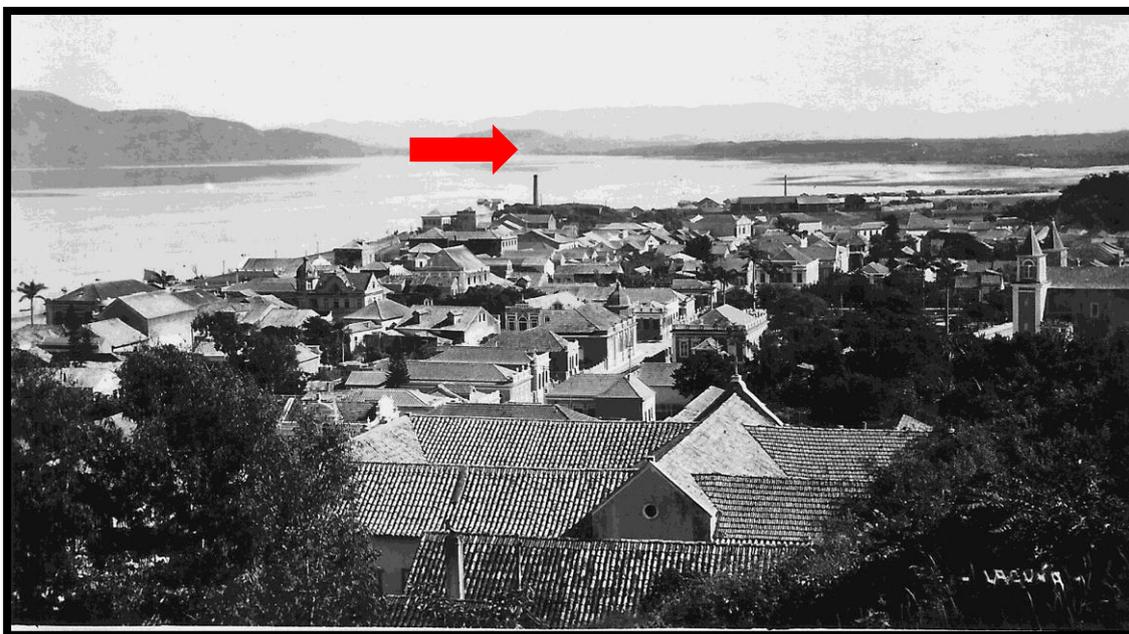
Dona Anita afirmou que além de líder comunitário, dono da indústria caieira do bairro, o Sr. Aparício era dono de um armazém responsável por abastecer a localidade, além de ter sido um influente político da cidade e região. *“Ele era político.*

*Conseguia as coisas fácil, porque naquela época não tinha quase ninguém, ele conseguia as coisas que ele queria.”, segundo ela, ao seu Aparício cabia a distribuição e doação de terreno, além de autorização para construção. “E os terrenos eram bem dizer, quase tudo do papai. Então quando queriam fazer uma casa, ele dava, não era dele, não tava ligando mesmo. (...) O terreno da escola, o terreno da igreja, foi tudo ele que deu.”*

Sobre a História da Igreja Católica, Dona Lilina relatou que o seu pai era muito envolvido e hoje ela continua a tradição da família. *“Nós tínhamos uma capelinha lá, pequenininha, depois com a construção da estrada veio para cá. Hoje somos paróquia, matriz aqui né, e:: Matriz São Pedro Apóstolo de Cabeçuda. (...) Então até 1970 a igrejinha estava lá, e ela veio para cá por causa da construção da BR 101”.*

O Bairro de Cabeçuda era assim, como na descrição das entrevistadas, até pouco tempo atrás. Pequeno, rural, interiorano e distante do centro da cidade de Laguna. Ao fundo da figura 37, vê-se a ponta da Cabeçuda, as casas nem aparecem na foto.

Figura 37: Vista da Cidade Laguna a partir do Morro do Hospital no Centro Histórico, século XIX.



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Antonio Carlos Marega.

Com a construção de BR 101 e a opção pelo tráfego rodoviário em detrimento do ferroviário, o bairro começou a se desenvolver com a abertura de estabelecimentos comerciais, que visavam tanto atender aos viajantes como aos

moradores. Outro desenvolvimento do bairro foi a abertura de indústria de pescados, que acarretou a vinda de vários trabalhadores para lá. Dona Lilina lembra como era o Bairro: *“Ah! e que cresceu muito também assim, é as firmas de pescados, tem bastante, antes não tinha. Tinha na nossa época, há muito tempo, uma casa também, uma casa ali que eles comprovam camarão, mais era camarão, mas era tudo assim salgado, porque não era nada congelado na época né, não tinha nada congelado. Inclusive meu pai também ele foi comprador de camarão e era tudo salgado, bem salgado para não estragar. Não tinha geladeira na época, nós não tínhamos luz elétrica aqui, não tinha energia.”*.

Recentemente, com as obras da construção da Ponte Anita Garibaldi, mais trabalhadores, advindos de outras partes do país, se instalaram no bairro. “A área de Cabeçuda, devido à proximidade com a BR 101 e o seu uso comercial intensivo tem se expandido muito. A região apresenta sinais de ocupação irregular e tem sido alvo de especulação imobiliária.” (Plano diretor Municipal de Laguna, 2010, p. 428), Dona Lilina observa que ocorreram muitas mudanças: *“Ah mudou muito, mudou muito. Inclusive vieram trabalhadores de fora, casaram com moças daqui. Eu me lembro de umas três ali que casaram com peão, com homens que vieram trabalhar e ficaram aqui.”*.

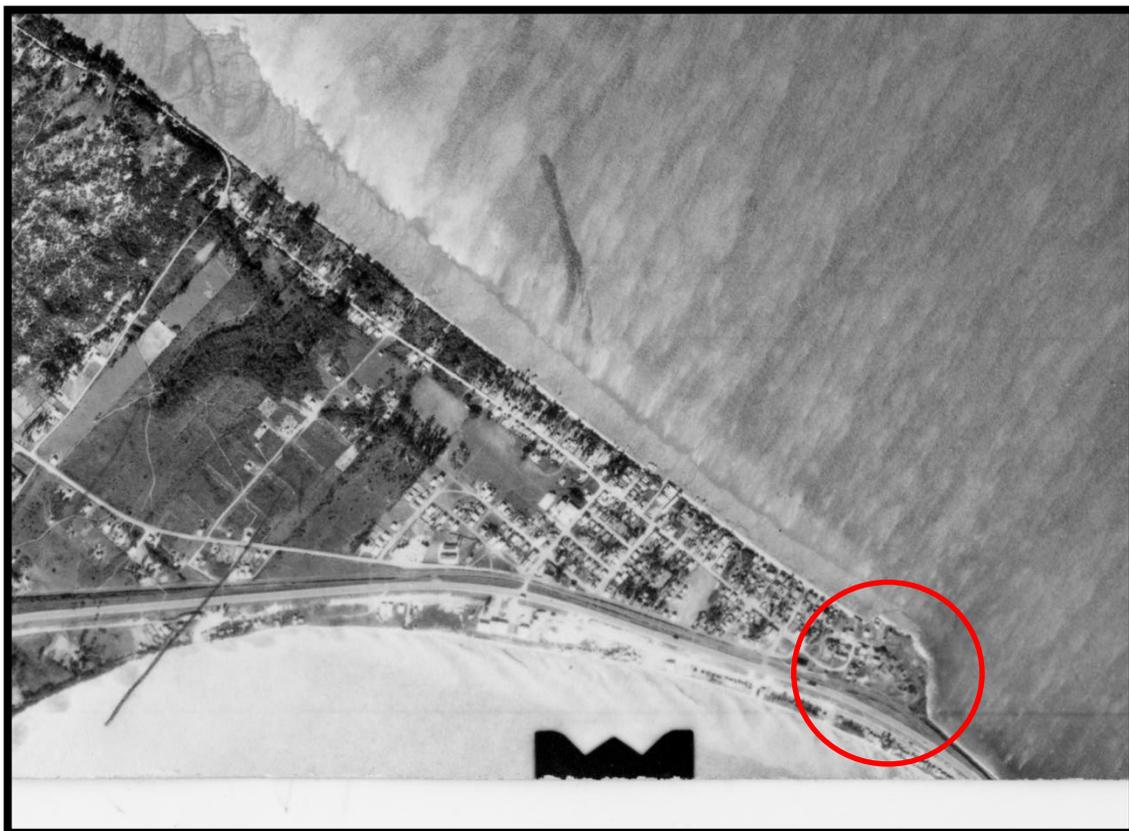
Uma análise feita por meio de imagens aéreas mostra o quão rápido cresceu o bairro de Cabeçuda a partir da construção da BR 101, na década de 70. A figura 38 é uma imagem aérea da ponta da Cabeçuda de 1957, as casas se concentram no entorno do sítio arqueológico (indicado na imagem) e às margens da lagoa. A figura 39 já mostra uma ocupação urbana mais avançada no ano de 1978, e nesta mesma imagem já está ocorrendo a construção da BR 101. Ainda na figura 39 constata-se a construção de algumas residências e ruas em cima do sambaqui. Na figura 40, referente ao ano de 2013, visualiza-se o crescimento urbano do bairro e como este adentra a área do sítio arqueológico, com edificações e ruas.

Figura 38: Vista aérea do bairro de Cabeçuda de 1957.



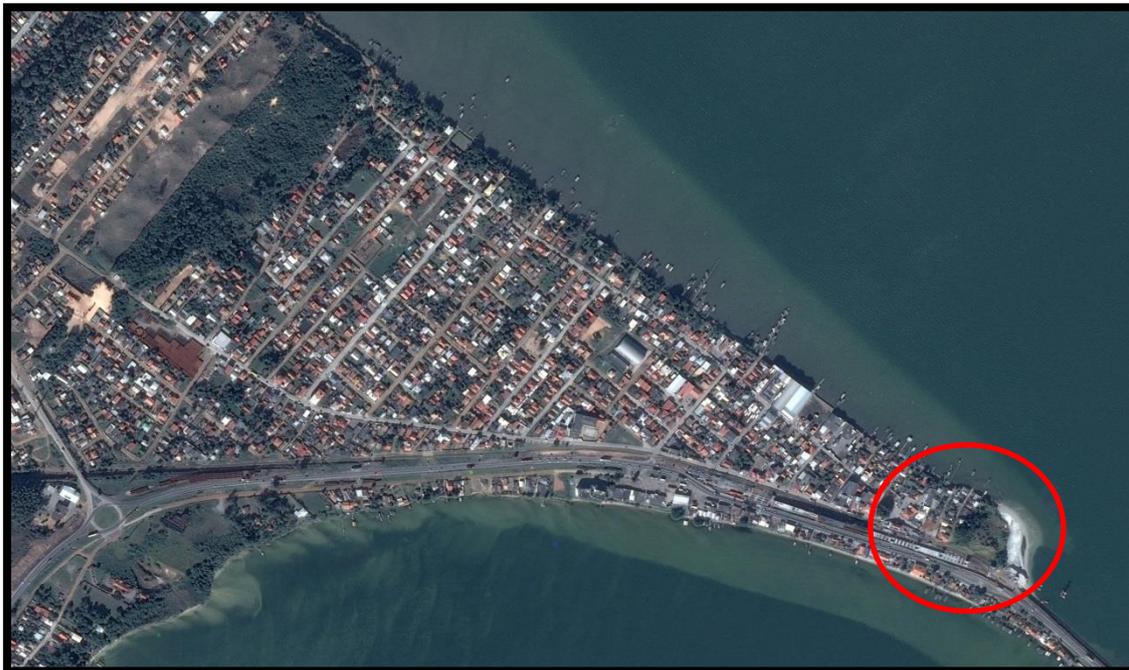
Fonte: Acervo da Secretaria do Estado de Planejamento de Santa Catarina cedido pelo Sr. Sérgio Maurílio dos Santos.

Figura 39: Vista aérea do bairro de Cabeçuda de 1978.



Fonte: Acervo do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

Figura 40: Vista aérea do bairro de Cabeçuda de 2013



Fonte: adaptado de Google Earth, 2013.

Esse crescimento foi desordenado, atingindo a área do sítio arqueológico. Várias casas e ruas foram construídas em cima do sambaqui, oficinas líticas podem ser encontradas em frente a estas casas. As imagens aéreas mostram exatamente este crescimento e como este adentra a área do sítio arqueológico.

Dona Ivone, 50 anos, apontou a ocupação irregular do Sambaqui Cabeçuda 01 como um dos seus fatores de destruição. *“Bem em cima, isso, por aquela rua ali nem tinha, aquilo era só uns atalhos. Não tinha nada daquilo ali, até eu passei muito tempo sem ir lá, quando eu fui lá me apavorei.(...) Não tinha nada daquilo. Aquela rua que passa ali por baixo ali, aquilo ali era um atalho,, não tinha aquilo ali, aquilo ali dava até medo de a gente passar ali. (...)Tudo cheio de casa, fizeram rua, construíram rua lá por detrás da casa da mãe da Erusia.”*

A indignação sobre a ocupação irregular na área do sambaqui é evidente nos relatos orais. Segundo as entrevistadas, as casas devem ter pouco mais de 20 anos no local. Quando Dona Maurília foi questionada acerca das transformações no bairro, ela relatou sobre o crescimento populacional e comercial e alertou como este crescimento estaria impactando a área do “casqueiro”. *“Pois eu também, aconteceu porque eu passei pelo mar, e vi está tudo diferente, tudo diferente.”* Dona Ivone também indica as alterações ocorridas na localidade: *“Bem em cima, isso, por aquela rua ali nem tinha,*

*aquilo era só uns atalhos. Não tinha nada daquilo ali, até eu passei muito tempo sem ir lá, quando eu fui lá me apavorei.”*

No decorrer das entrevistas, sempre que se indagava sobre as mudanças e alterações no sambaqui, o crescimento urbano vinha à tona, pois as entrevistadas afirmavam que até pouco tempo não havia tantas casas na localidade. Dona Anita disse que *“só tinha casca não { morava ninguém perto, era, só tinha aquele morro. Depois é que foi ficando povoado, ( ).”* Dona Telma corrobora com a informação: *“Então o que diminui, eu penso assim, que foram tirando muitas conchas, depois construíram ali, as casinha ali próximas, né. Porque lá em cima mesmo não construíram, construíram mais para baixo.”*

Figura 41: Ocupação irregular em cima do Sambaqui Cabeçada 01



Fonte: Acervo pessoal da Autora.

Figura 42: Ocupação irregular em cima do Sambaqui Cabeçada 01



Fonte: Acervo pessoal da Autora.

Figura 43: Ocupação irregular em cima do Sambaqui Cabeçada 01



Fonte: Acervo pessoal da Autora.

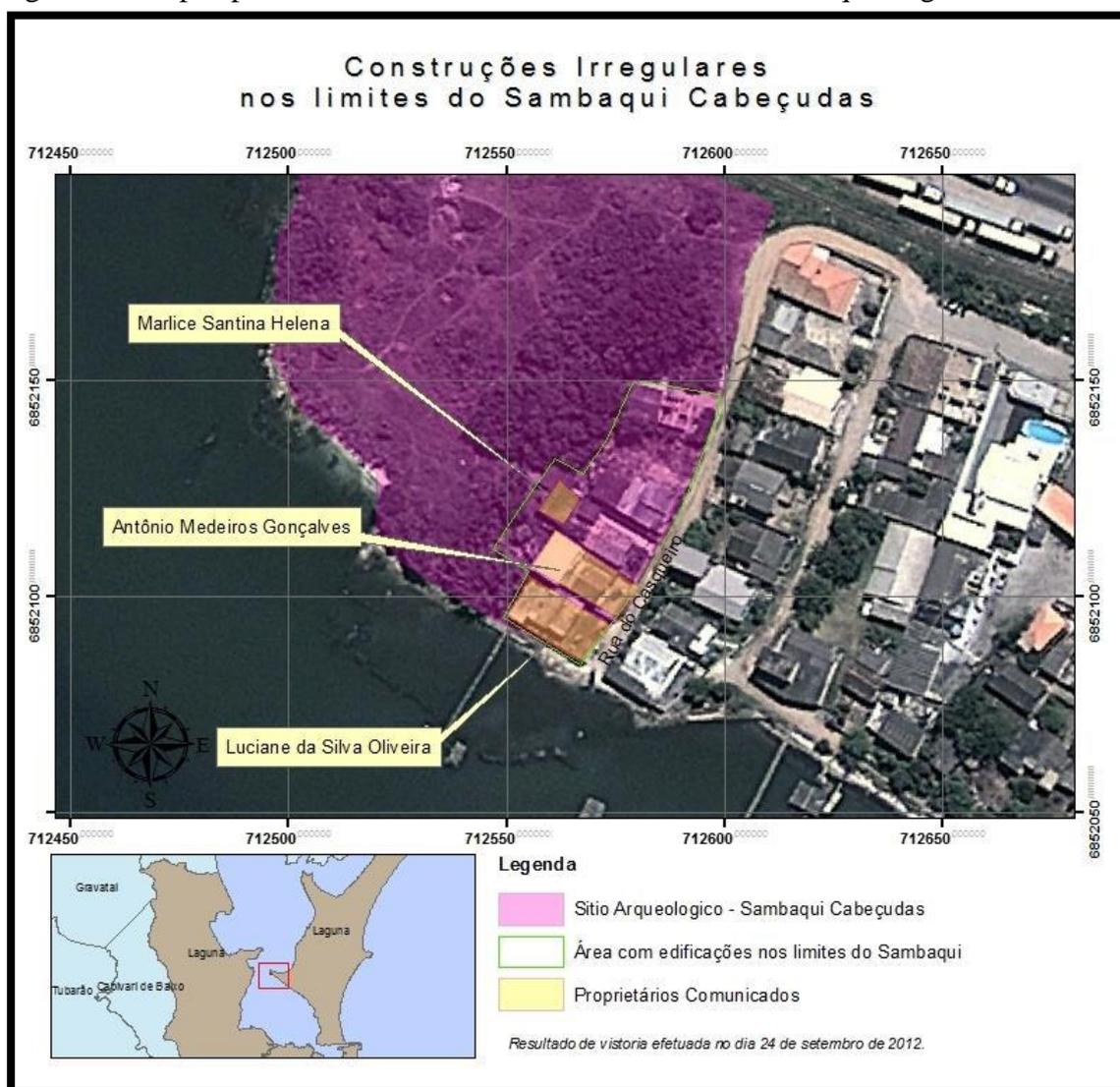
Figura 44: Ocupação irregular em cima do Sambaqui Cabeçada 01



Fonte: Acervo pessoal da Autora.

Em relatório de vistoria nº 01/2012 – IPHAN/SC de 01/11/2012 foi realizado um levantamento das casas que impactam diretamente a área do Sambaqui Cabeçuda 01. Essa vistoria foi realizada em função de uma denúncia de avanço ocupacional na área do sítio. Com a ação, constatou-se que várias casas estavam sendo ampliadas, reformadas e alteradas, incidindo sobre a área do sambaqui, uma chegou a impactar uma oficina lítica.

Figura 45: Mapa aponta residências construídas na área do sítio arqueológico.



Fonte: Relatório de vistoria nº 01/2012 – IPHAN/SC de 01/11/2012

Figura 46: Evidência do sítio arqueológico ao lado da residência.



Fonte: Relatório de vistoria nº 01/2012 – IPHAN/SC.

Figura 47: Muro construído em cima de oficina lítica.



Fonte: Relatório de vistoria nº 01/2012 – IPHAN/SC.

Figura 48: Placa de venda sobre o sítio arqueológico Cabeçuda 01.



Fonte: CLAUDINO; FARIAS, 2009, p.30.

Além das casas que invadem a área do sítio arqueológico, a utilização do material conchífero para aterrar e compactar terrenos e estradas também foi muito utilizado e relatado pelas entrevistadas. Dona Anita disse que *“Aquilo ali foi se acabando, porque vinha um fazia uma casa, tirava um pouquinho né, vinha outro ( ), não, eles foram fazendo as casas, foram aterrando, o casqueiro, foi diminuindo, foi diminuindo, (...).”* Dona Lilina afirma que as estradas eram aterradas com as conchas *“Outra coisa que as conchinhas eu acho que eles aterravam a estrada, porque tinha conchinha na estrada. Porque a estrada estadual passava por ali, ali por baixo, lá por*

*baixo mesmo. Na rua Tastro Pinho ali né. E a estrada era com casquinha, provavelmente era tirada de lá né. Hoje eles colocam esse barro, tem outro nome ali, saibro, e antes era casca para deixar firmar”.*

O crescimento urbano cada vez mais acelerado no Bairro de Cabeçuda é atualmente o principal fator de ameaça ao sítio arqueológico. Muitos moradores alegam falta de terreno para construir e alguns pensam em utilizar a área do sambaqui. No relato das entrevistas, observou-se que as respostas obtidas anteviam que o processo imobiliário poderia ocasionar a destruição do sítio, no entanto, para alguns, o fato de impedir o avanço das casas sobre o sítio não faria sentido, já que as pessoas terem moradia, nesse caso, é mais importante do que preservar o sambaqui.

Figura 49: Ocupação irregular no Sambaqui Cabeçuda 01.



Fonte: Acervo do GRUPEP-Arqueologia.

Figura 50: Plantação de bananeiras e despejo de entulho no Sambaqui Cabeçuda 01.



Fonte: Acervo do GRUPEP-Arqueologia.

Apesar de passar por todos esses fatores de risco, esse território é resiliente, mantendo suas características primordiais, podendo contribuir para as pesquisas arqueológicas sobre as populações sambaqueiras. Mas o que produz essa manutenção não é o próprio sambaqui, mas a comunidade que o circunda e a todo momento o significa e o (re)significa, aliada às forças legais de proteção.

### 3 SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS

Foi possível visualizar, no capítulo 2.0, os vários momentos de transformação e impactos sofridos pelo sítio arqueológico Cabeçuda 01. Contudo, em conjunto aos fatores de risco, apresentados e sofridos pelo sítio arqueológico, fatores de proteção surgiram com a finalidade de manter a resiliência daquele ambiente. É fato que existem leis de proteção ao patrimônio arqueológico e que vistorias legais foram realizadas, contudo o principal fator de proteção do Sambaqui Cabeçuda 01 é a comunidade que o circunda. Essa comunidade (re)significa o sítio arqueológico em estudo, e é este processo significativo e simbólico, inerente à produção cultural humana, que se busca discutir neste capítulo.

Cada grupo humano possui, dentro de suas matrizes culturais, elementos simbólicos e significantes. Como demonstra Byington (2006, p. 25), poucas coisas vêm a caracterizar o ser humano quanto aos símbolos. O símbolo pode ser analisado de vários ângulos e através de outros conceitos. Pode ser utilizado como significante de algo – “as nuvens escuras são as precursoras simbólicas de uma chuva que vai cair” (GEERTZ, 2008, p. 67) – ou como sinais convencionados, tais como o sinal vermelho de parada no trânsito. Significante do sujeito ou convenção social, os símbolos fazem parte do universo cultural humano. Diante desta constatação, visualiza-se a relevância de compreender os processos significantes e (re)significantes para com o patrimônio arqueológico, uma vez que são estes processos os produtores da resiliência do território do sítio arqueológico. Como as manifestações culturais tornam resiliente um território que abriga um patrimônio arqueológico, senão por meio das produções simbólicas?

Elementos simbólicos são “formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças” (GEERTZ, 2008, p. 68). Geertz (2008, p. 7), em sua própria definição de cultura, trabalha a relação e construção simbólica como inerente ao homem. Ele propõe uma análise cultural, antropológica, a partir da escolha de estruturas de significação. O comportamento humano é visto como uma ação simbólica.

O simbólico persiste mesmo em um mundo científico, com comprovações ditas racionais e pensadas como reais. A todo momento constata-se esta sobrevivência do simbólico, mostrando que este constitui a vivência do homem. Jung (2000, p. 26) critica essa valorização mítica do conhecimento científico, resultando em uma cegueira

sobre os mitos, tradições, contos de fada que representam a produção simbólica humana.

As coisas não melhoram quando a física matemática nos revela o mundo do infinitamente pequeno. Finalmente, desenterramos a sabedoria de todos os tempos e povos, descobrimos que tudo o que há de mais caro e precioso já foi dito na mais bela linguagem. (JUNG, 2000, p.26)

A formação simbólica da mente opera por analogia e correspondência, e não por meio de explicações racionais. Para Jung, essa forma de pensamento indicava as origens inatas dos arquétipos. Seguindo esta linha é que Jung preferia interpretar as fantasias modernas à luz de padrões mitológicos arcaicos em detrimento da razão. Um exemplo consiste na fantasia de ‘pular de um rio’, vista em muitos sonhos, que significa muito mais do que as associações pessoais que o indivíduo possui com algum rio. Ela carrega consigo todo um imaginário arquetípico da corrente, tendo a água a função de dissolver e umidificar aquilo que está obstruído no inconsciente pelo consciente (SALMAN, 2001, p. 131).

A água é necessária à vivência humana. Hoje se sabe de sua composição, da necessidade de preservação, de variadas formas de uso e obtenção, como sua função simbólica para a purificação, como lavagem da alma no ato de batismo de várias religiões, como símbolo de renascimento, entre outros. Segundo Jung (2000, p. 29), a água constitui o símbolo mais comum do inconsciente. Os símbolos e imagens estão contidos na psique de cada ser humano, sejam estes de forma arquetípica e/ou subjetiva. A *psique* trata-se de um conceito mais abrangente da personalidade humana, quando Jung, aos passos de Freud, amplia o conceito de ‘sujeito humano’, esta ampliação passa a considerar também os processos do inconsciente, ou seja, a psique. (KUGLER, 2001, p. 148).

As estruturas da psique estão relacionadas a atividades particularmente humanas associadas à maternidade, paternidade, nascimento, renascimento, auto representação, identidade, envelhecimento, morte, entre outros.

Jung (2000) discute a função dos símbolos, ou imagens, para a construção da psique. Para ele, muitas das formações simbólicas possuem arquétipos que as norteiam. Freud considerava que a função de se formar símbolos consistia na proteção contra pulsões infantis do inconsciente. Contudo, para Jung (2000) esta formação simbólica consistia em transformar uma libido de um nível a outro, sempre buscando um caminho ao desenvolvimento futuro. Símbolos assim se constituem de imagens

vivas que refletem processos psicológicos ativos, cheios de significados. Os símbolos são, por excelência, a linguagem dos arquétipos, uma vez que uma imagem simbólica possui a totalidade do arquétipo que ela reflete (SALMAN, 2001, p. 130).

Apesar de ser duramente criticado por sua posição com relação às mulheres, negros, e seu envolvimento com o nazismo, muitos acreditam que foi Jung quem teorizou o processo do preconceito, tendo como base os arquétipos. (SAMUELS, 2001, p. 49). Levando em conta a parceria de pensamento e posterior briga entre ambos, conhecida dentro do universo da psique, Freud e Jung possuíam uma visão de inconsciente contrária. Para Freud, o inconsciente é criado através da repressão pessoal, vinda da experiência, da vivência de cada um. Ao contrário, Jung propõe o inconsciente formado por uma base coletiva, tendo as estruturas inatas grande influência ou até determinação sobre o conteúdo do inconsciente. (SAMUELS, 2001, p. 51). É a partir deste inconsciente, formado por base coletiva, que surge a teoria dos arquétipos. Os conteúdos das experiências pessoais são estruturados de forma arquetípica, comparado ao que o estômago faz com a comida:

O inconsciente está sempre vazio; é o ‘estômago’ da psique pelo qual passa a comida (a experiência pessoal). O conteúdo específico da experiência consciente é ‘metabolizado’ arquetipicamente de acordo com as categorias da psique humana que tornam a experiência significativa para nós mesmos e para os outros. (KLUGER, 2001, p.148).

Jung (apud Byington, 2006, p.18) discute a dimensão psíquica arquetípica como uma forma de estudar nossa elaboração simbólica. Para Jung, existe uma espécie de inconsciente coletivo que contém “matrizes ou arquétipos inerentes ao nosso patrimônio genético, que coordenam a formação e a função dos nossos símbolos.” (Byington 2006, p. 29). O termo arquétipo tem sua origem no grego da junção de *arché*: principal ou princípio e *τύπος* - *tipós*: impressão, marca, ou seja, primeiro modelo ou imagem de alguma coisa. Um exemplo clássico de arquétipo, originado no início da existência dos homínídeos, é o arquétipo do medo do escuro. O medo do escuro pode ser atribuído a um arquétipo que teve sua origem no momento em que o homem ainda não havia domesticado o fogo, o que tornava seus grupos presas fáceis para grandes caçadores noturnos. O escuro também é local de uma gama de imaginários humanos, uma vez que apresenta a vulnerabilidade humana diante do desconhecido.

Os anciãos da tribo dos algonyi, no Quênia, descreveram-me o deus noturno como aquele que ‘provoca o medo’. ‘Ele chega até nós’, diziam, ‘como uma

rajada fria de vento que nos faz tiritar, ou então passa assobiando em redemoinho pelo capim alto?; (...). (JUNG, 2000, p.28)

Os símbolos são construídos e modificados historicamente e culturalmente, contudo seus arquétipos estão enraizados na dimensão psíquica. Os arquétipos funcionam como formas simbólicas herdadas, preexistentes, ou, como diria Durand (2012, p. 39), uma espécie de ‘germe’ psicológico. Jung (2000, p. 89-90) pontua a condição biológica da espécie humana no que compete à psique, pois, para ele, toda espécie animal possui uma psique pré-formada, pré-consciente. Observada nos recém-nascidos, trata-se de uma condição prévia, complicada e determinada de forma rigorosa para cada indivíduo. Neste momento, Jung (2000, p. 78) critica Locke quando diz que aquilo que designa de alma<sup>4</sup> de um recém-nascido não deve ser tratado como tábula rasa. Para ele, a criança vem ao mundo com um cérebro pré-determinado pela hereditariedade. Muitas repetições de experiências humanas acabam por imprimir tais experiências na psique, esta é carregada por meio da hereditariedade.

Jung desenvolveu uma mescla de arquétipos e subjetividade dos símbolos, entrando na questão psicológica, expôs que o que consideramos uma marca própria de cada um pode se tratar de uma manifestação do ego que forma-se arquetipicamente desde a infância em sociedade. A consciência se estrutura a partir do símbolo. Assim, o entendimento e a compreensão da formação da Consciência Individual e Coletiva estão pautados no estudo dos símbolos. Para Freud, o inconsciente estava ligado às experiências exclusivamente pessoais, e Jung (2000, p. 15) não desconsiderava esta individualidade, mas antes a colocava na superfície do inconsciente e dizia que em uma camada mais profunda existem arquétipos, que não têm origem nas experiências ou aquisições pessoais, sendo assim inatos.

Para haver uma existência psíquica e formar a parte dita consciente é preciso, antes, haver conteúdos para serem conscientizados. Pode-se falar em inconsciente na medida em que se podem comprovar os seus conteúdos. Os conteúdos formadores do inconsciente coletivo são denominados de arquétipos. Jung (2000, p. 91) faz uma ressalva sobre esta afirmação, quando diz que o arquétipo é determinado pela forma, mas como essa forma se torna consciente, ou seja, o conteúdo é preenchido pelas experiências individuais. O arquétipo possui uma forma pré-determinada, mas esta se materializa no indivíduo de acordo com as suas experiências pessoais. Os Arquétipos se manifestam de formas diferentes, em pessoas e sociedades diversas.

---

<sup>4</sup> Sendo esta também um arquétipo, aquilo que faz viver. (JUNG, 2000).

Desde pequenos, o ser humano é formado simbolicamente dentro de um ambiente cultural. Os arquétipos se constituem e representam um conteúdo do inconsciente, mas se modificam por meio do processo de conscientização e percepção do indivíduo, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual no qual o mesmo se manifesta (JUNG, 2000, p. 17). Por isso, Jung ao mesmo tempo em que coletiviza o inconsciente, não menospreza as experiências do indivíduo subjetivo.

O que Jung chamava de arquétipos, Platão já discutia, quando propôs a existências de alguns padrões primordiais. Na concepção de Platão, os humanos nada mais seriam do que sombras imperfeitas destes padrões primordiais. (SAMUELS, 2001, p. 51). “Não é de modo algum mérito meu ter observado esse fato pela primeira vez. As honras pertencem a PLATÃO” (JUNG, 2000, p. 90). Jung (2000, p. 90) trazia como o diferencial em suas discussões sobre o arquétipo o fato de ter provado que estes não se difundem por todos os cantos simplesmente utilizando como suporte os mitos, tradições, linguagem e migração. Mas antes ressurgem espontaneamente em qualquer tempo e lugar, sem uma influência externa para tal transmissão, ocorrendo internamente no inconsciente coletivo. Como explicar diversas manifestações simbólicas semelhantes e até idênticas em várias partes do globo, vista em culturas que nunca tiveram contato?

Do inconsciente emanam influências determinantes, as quais, independentemente da tradição, conferem semelhança a cada indivíduo singular, e até identidade de experiências, bem como forma de representá-las imaginativamente. Uma das provas principais disto é o paralelismo quase universal dos motivos mitológicos, que denominei arquétipos, devido à sua natureza primordial. (JUNG, 2000, p.71)

Trabalhando o conceito de sombra, seguindo Platão, Jung a considerava como sendo o inconsciente pessoal, uma parte viva da personalidade, e que quer aparecer de qualquer forma. Por isso o medo do inconsciente. “O inconsciente é considerado geralmente como uma espécie de intimidade pessoal encapsulada, mais ou menos o que a Bíblia chama de ‘coração’, considerando-o como a fonte de todos os maus pensamentos” (JUNG, 2000, p. 30). Como o inconsciente é visto desta forma pelo consciente, como algo a ser reprimido, teme-se a sombra, pois ela mostra ao mundo uma face que se busca encobrir através da *persona* (JUNG, 2000, p. 30). Todos possuem uma sombra, trata-se de um dado arquetípico da psique. “Os sapos desordeiros costumam ser empurrados para o inconsciente, formando uma personalidade secundária dissociada que Jung chama de sombra.” (SALMAN, 2001, p. 132). Contudo, algo

escapa do inconsciente, os arquétipos. Como pouco se conhece para agir através do consciente, o inconsciente possui muito espaço para se manifestar, assim o inconsciente coletivo reage através das representações formadas arquetipicamente (JUNG, 2000, p.31).

Kant (1781-1792) notava que a percepção do mundo se conformava às formas ideais de Platão. Para Kant (1781-1792), as percepções, que criam a realidade, estruturam-se segundo formas básicas. Os arquétipos assim são formas ideais, que apesar de nunca serem totalmente conhecidas, são expostas e visíveis na contemporaneidade, nas manifestações simbólicas (DOUGLAS, 2011, p. 74). Adentrando a construção da teoria dos arquétipos, encontra-se ainda a influência de Schopenhauer (1981), que enfatizava a relevância do imaginário, dos sonhos e do inconsciente, sintetizando e esclarecendo a visão neoplatônica construída pelos filósofos românticos com relação às formas primordiais (DOUGLAS, 2011, p. 75).

Com sua teoria dos arquétipos, Jung (2000) construiu alguns padrões que começaram a ser analisados e observados em diversos contextos culturais, sempre deixando clara a multiplicidade de arquétipos existentes. Dois principais consistem nos arquétipos masculino, dentro da mulher (Animus), e feminino, dentro do homem (Anima). Apesar de anima estar associada à representação do feminino, ela nada mais é que o conceito de alma para Jung, ou seja, aquilo que impulsiona a viver. Portanto, Anima se caracteriza como um arquétipo, uma vez que não é a única característica do inconsciente, mas um de seus aspectos, o que mostra a feminilidade. A Anima significa vida, reguladora do bem e do mal, impetuosa e compulsiva, como vida ela é ao mesmo tempo significativa e louca. Estes ideais arquetípicos de homem e mulher e suas características podem ser observados em várias manifestações culturais. Jung foi um dos primeiros a igualar os aspectos femininos da psique aos aspectos masculinos. Anteriormente a mulher era considerada uma *ipso facto*, um homem inferior. (SALMAN, 2011, p. 125).

Animus e Anima, em muitos casos, foram interpretados como fases, estágios das culturas. Essas fases foram evidenciadas em diferentes contextos socioculturais (DOUGLAS, 2011). Neumann (1954) faz esta análise dos arquétipos através de fases existentes ao longo da vida. Esta divisão possibilitou estudar de forma comparativa o desenvolvimento do indivíduo com o da cultura, por meio dos arquétipos (Byington, 2006, p. 38).

Nietzsche (1899-1911) também colaborou com a teoria dos arquétipos. Jung (2008), também interessado nesta dualidade do homem entre bem e mal, transformou as descrições de Nietzsche (1899-1911) da sombra, da *persona*, do super homem e do velho sábio em imagens arquetípicas específicas (DOUGLAS, 2011, p. 77).

Jung (2000) trabalha o inconsciente por meio de construções simbólicas. Para ele, os sistemas simbólicos, como alquimia ou astrologia, nada mais são que projeções dos processos psicológicos interiores da humanidade, como fantasias em um mundo físico e biológico, além de representações simbólicas do consciente coletivo. (SALMAN, 2011, p. 115-116). O simbólico parte do indivíduo, mas sempre com uma formação coletiva. Jung (2000, p. 42) indaga sobre como se outorga o sentido, quais são as fontes das quais o indivíduo extrai os sentidos, uma vez que para ele só há processo significativo para aquilo que é incompreensível, mas onde se significa este? A resposta está no fato de que as formas usadas para dar sentido se tratam de categorias históricas da antiguidade, muitas vezes não levadas em conta. Na busca do sentido, o indivíduo se serve de certas matrizes linguísticas que, por sua vez, derivam de imagens primordiais.

Para Jung, o “material pessoal possui um núcleo universal com origem na ‘psique objetiva’ ou ‘inconsciente coletivo’, que consiste em uma dinâmica arquetípica comum a todos” (SALMAN, 2011, p. 121). A experiência de cada indivíduo é única, mas existe um universo arquetípico que influencia na produção de significado oriundo desta mesma experiência, fechando esta ligação entre dentro e fora anteriormente proposto por Jung.

Enquanto ‘estruturas’ psicossomáticas, os arquétipos são a nossa capacidade inata de apreender, organizar e criar experiências. Consistem tanto em padrões de comportamento de base biológica como em imagens simbólicas desses padrões. (SALMAN, 2011, p. 121)

Ao pensar-se no arquétipo da “Grande Mãe”, entende-se que a parte simbólica da grande mãe vai muito mais além da experiência de um indivíduo com a sua mãe, pois atinge a base arquetípica de mãe, ou da maternidade. Apesar de mãe ser culturalmente formada, evidencia-se, em muitas culturas, este arquétipo, ligado à fertilidade, à atenção, ao cuidado, à proteção do local, Mãe Natureza, Madre Igreja, entre outros exemplos (SALMAN, 2011, p. 122). Uma das justificativas de Jung para esses comportamentos arquetípicos em várias manifestações culturais está na formação cerebral da espécie. Para ele, como os indivíduos compartilham várias funções e funcionamentos corporais, o cérebro não está escape disto, como a psique depende do

cérebro é provável que irá produzir as mesmas formas em toda parte (SALMAN, 2011, p. 123).

Os arquétipos podem ser percebidos na produção simbólica ou não. Muitos arquétipos permanecem no inconsciente, agindo de forma poderosa e autônoma. O arquétipo seria comparado no campo sociológico ao poder, muitas vezes silencioso, da ideologia. É por meio da produção simbólica que as experiências subjetivas se unem aos arquétipos, a análise de uma produção simbólica deve ser avaliada levando-se em conta estes dois fatores.

O Arquétipo, apesar de agir na psique, precisa da experiência para tomar vida. Os processos simbólicos dos indivíduos e das culturas são expressos na experiência ‘real’, por isso a relevância do empírico, do aqui e agora para analisar os arquétipos e as produções simbólicas. A perspectiva de Jung com relação ao processo psicológico incluía a ideia de um ‘inconsciente cultural’, que difere do coletivo (universal). Essa formulação abriu caminho para se analisar e compreender culturas, nações, filiações políticas e identidades religiosas (SALMAN, 2001, p. 134).

Como os arquétipos podem contribuir no processo de significação e/ou ressignificação de um sítio arqueológico por comunidades? Propõe-se uma análise a partir de uma espécie de arquétipo do Primitivo. Este arquétipo da sociedade ocidental propõe a formação humana de forma evolutiva, no qual o primitivo é visto como atrasado, uma etapa que deve ser transposta. Propriamente Jung, quando fala do conhecimento primitivo, sempre o relaciona às organizações tribais, mitológicas e politeístas. Este arquétipo simbolizou a dominação dos grupos indígenas no Brasil Colonial e a simboliza hoje no olhar sobre o patrimônio arqueológico de muitos grupos humanos pré-coloniais. O Arquétipo do primitivo resiste ainda no olhar destes patrimônios, não somente como construídos por seres menos evoluídos, mas por ainda hoje estarem representando atraso e empecilho à evolução, ao progresso, à marcha contínua e certa da humanidade. Este arquétipo, existente há milhares de anos, constituído consciente ou inconscientemente, manifesta nossas opções simbólicas ainda hoje.

Quando se responsabiliza Jung por teorizar o processo formador do preconceito, por meio da teoria dos arquétipos, é através desta mesma teoria que se propõe pensar a produção simbólica diante de sítios arqueológicos pré-coloniais. Se houver uma relação de inferioridade com relação ao patrimônio pré-colonial, esta relação pode estar contida em um arquétipo de superioridade das culturas brancas,

européias, observada na relação com os negros. Hillman e Todorov (1986 apud ADAMS, 2001, p. 186) colocam a existência de uma projeção inconsciente de um fator arquetípico ou universal – um juízo de valor da cor, projetado nas pessoas, com associação – branco/luz/dia e preto/trevas/noite. Essa é uma formulação arquetípica do preconceito. Ainda Hillman (apud ADAMS, 2001, p. 186) explana sobre o racismo quando diz que o problema consiste no fato de que os racistas são literalistas, confundindo de maneira irracional a realidade física com a psíquica, aplicando mal a oposição entre cores preta e branca para fins preconceituosos e discriminatórios. Claramente, não há como esquecer os fatores culturais que envolvem tais problemas, mas trata-se de uma forma de pensamento voltada ao psíquico, uma resposta dos autores ao fato de o preconceito existir, independentemente da forma, mesmo com políticas sociais que o combatem.

Bourdieu (1989) avaliaria essa situação sobre outro prisma, o ideológico, que assim como arquétipos, não deixam de serem construções mentais, de bases sociais, as quais, muitas vezes, atuam de forma determinante e imperceptível na concepção de ações e ideias. Bourdieu (1989) discute o símbolo social a partir da visão de Durkheim (1975), no qual o símbolo é visto como uma convenção social, criado e transformado no cerne da sociedade, do grupo, do coletivo. Bourdieu (1989), em sua teoria do poder do símbolo, transpassa a visão estruturalista da linguagem de Saussure (1907-1910), na qual os símbolos estão contidos na estrutura da língua, de forma objetiva, em que o significante e o significado estão colados, de forma quase que imutável.

Visto pelo ângulo marxista, os símbolos são formas de poder, de dominação de um grupo sobre outro, de uma ideia sobre outra. As ideologias constituem papel importante nesse poder simbólico. Por meio deste mesmo ângulo é possível analisar o Sambaqui Cabeçuda 01. Quais ideologias permeiam o significar deste patrimônio arqueológico? Quando que este poder simbólico joga contra o sítio arqueológico, gerando fatores de risco ao mesmo?

Os símbolos são estruturas de poder desde a sua escolha até o seu momento de significação, que pode ser alterado por meio de escolhas ideológicas, ou formas arquetípicas. Direcionando esta significação sob um viés marxista para a área da linguagem, propõe-se um trabalho sob a ótica de Mikhail Bakhtin (2006).

Tanto Bourdieu quanto Bakhtin traz o humano para as ciências da linguagem e dos símbolos. Neste humano está contido o jogo de poder, as ideologias. Para Bakhtin (2006, p. 31), tudo que é ideológico possui um significado, que remete a

algo fora de si mesmo. É um signo, uma vez que sem signos não há ideologia. “Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso não trata-se de ideologia.”. Contudo, esse mesmo corpo físico pode ser percebido como símbolo. Ele, como objeto, não passa de matéria, mas quando este mesmo objeto passa a refletir e retratar uma realidade, aí sim, ele passa a ser signo, ou seja, quando passa a significar, quando é inserido no contexto da linguagem.

Os signos não se constroem por si, são construídos e reconstruídos em sociedade. Saussure (1907-1910) traz a mutabilidade do signo como social, mas um social ainda regido por regras, por convenções sociais, que difere da mutabilidade social de Bakhtin (2006).

Na contramão do olhar estruturalista de linguagem, Bakhtin (2006) traz um olhar ideológico em relação aos signos. Faz o processo de descolamento dos dois lados da moeda de Saussure (1907-1910), tanto o significante quanto o significado são mutáveis e modificados ideologicamente. Bakhtin (2006) critica Saussure (1907-1910) por sua busca incessante da objetividade dos estudos linguísticos. Uma crítica a essa língua rígida, imutável, que vem a significar aos signos:

(...) em que medida um sistema de normas imutáveis – isto é, um sistema de língua, segundo os representantes da segunda orientação – conforma-se à realidade? Evidentemente, nenhum dos representantes do objetivismo abstrato confere ao sistema linguístico um caráter de realidade material eterna. (BAKHTIN, 2006, p.93).

A língua trazida para o social traz consigo a crítica à imutabilidade, ao sistema regido por normas e convenções imutáveis. “O estruturalismo formal, quanto a ele, fechou-se para sempre no gueto de uma linguagem estéril, preciosa e, muitas vezes ridícula” (DURAND, 2012, p. 9). Quando Derrida (1974), questionando a universalidade dos arquétipos, tenta demonstrar que os próprios universais metafísicos, usados para fundamentar o ato de interpretação, são derivados linguísticos representantes de uma teoria reprodutiva da linguagem, propõe para a linguagem uma realidade primária a ser copiada. Contudo, partidários do desconstrucionismo, uma forma pós-moderna de nominalismo (defensores da não conexão entre coisas e referentes), costumam utilizar categorias sociológicas, históricas e intersubjetivas para demonstrar que os universais são construídos por meio de linguagem no tempo, ao invés de serem dados como realidades metafísicas (ADAMS, 2011, p.150-151). Partindo

deste ideal, os signos são construídos, mesmo que de formas a serem universais, de acordo com contextos socioculturais.

Bakhtin (2006, p. 95) expõe que a consciência subjetiva do locutor não faz a língua, a utiliza como um sistema composto por normas, produz o sistema linguístico por meio de uma reflexão sobre a própria língua. Contudo, esta mesma reflexão não procede de uma consciência nata do locutor e nem mesmo serve aos propósitos meramente comunicativos, sendo feita e refeita dentro da interação social. Para o locutor, o signo deve ser sempre variável e flexível.

Um dos pontos de crítica a Bakhtin está na permanência do locutor e do receptor. Contudo, este locutor e receptor é diferente do mesmo de Jakobson (1974), assim como o critica quando fala que o processo de decodificação não está no simples fato de atender às normas da língua e assim se faz entender, mas no fato de compreender determinada fala em certo contexto, uma vez que o significado encontra-se dependente deste. A língua não serve a uma etiquetagem de objetos, mas aos seus usos e contextos.

Hall (2003, p. 33) também desenvolve uma crítica ao estruturalismo, trabalhando a questão cultural a partir da perspectiva da diferença, que é essencial ao significado e à cultura. Para ele, “a linguística moderna pós-saussuriana insiste que o significado não pode ser fixado definitivamente. Sempre há o ‘deslize’ inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura (...)” (HALL, 2003, p. 33). Por meio da concepção de Hall (2003), usando como referência Bakhtin (2006), não existe o binarismo entre aquilo que faz sentido ou não, mas os diversos fazer sentidos dependentes da tradução, sendo esta localizada na cultura e contexto de origem.

Os estudos linguísticos viajam da estrutura da língua para as situações de uso, situações concretas, as quais os signos ganham significados. No contexto é que surgem as novas significações, não em convenções, como diria Saussure, e sua língua por si, ressaltando que este olhar de Saussure está intrínseco na sua busca por uma língua limpa e objetiva, a partir de uma análise científica. Assim, a melhor forma de entender o significado dos símbolos ou dos signos está no contato com o contexto. Nesta vivência, nestes momentos de (re)significação é que se pode compreender como este movimento ocorre. Todo sistema de normas sociais somente existe quando está relacionado à consciência subjetiva dos indivíduos que participam da coletividade que é regida por tais normas. Para aquele que está inserido dentro de uma norma linguística e aceita estas normas, a língua é imutável. Contudo, em uma perspectiva geral, fora desta

comunidade de acordos coletivos, nunca existiu, independentemente do tempo histórico, uma rigidez da língua ou arbitrariedades dos símbolos (BAKHTIN, 2006, p. 94).

A interação social é fator primordial na teoria de Bakhtin (2006, p. 35), uma vez que “A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social”. O homem constrói os signos, na interação com outros homens, contudo isto não decorre naturalmente, uma vez que, como exemplifica Bakhtin (2006), não basta colocar dois *homo sapiens* para que estes produzam os signos, é necessário antes que estejam socialmente organizados e dentro deste social produzam os signos.

Geertz (2008) enfoca a questão cultural e sua teia de significados a partir da ótica do uso e do contexto, criticando o ideal de alguns autores em querer identificar padrões culturais universais, “*consensus gentium*”, sem levar em conta contextos usuais. Quando Geertz (2008, p. 8) fala em uma ação que significa, logo está falando do uso que significa.

Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram-na também, certamente, em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência. Todavia, nesses casos o significado emerge do papel que desempenham (Wittgenstein diria seu ‘uso’) no padrão de vida decorrente, não de quaisquer relações intrínsecas que mantenham umas com as outras. (GEERTZ, 2008, p.12-12)

Não há como realizar interpretações culturais a partir de um olhar estruturalista e rígido de sistemas simbólicos. “Quaisquer que sejam, ou onde quer que estejam esses sistemas de símbolos ‘em seus próprios termos’, ganhamos acesso empírico a eles inspecionando os acontecimentos e não arrumando entidades abstratas em padrões unificados.” (GEERTZ, 2008, p. 13). Um sistema simbólico cristalino, longe da complexidade na qual é utilizado, não pode ser inserido, nem estudado dentro das manifestações culturais. Até mesmo a teoria dos arquétipos, como sempre enfatizado por Jung (2000), leva em conta questões socioculturais e contextuais, diante do fato que “considerar os valores privilegiados da sua própria cultura, como arquétipos normativos para outras culturas é sempre dar mostras de colonialismo intelectual” (DURAND, 2012, p. 17).

Quando se fala em cultura, os significantes não podem ser vistos como sintomas ou conjunto desses, mas sim como atos simbólicos ou o conjunto dos mesmos.

Geertz (2008, p. 33) coloca que sem os sistemas organizados de símbolos significantes, o que ele aponta como padrões culturais, o comportamento do homem seria ingovernável e caótico. Estes padrões culturais expressos em sistemas simbólicos constroem o diferencial entre o homem ‘cultural’ e homem ‘biológico’, bicho, espécie.

Na disputa constante em trabalhar o signo sob uma perspectiva psíquica e sociocultural, Durand (2012, p. 40) propôs estudar o signo em uma perspectiva antropológica. O essencial da representação e do símbolo está contido entre o psíquico e o cultural.

Seguindo a linha marxista do materialismo, Bakhtin (2006) traz o signo como uma experiência exterior de encarnação material. O signo forma-se no mundo das ideias, mas enquanto o mundo das ideias não significa, este processo acontece somente quando ocorre a materialização da ideia. Os signos assim representam o “fenômeno do mundo exterior”, sendo neste mundo que deve ser trabalhado e analisado. Como sua existência se dá no mundo exterior e sua materialização é compreendida a partir de outros signos, neste ponto Bakhtin (2006) se aproxima de Saussure (1907-1910) quando propõe a interação de signos, a ligação, o deslocamento único e contínuo de um signo para outro, formando um novo signo. Contudo, Bakhtin (2006) apresenta essa cadeia não como estrutura, mas como ideologia, usando o termo “cadeia ideológica” de signos (BAKHTIN, 2006, p. 34).

Bakhtin (2006, p. 34) discute a consciência através do signo, uma vez que esta só pode “surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material dos signos.” Para ele, a cadeia ideológica só funciona na relação de uma consciência individual com outra consciência individual, sendo ambas repletas de signos ideológicos, por meio do processo de interação social.

A partir da teoria de Bakhtin (2006), da análise de Wittgenstein (1922) e da pertinência de Geertz (2008), é possível pensar no que se denomina Sambaqui. Seguindo as normas da língua, dentro de um conceito arqueológico, definir-se-ia um sambaqui como sendo um sítio arqueológico pré-colonial construído com conchas, sendo um espaço cerimonial, localizado no litoral. Contudo, a forma como as sociedades em contexto (re)significam este patrimônio não cabe em uma visão linguística estruturalista. O significado se modifica no tempo histórico, sendo entendido como local cerimonial, de ocupação, de extração e produção econômica, empecilho ao desenvolvimento e objeto de pesquisa. Essa mudança não ocorre de forma sincrônica, mas diacrônica, em um mesmo tempo, significando-se por variadas formações sociais.

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 2006, p. 99)

Os critérios de verdade e falsidade, relevância ou irrelevância, não estão contido no monumento em si, na palavra, no significante, mas, antes, na forma como se utiliza, no contexto em que se insere, na cultura em que se encontra e nas ideologias pelo qual se percorre.

Os símbolos são encontrados pelo indivíduo em “uso corrente na comunidade quando nasce e eles permanecem em circulação após a sua morte, com alguns acréscimos, subtrações e alterações parciais dos quais pode ou não participar” (GEERTZ, 2008, p. 33). O que faz de um objeto funcionalista um signo? Sua relevância social e ideológica, o modo como reflete e refrata. Esta seria a principal contribuição de Bakhtin (2006), no transcorrer de um olhar analítico sobre um patrimônio arqueológico, que indaga sobre o que ao longo da história, das várias ocupações do local do sítio arqueológico foi refletido e refratado sobre este patrimônio? Quando refletir e refratar estão mergulhados nas ideologias de uma sociedade, de uma época. Em quais ideologias encontra-se o discurso atual de sítio arqueológico como atraso ao progresso, o que está sendo refletido e o que está sendo refratado neste dizer?

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (...).(BAKHTIN, 2006, p. 32).

Pensar, pois, o signo dentro de uma estrutura, longe de seu uso, suas influências, é pensar um signo morto, suficiente apenas para os estudos estruturalistas, muito distante dos estudos sociais. Não se pode, pois, entender o refletir e o refratar como estruturas, como convenções, uma vez que refletem e refratam de acordo com cada “campo de criatividade ideológica” (BAKHTIN, 2006). Em cada local em que for utilizado, em cada ambiente ideológico, o signo apresenta-se de forma significativa variada. Estudar os signos é antes estudar a sociedade, que uma vez compõe-se social, política e ideologicamente variada.

Passando por antropólogos, sociólogos e linguistas, os símbolos ou os signos estão inseridos no homem e na sua produção cultural. Contido na consciência

individual ou coletiva, é na sociedade, na interação que os símbolos significam e (re) significam, sendo este significar atual ou milenar como os arquétipos. O simbolismo faz parte de nossa humanidade. Este, mesmo simbólico, inerente à condição de homem, tendo base ideológica ou arquetípica, produz movimentos de risco e preservação, promovendo movimentos de resiliência psíquicos e culturais.

### 3.1 A PRODUÇÃO SIMBÓLICA DO SAMBAQUI CABEÇUDA 01

Na busca por identificar a produção simbólica de um patrimônio arqueológico, o Sambaqui Cabeçuda 01, investigou-se a comunidade circundante, por meio de pesquisa quali-quantitativa. Entrevistaram-se cinco moradoras mais antigas do bairro, utilizando a metodologia da História Oral com o intuito de obter dados qualitativos. Foram aplicados, ainda, formulários para 190 moradores do bairro, produzindo, assim, uma amostra quantitativa.

#### 3.1.1 A utilização da História Oral na coleta de dados.

A História Oral é uma metodologia de coleta de dados. Trabalha diretamente com a memória, seu caráter seletivo, ideologicamente formado, mas também com o reservatório de experiências que são relegados ao esquecimento nas histórias ditas oficiais.

A recuperação da memória popular proporcionou que o panorama patrimonial fosse modificado, findando em uma valorização de patrimônios até então invisíveis. Soares (2007, p. 116) expõe a importância da memória como fator de identificação e apropriação patrimonial, onde “(...) o resgate da memória deve ser o ponto de partida das ações educativas que visam o reconhecimento e a apropriação do patrimônio por parte da sociedade.” O patrimônio está ali, constitui o espaço de vivência do grupo que o significa e o (re)significa ao longo da sua história, contudo a memória oficial o abafou, cabendo à História Oral identificar este calar.

Dias e Soares (2008, p. 76) chamam a atenção para a importância da memória enquanto peça fundamental no surgir de identidades e patrimônios.

[...]. Mesmo que, muitas vezes, em função desse sistema excludente, a memória das elites tente abafar a dos dominados, buscando sua libertação por sua própria memória. Sua liberdade está ali, o nosso dever é apenas torna-los a percebê-la.

Essa importância dada às lembranças faz com que os patrimônios que até então estavam marginalizados, tornem-se visíveis a partir do ponto de vista do sujeito histórico. A memória coletiva de determinado grupo e sua identificação são os combustíveis para que algo que caracterize o coletivo seja visto, identificado e preservado como um patrimônio. A memória coletiva, conforme Halbwachs (1968 apud BARRETO, 2000 p. 45), “refere-se a uma memória social, exterior ao indivíduo, estendida no tempo, que guarda eventos acontecidos há muito tempo.” Horta (1999, p. 16) também se refere ao monumento como um momento na trajetória histórico-cultural de um povo, um instrumento da memória coletiva.

Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C) analisa a memória como uma presentificação de uma ausência de tempo, pois é ela, a memória, que é capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado. Comparando História e Memória, Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C) mostra que ambas se unem pelos mesmos pressupostos epistemológicos, pois narram algo que passou e constroem imaginários de reinvenções do passado (MARTINS, 2008 p.46). A memória presentifica o passado, porque ela não é passado em si, ela é vista como uma fato, como algo que pode incidir sobre a realidade e causar mudanças (ALBERTI, 2004, p. 11).

A História Oral é uma metodologia que vem auxiliar na valorização da memória, antes considerada fonte incrível nas pesquisas com olhares exclusivamente positivistas. Delgado (2010, p. 15-16) descreve a História Oral como um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, por meio de narrativas, sejam estas induzidas e/ou estimuladas, os testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais espaciais, conflituosas, consensuais. A História Oral não é, portanto, um compartimento da vida vivida, mas antes de tudo um registro de depoimentos sobre este compartimento. O fato de ela atuar na realidade não exclui seu caráter narrativo (ALBERTI, 2004, p. 10).

Joutard (2005 p. 208) expõe o surgimento da História Oral em um período revolucionário no jeito de se construir a história: “O desenvolvimento da história oral está diretamente relacionado com esses movimentos convergentes que buscam uma **história mais democrática, uma história dos excluídos da história, um retorno às raízes.**” A memória é um terreno fértil, contudo movediço, sendo ela seletiva, induzida e, muitas vezes, imposta. A memória é seletiva uma vez que guarda apenas aquilo que lhe convém, que a fez feliz, reprimindo, em muitos casos, momentos tristes ou de angústias. Induzida, pois depende das estratégias do entrevistador para capturar algo que está guardado na mente do entrevistado, e, por fim, a memória é também imposta oficialmente, não retratando a maioria da população, mas os que representam o bem da pátria. (DELGADO, 2010 p. 17)

Entre os muitos desafios da história oral, destacam-se, portanto, o da relação entre as múltiplas temporalidades, visto que, em uma entrevista ou depoimento, fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. Adulto que traz em si memórias de suas experiências e também lembranças a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre um outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações em uma narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do hoje. (DELGADO, 2010 p.18)

Acerca da questão temporal da memória, Alberti (2004, p. 13-14) avalia que a memória e a história, assim como toda atividade do pensamento, operam por descontinuidades, selecionando acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para, após, explicar algo que passou, algo que é presentificado. Alberti (2004, p. 9) indica a História Oral na perspectiva de que esta metodologia proporciona variadas narrativas, versões, preenchidas de subjetividade, dos mais variados fatos históricos.

Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como ‘construções’ desprovidas de relação com a realidade. (ALBERTI, 2004, p.9-10).

Essas descontinuidades da memória, no momento do relato, dão a impressão de uma história contínua, proporcionando a sensação de que as descontinuidades são preenchidas com ingredientes pessoais de sentimentos e emoção (ALBERTI, 2004, p.14). Diante disto, o historiador tem que ser cuidadoso ao analisar os dizeres produzidos pelos interlocutores, que contam a história.

Não existe filmes sem cortes, edições, mudanças de cenário. Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. (ALBERTI, 2004, p.15).

No processo de registro histórico, o valor está contido nas conversas com moradores locais, pessoas mais antigas ou até mesmo filhos e netos que ouviam seus pais e avós contarem histórias antigas sobre o local. Estes relatos podem ser mais peças do grande quebra-cabeça da história. O trabalho do historiador está em seu modo de pensar hermenêutico, que, segundo Alberti (2004, p. 18), não se resume somente à filosofia de Dilthey (1959-1962), mas sim consiste em valorizar o movimento, o ato, de se colocar no lugar do outro a fim de compreendê-lo, acreditando que as coisas referentes ao passado, aos sonhos, aos textos possuem um sentido latente, ou mesmo profundo, a que se chega pelo ato da interpretação. As entrevistas possuem valor documental, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam. (ALBERTI, 2005, p. 19).

A História Oral se apresenta como uma opção voltada para um olhar totalizador frente à fragmentação dos documentos escritos, isto ocorre por seu enfoque estar no indivíduo (ALBERTI, 2004, p. 21). Delgado (2010, p. 16) caracteriza a História Oral como uma área que se move em terreno interdisciplinar, uma vez que utiliza a música, literatura, lembranças, fontes iconográficas, documentos escritos, entre outros meios, para estimular o recordar, a memória. Dialoga e interage também com outras áreas, como a sociologia, a antropologia e a psicanálise, utilizando o conhecimento de tais áreas como suporte para a construção de roteiros de entrevista e no modo de como conduzir o próprio depoimento. Por fim, esta metodologia de registro oral recorre à memória como fonte principal, que vem a subsidiar e alimentar as narrativas na constituição de um documento final, a fonte histórica produzida.

O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise de fragmentos, resíduos, objetos biográficos e diferentes tipos de documentação e fontes é desafio possível de ser enfrentado (DELGADO, 2010, p.36).

Sarlo (2005) mostra como a memória e a sua valorização são essenciais para a construção da história, uma vez que “o presente ameaçado pelo desgaste da aceleração, converte-se enquanto transcorre em matéria da memória” (SARLO, 2005, p.95-96). Ainda Sarlo (2005) comenta que a aceleração do tempo produz uma vocação

memorialista, um vazio de passado que as operações da memória tentam compensar. Ouvir os agentes da história e saber contar seus relatos apresentam-se apenas como uma das chaves para o segredo da valorização e preservação do patrimônio (DELGADO, 2010).

A memória é um grande baú de recordações com diversas possibilidades e compartimentos. Cabe ao entrevistador saber quais compartimentos deseja abrir, não esquecendo que alguns estarão vazios e outros trancados. Discute-se que na pós-modernidade, veloz e fluida, pouca importância se dá aos relatos orais, já não se ouve nossos ‘mestres’ como antigamente. Não há mais tempo para ouvir histórias e as histórias contidas em livros, web sites, vídeos são suficientes para que o saber seja constantemente atualizado. No esquecer de ouvir tais narrativas, os narradores vão sendo levados pelo tempo, perdem-se, pois, detalhes, sentimentos, que poderiam tornar a história mais interessante, ou até mesmo mais assustadora. A História Oral busca registrar esta oralidade, que perde espaço, em uma sociedade que supervaloriza o conhecimento científico, os documentos escritos, e que não dispõe de tempo para o ouvir contar. Alberti (2004, p. 21) alerta que esse movimento fluido dessa sociedade necessita da oralidade, e mostra sua importância:

(...) quanto mais moderna é a sociedade, quanto mais rápida e fragmentada é a comunicação, tanto mais precisamos, para entendê-las, de formas ‘tradicionais’ de explicação, isto é, narrativas orais, transmitidas de gerações mais velhas para mais novas, de modo a conservar a ‘identidade’ e a construir os significados da sociedade.

A memória é, assim, o respirar de patrimônio ligado ao esquecimento, uma vez que constitui a vivência dos seus sujeitos. Vivência esta que é complexa, completa, em detrimento de tudo que é segmentado na modernidade (ALBERTI, 2004, p. 21). Assim como a memória é seletiva, ela pode também ser induzida, e essa indução pode ter caráter positivo ou negativo. Positivo quando se vale de fotos, música, literatura entre outros para fazer vir à tona determinado fato que o pesquisador desejar. Negativo diante do pesquisador, que na busca incessantemente resolver sua problemática de pesquisa, podendo forçar respostas no entrevistado, que venham ao encontro de sua teoria (DELGADO, 2010, p. 16).

A memória como suporte de fatos vividos sustenta também identidades já fixadas ou idealizadas. Não se pode pensar identidade sem pensar antes a memória que faz com que esta se torne viva. Ballart (1997, p. 43) comenta que não existe identidade

sem memória e explícita com uma canção catalã que diz que “aqueles que perdem suas origens, perdem sua identidade também”. O autor confirma a importância dos monumentos históricos e dos vestígios arqueológicos, culturas materiais, como atores sociais para a produção de significado, materializando conceitos como o de identidade nacional e diferença étnica (FUNARI; FUNARI, 2008, p. 13).

Assim como a memória pode ser imposta, a identidade também carrega seu poder impositivo, ideológico e esquecedor. Martins (2008, p. 45) expõe que “Muitas vezes, com o objetivo de construir uma identidade local, que seja símbolo de referência regional, que garanta um caráter distinto em relação a outras regiões, determinados fatos são lembrados, enquanto outros são relegados ao esquecimento”. Pesavento (1993) relembra que a memória é a base da criação de uma identidade e, como memória, seleciona, inventa, cria, manipula e recorta o passado segundo interesses de certos grupos ou pessoas (MARTINS, 2008, p. 45).

Para permitir a construção de uma só identidade, propõe-se substituir a história por uma memória comum, em geral não coincidentes (Renan, 1997). Historiadores contemporâneos afirmam a mesma coisa: a memória é a história ajustada às necessidades de construção de identidade nacional (CARVALHO, 2000 apud VIEIRA, 2009, p.81)

A memória relatada pelos autores é coletiva, em um sentido amplo, não comunitária, representa uma memória dominante e várias dominadas (ALBERTI, 2004, p. 38). A memória dominada, assim como a identidade, precisa ter voz, para isto reafirma-se a importância das pessoas que constituem a comunidade, na qual o patrimônio está inserido. A comunidade local elege o seu patrimônio e o protege, precisando identificar-se com ele para preservá-lo. A memória revivida nas manifestações patrimoniais mostra-se como um fator de transformação social, uma vez que produz valorização cultural de determinado grupo. Resgatar esta voz que vem da comunidade, parar para ouvir, torná-los agentes e sujeitos da história é parte fundamental deste processo transformador e valorativo.

### 3.1.1.1 Entrevistas com moradores do Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC

As entrevistas foram desenvolvidas com quatro senhoras, antigas moradoras do Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC. A primeira foi a Sra. **Maurilia Teixeira Henrique, de 79 anos**, que foi entrevistada em sua casa no dia 29 de maio de 2014; a segunda foi a Sra. **Itamar de Oliveira Quirino** - conhecida no bairro como Anita e assim citada nos relatos - **de 93 anos**, filha do proprietário da caieira, acompanhada de sua filha **Telma Quirino Barreiros, de 70 anos**, ambas entrevistadas em sua residência no dia 23 de junho de 2014; e neste mesmo dia foi entrevistada também a **Sra. Lilina Fernandes Lima, de 78 anos de idade**.

Figura 51: Entrevista com Dona Maurilia.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 52: Entrevista com Dona Anita e sua filha Telma.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 53: Entrevista com Dona Lilina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O mesmo roteiro de entrevista foi aplicado às entrevistadas, perguntas e informações diferenciadas surgiam ao decorrer dos relatos. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas, apresentadas às entrevistadas e, após este processo, elas assinaram os termos de consentimento de seu relato (ANEXO 02).

O roteiro de entrevista continha treze questões norteadoras da conversa (QUADRO 01). Foi construído por meio da pesquisa bibliográfica e iconográfica acerca do objeto de estudo dessa dissertação, o Sambaqui Cabeçuda 01. O contato com as entrevistadas foi feito pela professora de ensino fundamental 1, a Sra. Ivone Nunes Feliciano, de 50 anos, moradora do Bairro de Cabeçuda desde pequena. Na entrevista com a Sra. Maurília, ela estava junto e forneceu alguns relatos sobre suas lembranças e vivências. Na entrevista da Sra. Maurília, aparece em vários momentos a voz ativa da Sra. Ivone, e o mesmo acontece na entrevista da Sra. Anita, na qual sua filha Telma também contribuiu com suas vivências e memórias. Totalizam-se cinco entrevistadas. Para transcrever as entrevistas, utilizou-se padronização sugerida no quadro 02.

Quadro 1: Roteiro de entrevista gravada

(continua)

<b>Dados sobre os entrevistados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Nome</b></li> <li>• <b>Idade</b></li> <li>• <b>Tempo de moradia no Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC</b></li> </ul>
<b>Relação do entrevistado com o Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as transformações ocorridas no Bairro de Cabeçuda, que você observou desde que veio morar aqui?</li> <li>• Você se lembra das caieiras funcionando?</li> <li>• Você vivenciou a construção da segunda ponte da ferrovia?</li> <li>• Você vivenciou a construção da BR 101?</li> </ul>
<b>Relação do entrevistado com o Sambaqui Cabeçuda 01.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você sabe o que é um sambaqui, quem o construiu?</li> <li>• Você sabe que no Bairro de Cabeçuda existe um Sambaqui?</li> <li>• O Sambaqui sofreu alterações, mudanças que você recorda?</li> </ul>

	<p>Comente.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O que o Sambaqui Cabeçuda 01 significa para você?</li> <li>• Acerca do Sambaqui Cabeçuda 01, que recordações você traz na memória?</li> <li>• Existe na memória do bairro algum mito, histórias, lendas envolvendo o Sambaqui Cabeçuda 01?</li> <li>• O Sambaqui Cabeçuda 01 faz parte do imaginário da comunidade?</li> </ul>
--	---

Fonte: Elaboração da autora.

Quadro 2: Quadro de normas para a transcrição de entrevista oral.

(continua)

Ocorrência	Sinais	Exemplificação <sup>5</sup>
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )	do nível de renda...( ) nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	ecomé/ e reinicia
Entoação enfática	maíuscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ...o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção

<sup>5</sup>Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP No. 338 EF e 331 D2.

<b>Interrogação</b>	?	eo Banco... Central... certo?
<b>Qualquer pausa</b>	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
<b>Comentários descritivos do transcritor</b>	((minúsculas))	((tossiu))
<b>Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático</b>	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
<b>Superposição, simultaneidade de vozes</b>	{ ligando as linhas	A. na { casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram { lá... B. cozinham lá?
<b>Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.</b>	(...)	(...) nós vimos que existem...
<b>Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação</b>	" "	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma barreira entre nós"...

Fonte: PRETI, 1999.

Algumas perguntas estavam voltadas a compreender o processo resiliente do território onde está inserido o sítio arqueológico entendido por parte da entrevista como: a caieira; a construção da ferrovia; construção da BR 101 e o crescimento do Bairro de Cabeçuda. Estes relatos estão contidos no capítulo 2.0, quando estes processos foram trabalhados. A este capítulo, reservam-se as produções simbólicas, imagéticas, acerca do Sambaqui Cabeçuda 01. Cabe aqui lembrar que o sambaqui é denominado na comunidade como casqueiro, portanto, nos relatos, esse termo vai aparecer constantemente.

A Sra Maurília Teixeira Henrique nasceu no Bairro de Cabeçuda, morou durante muito tempo em Mato Alto, bairro vizinho, que, como ela mesma relata, era “tudo a mesma coisa”. Há 44 anos mora na casa em que reside atualmente, casa de seu avô, que, segundo ela, possui mais de 100 anos. Dona Maurília vivenciou o processo de destruição do sambaqui (que ela denomina de “casqueiro”) pela ação da caieira. Ela conhecia o proprietário da caieira, o Sr. Aparício Martins de Oliveira. Através da indicação de Dona Maurília é que se buscou falar com a Sr. Anita, filha do Sr. Aparício.

Maurília era professora, atualmente está aposentada. Para ela, o que mais causou impacto no “casqueiro” foi a caieira, este processo que o desmontou. *“Ah, sim, ele era bem alto. {E hoje? Não hoje nem tem, quase mais nada. {perto do que era. Tem muita diferença.”*. Tamanha era a dimensão do sambaqui que os vestígios remanescente encontrados hoje, perto do que Dona Maurília conhecia, já nem são mais considerados sambaqui. Dona Lilina, assim como Dona Maurília, é oriunda do Mato Alto, mas como ela mesma relata, estudava e confessava sua religião em Cabeçuda. Professora aposentada, ela relata poucas vivências no sambaqui, mas informa muito sobre a história do bairro.

A Sra. Anita é uma das moradoras mais antigas do Bairro de Cabeçuda. Seu pai, o Sr. Aparício, era político e líder comunitário, ele que autorizava as construções de casas e intermediava politicamente pedidos ao governo municipal. Proprietário da caieira e de um armazém, seu Aparício tornou-se um personagem histórico no bairro. A filha de Dona Anita, a Sra. Telma, informou que: *“Meu avó é que fazia essas coisas. Meu avó que mandava e desmandava nessa região toda ai”*. Dona Anita acrescentou: *“Quando eles queriam fazer uma casa, eles iam pedir para o papai. O papai não era dele, mas ele mandava fazer, fazer tudo, esse terreno dele que era dele ((faixa da lagoa)).”*.

Dona Anita descreve todo o processo da construção da caieira, desde a estrada feita pelo carrinho de mão até os fornos construídos pelo seu pai. Sua filha, Telma, a todo o momento complementava o que a mãe dizia, e relembrava fatos de sua infância, envolvendo o convívio com o seu avô. O Sambaqui/Casqueiro faz parte das lembranças e memórias de mãe e filha. Em vários momentos da entrevista demonstraram, por meio de lamentações e suspiros, que para elas teria sido importante a conservação do sítio arqueológico e da estrutura da caieira de seu pai e avô. Sobre a estrutura da caieira, a Sra. Telma ressalta: *“Pois é, aquilo também não sei como se acabou, era um edifício aquilo ali, era muito bonito, mas nós como criança não né, sei*

*lá, não ligava né, só brincava ali, passava por baixo, era igual um arco do triunfo.”). “Nós encontrávamos caveira, coisas de braço, osso assim, sempre encontrávamos diziam assim: OH ENCONTRAMOS ISSO AQUI. E ninguém dava { , criança né, não se estudava.*

Dona Anita ressaltou que “ninguém dava valor.”. Telma se lamentou: “eu tenho assim saudade, porque a gente não conservou”. Ainda sobre a destruição do Sambaqui, Telma e Anita dialogaram. O Sr. Aparício, pai e avô, foi sempre citado em seus relatos.

*Anita: é uma pena né.*

*Telma: Ah, ele era enorme.*

*Anita: Era, era, ah, ele começava ali quase perto da estação, é começava dali.*

*Telma: Hoje se fosse hoje assim, a gente ia lutar para que ninguém não desmanchasse, para conservar.*

*Anita: Da prefeitura, não sei nunca ligaram para cá, nunca ligaram, nunca deram importância para cá. Todo mundo fazia o que queria, papai era o político, era o que mandava, todo mundo respeitava ele, a política tava sempre do lado dele, tava sempre do lado do que achava que era o certo, e era mesmo. (...) Eles faziam comício lá em casa.*

Um dos pontos relevantes de todas as entrevistas, que vem mostrar a produção simbólica acerca do sambaqui/casqueiro por parte dos entrevistados, foi quando se questionou o que o sambaqui significava para os entrevistados. A resposta a esta indagação já é evidenciada no decorrer dos relatos, quando as entrevistas demonstraram pesar pela destruição indiscriminada do sítio arqueológico. Para Dona Maurília, o sambaqui significava: “Quando ele estava né ainda. Era importante, era um ícone do bairro. (...)Era, era, um ícone do bairro.”. Para a Sra. Anita o sambaqui é uma lembrança, uma recordação: “Uma recordação que a gente tinha né. Até hoje é, porque a gente não viu e não vai ver nunca vai, é uma recordação, porque ele tava sempre ali. Como diziam era um cartão de visita. Cartão postal.”; Dona Telma disse que “(...) naquele tempo muita gente já vinha lá para ver”. Para a Sr. Lilina, o sambaqui também é uma lembrança, algo que não volta mais: “Sei lá, uma lembrança assim do passado”.

O Sambaqui era ponto de referência do bairro, local de lazer, momentos de (re)significação do local que estão contidos na memória dos moradores mais antigos:

Dona Telma lembra *“de quando nós brincávamos lá, faziam piquenique lá, corria atrás e subia. (...) Brincava, corria, cavava, fazia burquinho para fazer casinha, dava por que ele era enorme né”*. As recordações de Dona Ivone são semelhantes: *“Mas eu fui muito com as excursões de escola, a gente foi em excursão da escola, piquenique, fazer piquenique. (...) A gente fez muito piquenique ali. Antes dava, agora já não dá mais, porque agora ali tá cheio de casa, porque antes aquilo ali não tinha casa nenhuma”*.

No transcorrer das entrevistas, quando se perguntou sobre a importância de se preservar o sambaqui, há referência à destruição do local por não existir mais quase sambaqui, sempre pautado na comparação de sua memória acerca de sua monumentalidade. Dona Maurília destacou a importância científica do casqueiro e a relevância histórica de seu relato: *“Sim, porque hoje estais vindo aqui e a gente sabe muita pouca coisa. Bom daqui há uns anos quem é que vai explicar isso ai? Será que vai haver alguém para contar e para dizer assim, ainda tem o casqueiro ali para mostrar para vocês e não existe mais nada disso.”* Para Dona Anita, não existe mais o que preservar: *“É que hoje não tem mais nada não né. (...) Ah, não, agora é cada um por si e tá acabado né.”* Dona Lilina destacou a relevância histórica do sítio arqueológico para a comunidade: *“A.: eu acho né. Eu acho porque assim, sei lá, uma coisa histórico né, ele é histórico. Porque acabar com uma coisa que sempre existiu ali não é bom né. Eu acho que deve ser conservado”*. Telma, mais uma vez, lamentou não se ter preservado: *“Não se estudava, não tem o valor que tem hoje, se fosse no nosso tempo que a gente tivesse consciência, teria conservado, mas não.”*

Toda essa produção significativa sobre o sítio arqueológico, essas lembranças, sentimentos apresentam um universo simbólico e mítico que envolve o sambaqui. Pensando neste universo, questionou-se sobre a existência de lendas, histórias que rondam o sambaqui e sua existência. Dona Maurília fala de uma vivência com esses fenômenos, que, como ela conta, era também recorrente no sambaqui. *“Eles falavam assim, o que eu vi ocasião, é que eu ia com o Miguel para uma festa lá no centro, lá na cidade, e naquele tempo não tinha ônibus, não tinha carro não tinha nada, então nós íamos de canoa. E lá em cima daquele morro tinha um fogo. Mas um fogo, isso já era altas horas da madrugada. Aquele fogo saía para tudo quanto era lado, e faísca, aquele desespero. Ai a gente olhou –meus filhos diziam aqui porque meus filhos andavam com nós, mas ele estavam tudo deitadinho, mas lá tinham acordado, “ninguém olha, ninguém olha, ninguém viu nada.” Quando de repente aquele fogo de lá se acabava, e vinha para ali...onde hoje tem a::: onde eles acabaram de colocar*

*aquela força de areia do lado de lá (aterro novo da ponte nova?), aquele fogo tava ali, no meio daquela lama, porque ali tinha muita corticeira, muito mato, estava o fogo ali, como ele saiu de lá e passou para li é que ninguém sabe. (...) Ali no casqueiro também teve muita gente que viu, aqueles antigos. E esse fogo é assim, diz que era no alto do morro, ali, onde hoje a Camargo bota aquela areia ali no portinho. (...) então lá na beira da praia é que aparecia esse fogarel. Isso ai uma ocasião quando nós vínhamos lá do centro de uma festa, que eu vinha da casa da minha sogra também (...) quando viemos embora já era de madrugada.”.*

Dona Anita e sua filha Telma também relataram essas histórias, mas de forma sintetizada. *“Diziam que era assombrado não era mãe, a gente tinha medo de ir lá a noite assim não era. (...) Ai ninguém ia lá tinha medo. (...) eles diziam que era assombrado, que aparecia caveira lá, fantasma. E nós morávamos bem pertinho.”;* Dona Anita explica que *“Era, eles diziam às vezes { Telma: que aparecia caveira né. Aparecia uma vela, uma luz acesa, ele diziam isso. Ele diziam né que aparecia.”.* Dona Lilina não se recordava dessas histórias.

Analisando essa produção mítica, pautada na teoria dos Arquétipos, nota-se que estes se transferem do inconsciente para o consciente por meio da formação de mitos, tradições, sendo estas formas de transmissão do conteúdo do inconsciente coletivo. Até mesmo Jung (2000), sendo ele um psicanalista, declara que os arquétipos se tornam mais compreensíveis quando relacionados aos mitos, contos de fada, tradições, esse mesmo conteúdo complica-se quando se procura fundamentá-lo psicologicamente (JUNG, 2000, p. 17).

Para Jung (2000), a experiência do significado passava por um conhecimento interior. Partindo desta premissa e de suas experiências, ele fala de um instinto religioso. Quando este instinto de criar significados está bloqueado por algum motivo, tem-se uma doença psíquica. O pesquisador defendia que os símbolos arquétipos, emersos no inconsciente, fazem parte deste instinto religioso, criador de significado. Por mais que haja esse existindo, guiado por arquétipos, esses símbolos são experimentados subjetivamente dentro de cada indivíduo e cada formação cultural (SALMAN, 2011, p. 120).

Para o primitivo não basta ver o Sol nascer e declinar; esta observação exterior deve corresponder – para ele – a um acontecimento anímico, isto é, o Sol deve representar em sua trajetória o destino de um deus ou herói que, no fundo, habita unicamente a alma do homem. Todos os acontecimento mitologizados da natureza, tais como o verão e o inverno, as fases da lua, as

estações chuvosas, etc., não são de modo algum alegorias destas, experiências objetivas, mas sim expressões simbólicas do drama interno e inconsciente da alma, que a consciência humana consegue apreender através de projeções – isto é, espelhadas nos fenômenos da natureza.(JUNG, 2000, p.18)

Esse instinto religioso, essa formação simbólica, para Jung (2000) está presente constantemente no que ele denomina de primitivo. E é nesse instinto, nessa busca por uma divindade que o nascer do sol, o dia, a noite, a lua, o rio, as flores se transformam em elementos simbólicos por meio de mitos. Jung (2000, p. 19-20) vai dizer que com a perda da batalha religiosa para questões científicas, muito do processo formador simbólico se perdeu também.

Toda esta produção mítica reflete no momento de explicar a existência do casqueiro na comunidade. Analisando sob a ótica do Arquétipo do Primitivo, toda aquela construção não faria sentido ter sido fruto de uma manifestação cultural de grupos ancestrais. As explicações estão sempre pautadas em fenômenos naturais, o tornado de dona Maurília, e o dilúvio de dona Anita.

Dona Maurília afirma que *“Não, não, sabe o que que uma ocasião saiu um comentário assim. Que aquele casqueiro foi um terremoto que passou lá em Campos Verdes, porque lá também em Campos Verdes tem essa mesma coisa de casca. Passou lá, passou aqui e na Ponta do Perrixil. Então trouxe isso, onde parou o remoinho foi onde ficou essa quantidade de material de casca que ficou ali. Assim é que os antigos eu vi muitas vezes contarem. (...) Se é falso ou verdadeiro não sei. Mas é o que eles comentavam que aquilo ali é do tempo do terremoto. E justamente eram, gente, indígenas né que aquilo ali são indígenas que foram enterrados ali justamente nesses terremotos. Porque aqueles esqueletos que foram encontrados ali não foram enterrados propositalmente. Eles vieram junto com o redemoinho da casca.”*

Dona Anita indica que: *“Eles diziam que era ((risos)) que era do dilúvio, agora quem que sabe, diziam que era né, o dilúvio. Que aquilo ali acumulou-se tudo e de vez e quando eles achavam, achavam mesmo, acham caveira mesmo, a gente via perfeita. (...)”*

Dona Maurília ressalta o conto do terremoto: *“É é, era de tipo paredão mesmo. O que eu sei assim também que os antigos comentavam: que aquilo não foi enterrado propositalmente que aquilo veio junto com o terremoto. Porque tem de bruços, tem de lado, tem amontoados, tinha né...como já foi tirado ali amontoados, dois três esqueletos assim por cima um do outro.”*

O Sambaqui Cabeçuda 01 faz parte do imaginário coletivo da comunidade, constitui as lembranças e recordações de infância de muitos entrevistados, e até história de vida familiar, no caso de Dona Anita. Quando se perguntou à Dona Anita como que era o sambaqui, e o que encontravam nele, o relato sempre estava voltado à sua monumentalidade: *“o que eu me lembro era um morro, { bem alto, cheio de cascas (...)}Hoje nem se compara era bem alto, bem alto (...)}O casqueiro vinha, ele atravessava ali::: por baixo, a ponte hoje não tem mais nada né? (...)}O morro ia ser bem direitinho, o carrinho de mão passava por ali, ia até lá em cima, lá despejava a casca e vinha. Na praia também tinha.”;*

Dona Maurilia lembrou que achavam muitas evidências de sepultamento no sambaqui: *“Não. Isso a gente não, a gente na época não::: Não tinha assim grande conhecimento assim como eu estou te dizendo. A gente ouvia falar. Ah porque encontraram a cabeça ... Diziam assim AH ENCONTRARAM A CABEÇA DE UM DEFUNDO LÁ NO CASQUEIRO ...ai outro dia ( ): A MAIS NOS ENCONTRAMOS A CABEÇA DO DEFUNFO, MAIS UM BRAÇO, MAIS UMA PERNA UMA PERNA, MAIS ISSO, MAIS ISSO, MAIS AQUILO, era assim que nós sabíamos. Falavam que encontravam lá, mas a gente não tinha assim... conhecimento de ir lá ver, entende? Não existia esta curiosidade na época. (...)E, não, não existia assim essa curiosidade de ir lá, hoje não, hoje se eles acharem uma cabeça todo vai lá ver, não é verdade? Naquele tempo não, naquele tempo era um pessoal mais humilde, mais simples. Não tinham esse conhecimento de que aquilo poderia ser mais tarde um motivo de um estudo, não existia isso.”*

Dona Lilina destacou a importância científica do sítio: *“Era, era mais alto. (...) Ah, sim eles falavam que tinham caveiras. (...) Eu fui depois, assim, mas quando pequena assim na escola e:::, até ali com os alunos, com as crianças da escola a gente nunca foi lá. ((professora do primeiro ao quarto)). (...) Sei lá faltava assim, sei lá, não tinha essa informação que tem hoje, hoje é aconselhável a pesquisar esses lugares assim.”*

Dona Ivone informou sobre a importância econômica do sambaqui para a sua família: *“Dona Maurília meu pai vendeu casquinha. Meu pai uma vez fez uma coisa assim de vender casquinha para minha prima lá que tinha lá uma daquelas lá de fazer cal, estufa né, para a Alcira ( ), que eles tinham lá como é que nós chama, como é {caieira? Mauri} é eu acho que Caieira, e meu pai cansou de vender para eles. Ali no meu terreno é só conchinha sabia?”*

Para essas pessoas, o sambaqui é parte de sua infância, de seus momentos de lazer, de suas histórias e conversas com familiares e amigos. Todo um mundo de significados, por parte da comunidade de Cabeçuda, circunda este patrimônio arqueológico e é essa rede de significado que produz sentimento de cuidado e preservação sobre o sambaqui. A entrevista foi aplicada com as pessoas mais antigas da comunidade, pessoas que viram o sambaqui ser desmontado, “invadido”, mas e os demais integrantes da comunidade? Os mais novos em idade e tempo de moradia? Existe também por parte destes uma simbologia, significativa e preservacionista?

A fim de responder a essas questões, foram aplicados formulários com questões fechadas para 190 moradores do Bairro de Cabeçuda.

### 3.1.2 A utilização de formulários na coleta de dados quantitativos

Para a coleta de dados quantitativos utilizou-se um formulário. Por sua facilidade de aplicação aos mais diversos segmentos, e pela facilidade de tabulação dos dados, o formulário é muito utilizado como instrumento de pesquisa. (GIL, 2007, p. 115). O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, a coleta está pautada na obtenção de informações diretamente do entrevistado. O preenchimento é feito pelo entrevistador, que anota, além das respostas, outras observações relevantes para a pesquisa (MARCONI, LAKATOS, 2002, p. 113).

Busca-se, com a aplicação destes formulários, estabelecer a relação da comunidade com o sambaqui Cabeçuda 01, a fim de compreender os processos significantes entre os atores sociais. Esses formulários foram aplicados em um sábado, no dia 14 de junho de 2014.

Figura 54: Aplicação de formulários da comunidade de Cabeçuda - Laguna/SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 55: Aplicação de formulários da comunidade de Cabeçuda - Laguna/SC.



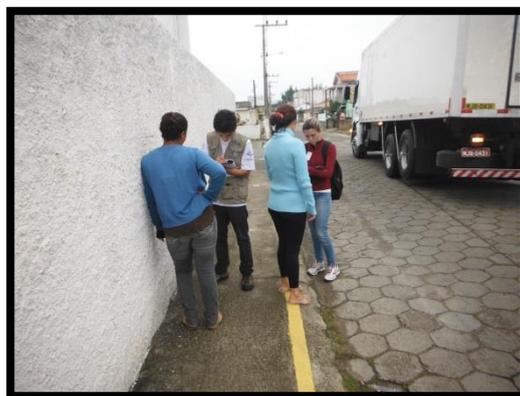
Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia

Figura 56: Aplicação de formulários da comunidade de Cabeçuda - Laguna/SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 57: Aplicação de formulários da comunidade de Cabeçuda - Laguna/SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

### 3.1.2.1 Entrevista com a comunidade de Cabeçuda Laguna/SC.

Com o objetivo de diagnosticar a relação simbólica entre a comunidade de Cabeçuda e o Sambaqui Cabeçuda 01, aplicaram-se 190 formulários, no dia 14 de junho de 2014. O formulário (APÊNDICE 01) dividiu-se em análise socioeconômica; levantamento sobre história e transformações do Bairro de Cabeçuda; e análise relacional da comunidade para com o sítio arqueológico Cabeçuda 01.

Quadro 3: Estrutura dos formulários aplicados no Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC.

(continua)

<b>Dados socioeconômicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Idade</b></li> <li>• <b>Local de Nascimento</b></li> <li>• <b>Tempo de moradia no Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC</b></li> <li>• <b>Grau de Escolaridade</b></li> <li>• <b>Profissão</b></li> <li>• <b>Renda</b></li> </ul>
<b>Diagnóstico sobre a história do Bairro de Cabeçuda</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você conheceu e/ou possui alguma informação sobre a história de formação do Bairro de Cabeçuda?</li> <li>• Desde que veio morar no bairro, quais transformações observou no mesmo?</li> </ul>
<b>Análise relacional da comunidade com o sítio arqueológico Cabeçuda 01</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você sabe o que é um sambaqui?</li> <li>• Você sabe se o bairro possui um sambaqui?</li> <li>• Como ficou sabendo da existência do Sambaui Cabeçuda 01?</li> <li>• Na sua opinião, qual estado de conservação o Sambaqui Cabeçuda 01 encontra-se atualmente?</li> <li>• Quais elementos de depredação e alteração no Sambaqui Cabeçuda 01 você vivenciou, observou?</li> <li>• Você considera relevante a preservação do Sambaqui Cabeçuda 01?</li> <li>• O que o Sambaqui Cabeçuda 01 significa para você?</li> <li>• Acerca do Sambaqui Cabeçuda 01,</li> </ul>

	que recordações você traz na memória?
--	---------------------------------------

Fonte: Elaboração da autora.

Os formulários aplicados correspondem a 6% da população do Bairro de Cabeçuda, segundo dados do IBGE, Censo 2010. A população da pesquisa foi dividida por faixa etária, como consta no Gráfico 1, em que 30% dos entrevistados tinham idade entre 21 e 40 anos, 27% entre 41 e 60 anos, 22% entre 11 e 20 anos, e, ainda, 21% com idade superior a 60 anos.

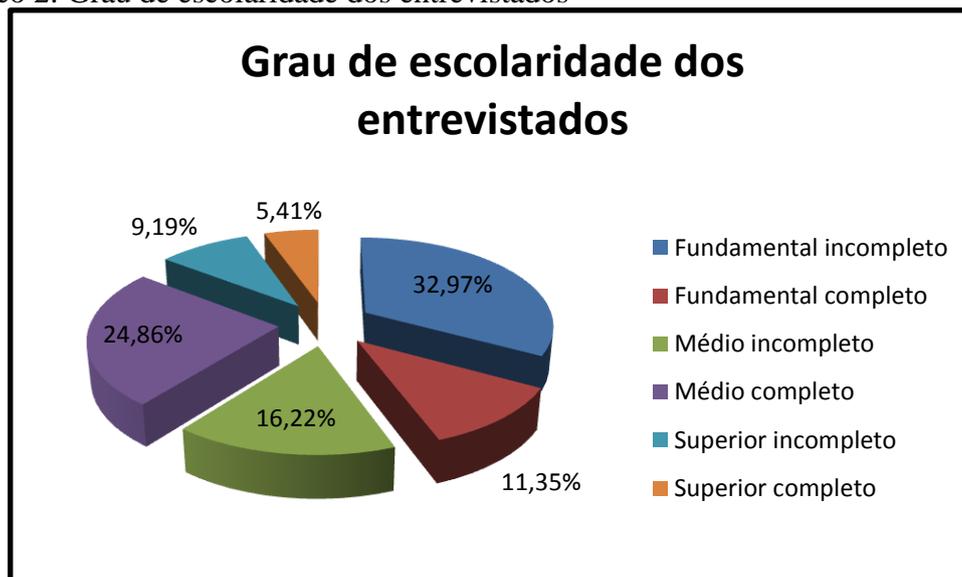
Gráfico 1: Idade dos entrevistados



Fonte: Elaboração da autora

A formação escolar dos entrevistados deu subsídios para analisar determinadas respostas que estão diretamente relacionadas ao grau de instrução. A amostra populacional predominantemente possui o ensino fundamental incompleto, com 32,97% dos entrevistados, como se pode observar no Gráfico 2. Segue-se a leitura do mesmo Gráfico, com 24,86% dos entrevistados com Ensino Médio completo; 16,22% dos entrevistados com Ensino Médio incompleto; 11,35% com Ensino Fundamental completo; 9,19% com Superior incompleto; e apenas 5,41% com formação superior.

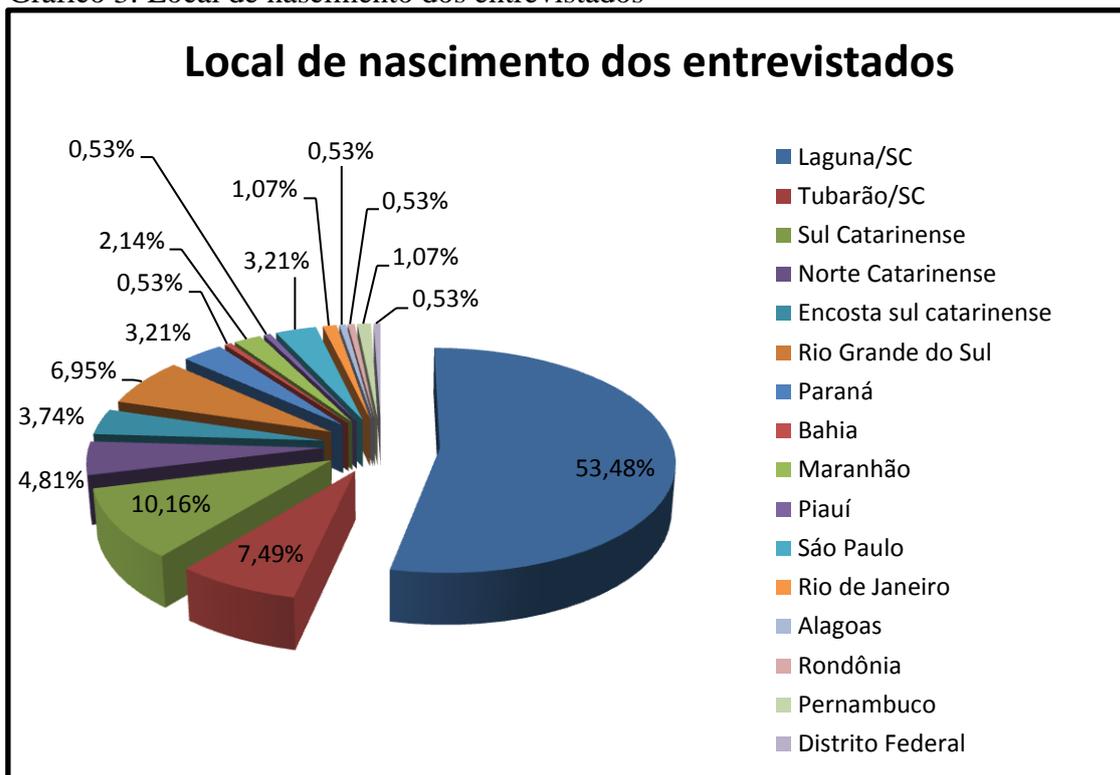
Gráfico 2: Grau de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Elaboração da autora

Com o intuito de entender a população formadora do Bairro de Cabeçuda e relacioná-la com a formação histórica do próprio bairro, perguntou-se a cidade de origem dos entrevistados. Diante da quantidade excessiva de cidades apontadas pelos entrevistados e da poluição visual gerada em um Gráfico com tal quantidade, optou-se por elencar as duas cidades catarinenses com maior volume de entrevistados: Laguna/SC e Tubarão/SC, e as demais cidades catarinenses foram divididas por região (Sul catarinense; Norte catarinense; Encosta sul catarinense). As cidades fora de Santa Catarina foram separadas por Estado.

Gráfico 3: Local de nascimento dos entrevistados

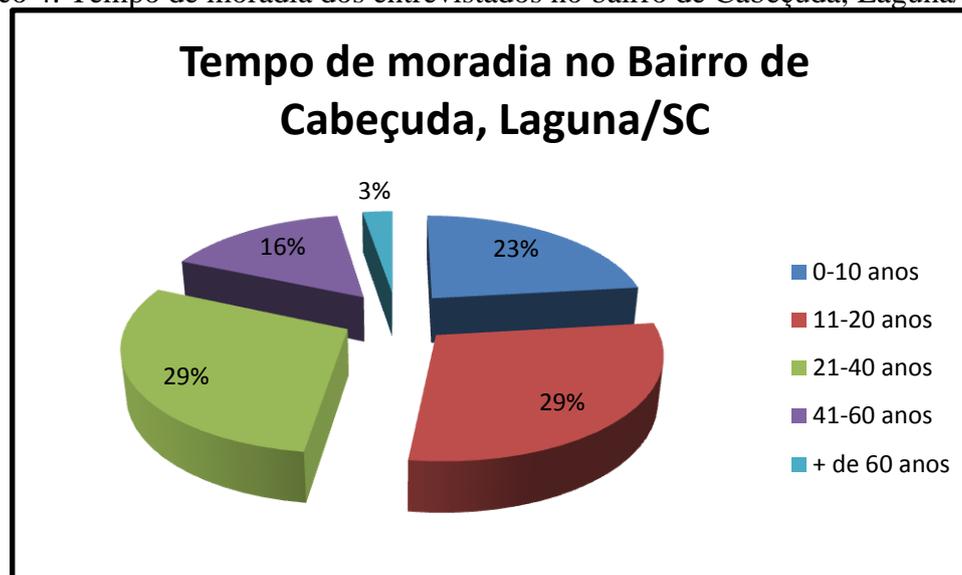


Fonte: Elaboração da autora

O Gráfico 3 apresenta o processo migratório intenso que vem sofrendo o Bairro de Cabeçuda, no qual pouco mais da metade, 53,48% dos entrevistados, é oriundo de Laguna/SC. Segue-se a leitura do Gráfico: 10,16% dos entrevistados são de cidades sul catarinenses (Criciúma, Araranguá, Imbituba, entre outras); 7,49% oriundos de Tubarão/SC; 6,95% vindos do Rio Grande do Sul; 4,81% vieram de cidades norte catarinenses (Joinville, Blumenau, entre outras), 3,74% se deslocaram de cidades localizadas na encosta sul catarinense (Braço do Norte, Orleans, entre outras); 3,21% migraram do Estado de São Paulo; 3,21% vieram do Estado vizinho do Paraná; 2,14% são oriundos do Estado do Maranhão; 1,07% vieram do Estado do Rio de Janeiro e esta mesma porcentagem é apresentada por entrevistados oriundos de Pernambuco. Os demais estados de origem são: Alagoas, Rondônia, Distrito Federal e Bahia, em que cada um aparece com 0,53% da amostra.

Já era sabido no momento de elaboração do questionário que o Bairro de Cabeçuda teve um crescimento urbano rápido nos últimos anos, por isso optou-se por indagar ao entrevistado seu tempo de moradia no Bairro de Cabeçuda.

Gráfico 4: Tempo de moradia dos entrevistados no bairro de Cabeçuda, Laguna/SC.



Fonte: Elaboração da autora

A leitura do Gráfico 4 mostra que 29% dos entrevistados residem em Cabeçuda entre 11 e 20 anos; 29% da amostra reside no bairro entre 21 e 40 anos; 23% moram no bairro há menos de 10 anos; 16% residem no bairro entre 41 e 60 anos; e 3% dos entrevistados moram em Cabeçuda há mais de 60 anos.

Os últimos dados da sessão socioeconômica do formulário são a ocupação/profissão e a renda mensal dos entrevistados. Diante da imensidade de profissões, regulamentadas ou não, existentes no Brasil, optou-se por categorizá-las de acordo com o COD – Classificação de ocupação para pesquisas domiciliares, utilizado pelo IBGE, atualizado em 2010. Por ocupação entende-se a tarefa ou função que uma pessoa desenvolve. Os aposentados, estudantes e desempregados foram classificados como inativos.

Segundo o COD – 2010, há dez grandes grupos ocupacionais, optou-se por estes a fim de compactar os dados, não se direcionando aos subgrupos. No Quadro 04, observam-se os Grandes Grupos – GG, classificados pelo COD – IBGE 2010 e suas descrições. Todas as profissões apontadas nos formulários foram enquadradas nos GG.

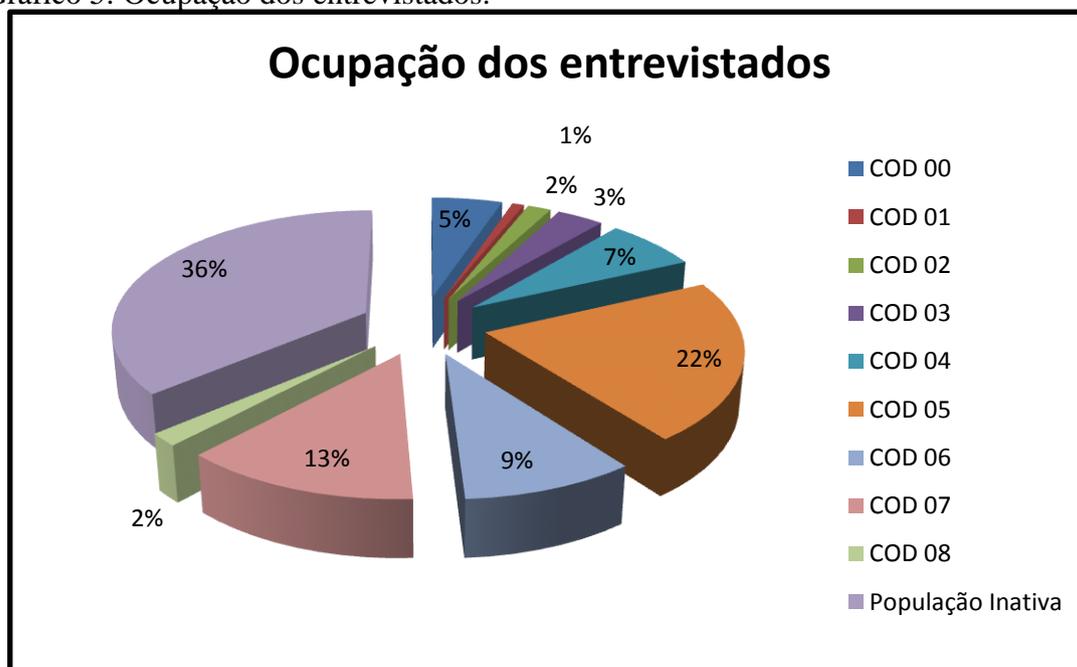
Quadro 4: Classificação de ocupação para pesquisas domiciliares

<b>Grande Grupo - GG</b>	<b>COD</b>
<b>01</b>	Diretores e gerentes
<b>02</b>	Profissionais das ciências e

	intelectuais
<b>03</b>	Técnicos e profissionais de nível médio
<b>04</b>	Trabalhadores de apoio administrativo
<b>05</b>	Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados
<b>06</b>	Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca
<b>07</b>	Trabalhadores qualificados, operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios
<b>08</b>	Operadores de instalações
<b>09</b>	Ocupações elementares
<b>00</b>	Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares

Fonte: IBGE, 2010.

Gráfico 5: Ocupação dos entrevistados.

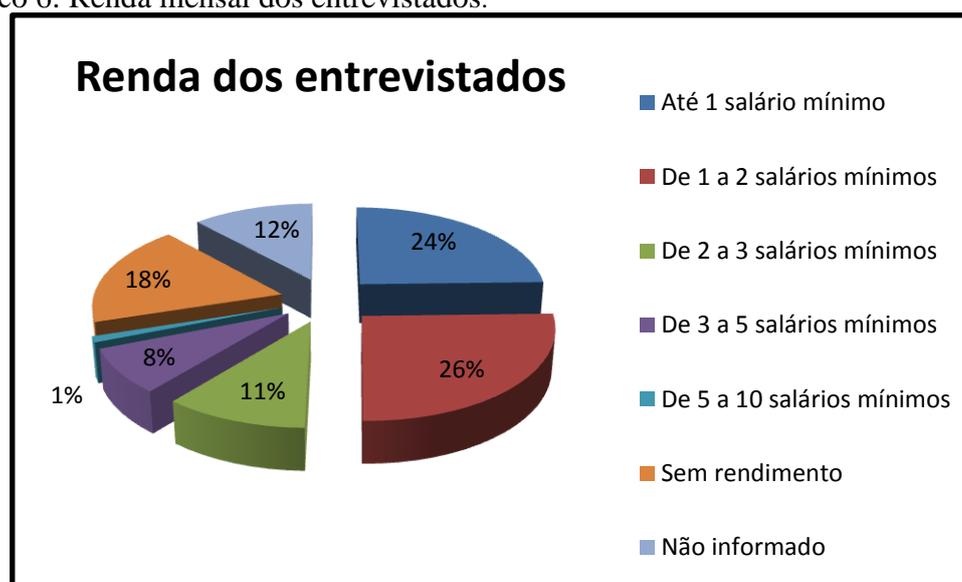


Fonte: Elaboração da autora

No Gráfico5, visualiza-se as ocupações dos entrevistados de acordo com o seu COD: 36% dos entrevistados fazem parte da população inativa; 22% são trabalhadores de serviços, vendedores do comércio e mercados; 13% são operários e artesão das artes mecânicas e outros ofícios; 9% são agricultores, pescadores; 7% trabalham no administrativo; 5% trabalham nas forças armadas, policiais militares e bombeiros; 3% são técnicos e profissionais de nível médio; os profissionais das ciências e intelectuais e os operadores de instalação aparecem cada qual com 2% das opções; e 1% desempenham a função de diretores e gerentes.

O último dado da análise socioeconômica da amostra, a renda dos entrevistados, seguiu a divisão em salários mínimos utilizada pelo IBGE no último censo de 2010. Aos desempregados, estudantes e donas de casa utilizou-se a classificação *sem rendimento*. Respeitando a opção de sigilo salarial dos entrevistados que optaram por não informar estes dados, classificou-se como *não informado*.

Gráfico 6: Renda mensal dos entrevistados.



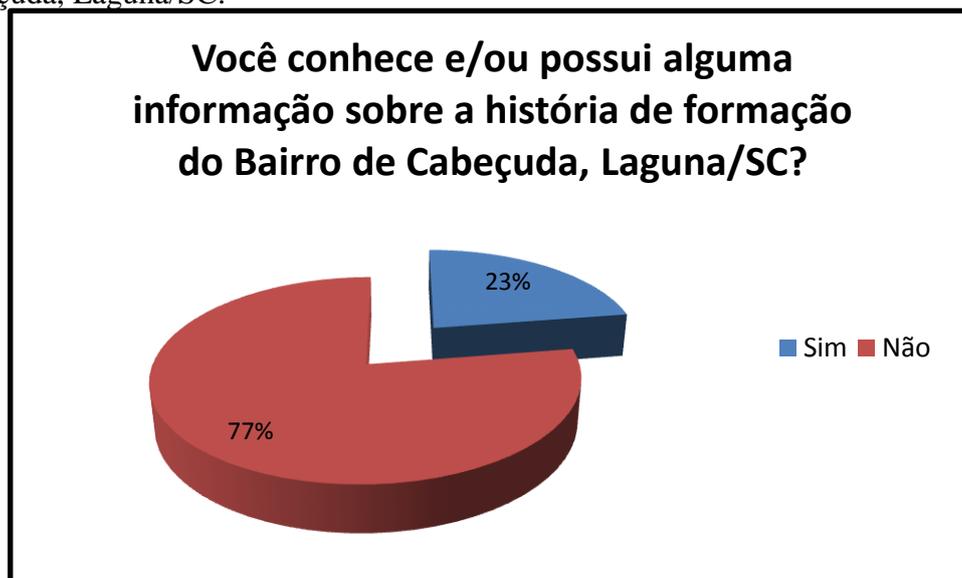
Fonte: Elaboração da autora

No Gráfico 6, há um panorama salarial dos entrevistados: os que recebem entre 1 e 2 salários mínimos representam 26% da amostra; seguidos de 24%, que são os que possuem rendimento até 1 salário mínimo; 18% compõem o grupo de pessoas sem rendimento; 12% optaram por não informar seu rendimento mensal; 11% recebem mensalmente de 2 a 3 salários mínimos; 8% recebem de 3 a 5 salários mínimos; 1% possui rendimento mensal de 5 a 10 salários mínimos.

Após diagnóstico socioeconômico da amostragem utilizada na pesquisa quantitativa, adentra-se a parte do questionário que tem como objetivo diagnosticar o conhecimento da comunidade acerca da história e modificação do Bairro de Cabeçuda. Estes questionamentos surgiram da necessidade de formar dados primários, a partir de relatos dos moradores, sobre a história, formação e transformação do Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC, diante da escassa documentação (registros escritos, fotos) sobre a história do bairro.

Uma informação que chegou até a pesquisa, por meio de moradores do bairro em outros momentos e trabalhos no Bairro de Cabeçuda, era que este nome foi dado devido ao Sambaqui, que parecia uma cabeça, ou por terem sido encontradas cabeças no local. Diante destes “boatos”, buscou-se diagnosticar na comunidade se estas histórias procediam e se eram conhecidas pelos moradores do bairro.

Gráfico 7: Conhecimento dos entrevistados sobre a história e formação do Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC.



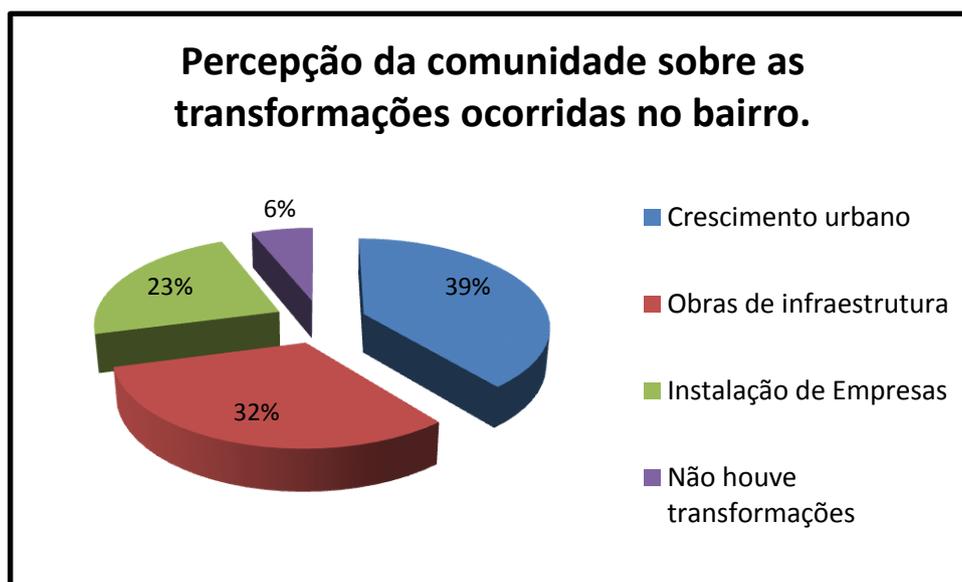
Fonte: Elaboração da autora

O Gráfico 7 coloca que 77% dos entrevistados não possuem informação referente à história do Bairro de Cabeçuda, seguido de 23%, que possuem alguma informação. Complementando este questionamento, indagou-se aos entrevistados, os quais responderam afirmativamente a questão do Gráfico 7, qual relato ou informação poderiam informar. Todos relataram sobre a origem do nome de Cabeçuda, se estruturando em três histórias diferentes.

A história mais relatada é a de que o nome Cabeçuda é oriundo do Sambaqui ou Casqueiro como é denominado pela comunidade. **Segundo os moradores, o Sambaqui, por sua imponência, se assemelhava a uma grande cabeça bem na ponta da lagoa, por isso o nome Cabeçuda.** Ainda relacionado ao sítio arqueológico, alguns relataram sobre o fato de encontrarem cabeças no sambaqui e daí vir o nome da comunidade. Outra história presente, em menor quantidade nos relatos, é do peixe, muito visto na região, **o bagre, que por ser cabeçudo, teria dado nome à comunidade.** A última história está relacionada à **formação geográfica da Ponta de Cabeçuda, que vista por fotos aéreas se assemelhava a uma cabeça.**

Ainda buscando compreender a formação do Bairro de Cabeçuda e seu desenvolvimento, indagou-se aos entrevistados sobre os principais movimentos de transformação observados desde que vieram residir ali.

Gráfico 8: Percepção da comunidade sobre as transformações ocorridas no bairro.



Fonte: Elaboração da autora

A principal mudança apontada pelos entrevistados foi o crescimento urbano, com 39% das opções; 32% afirmam ser as transformações decorrentes de obras de infraestrutura; o crescimento comercial e industrial aparece com 23% das opções; e finaliza-se a leitura do Gráfico 8 com 6% dos entrevistados, que alegam não haver ou não terem percebido transformações significativas.

Adentrando a parte do formulário destinada ao diagnóstico da relação comunidade – sítio arqueológico Sambaqui Cabeçada 01, perguntou-se inicialmente se os entrevistados sabem o que é um Sambaqui ou Casqueiro.

Gráfico 9: Conhecimento da comunidade acerca do que é um sambaqui.

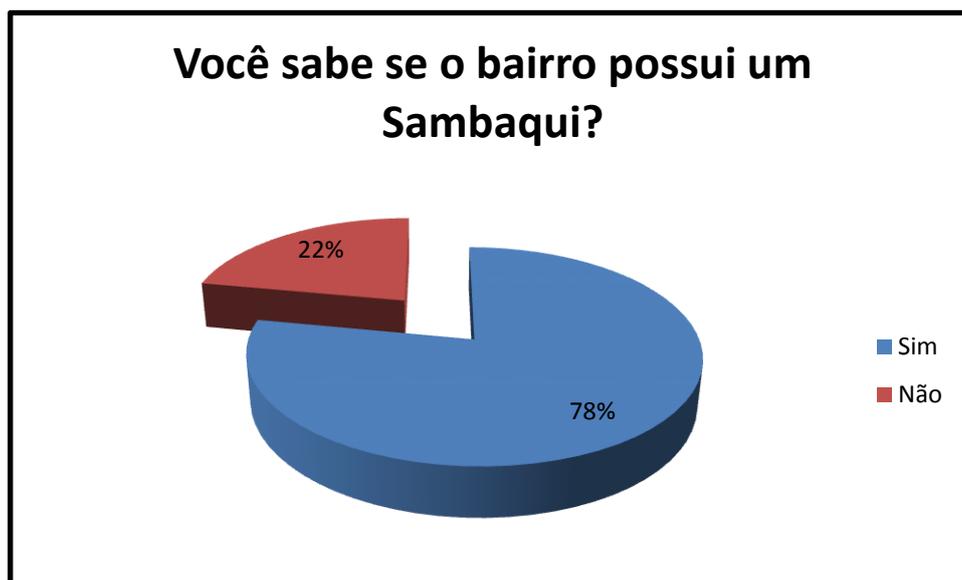


Fonte: Elaboração da autora.

Através do Gráfico 9, visualiza-se que 81% dos entrevistados na comunidade de Cabeçada informaram saber o que é um Sambaqui e 19% disseram desconhecer.

Indagou-se se os entrevistados sabiam da existência de um sambaqui na comunidade. Essa pergunta tem caráter eliminatório no processo da entrevista, uma vez que as perguntas sequenciais do formulário são direcionadas exclusivamente à percepção do entrevistado em relação ao Sambaqui Cabeçada 01. Entrevistados que não o conhecem não responderam às perguntas seguintes.

Gráfico 10: Conhecimento da comunidade acerca do Sambaqui Cabeçuda 01.

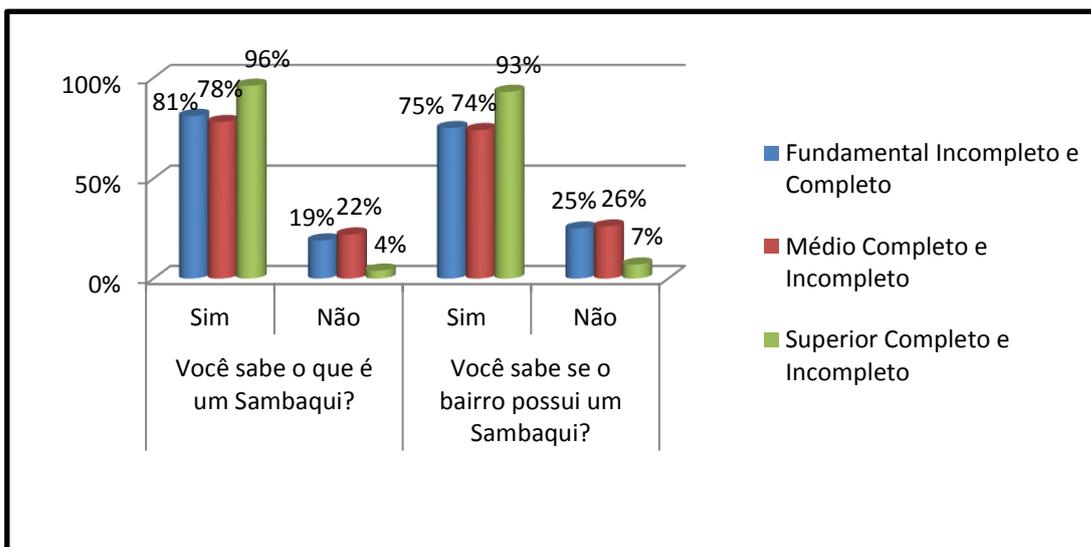


Fonte: Elaboração da autora

Como respostas, têm-se 78% dos entrevistados cientes da existência do sambaqui Cabeçuda 01 em sua comunidade e 22% desconhecem a existência de tal sítio arqueológico. Aos que responderam negativamente a esta questão, deu-se por encerrado a aplicação do formulário, já aos que responderam positivamente, deu-se continuidade ao questionário com perguntas relacionadas ao sambaqui Cabeçuda 01.

Desenvolveu-se uma análise comparativa entre as respostas apresentadas nos Gráficos 9 e 10 e o grau de escolaridade dos entrevistados. O objetivo desta análise foi diagnosticar se a formação do entrevistado influenciou ou não em suas respostas.

Gráfico 11: Diagnóstico do conhecimento da comunidade acerca do que é um sambaqui e sobre o sambaqui local por grau de escolaridade.

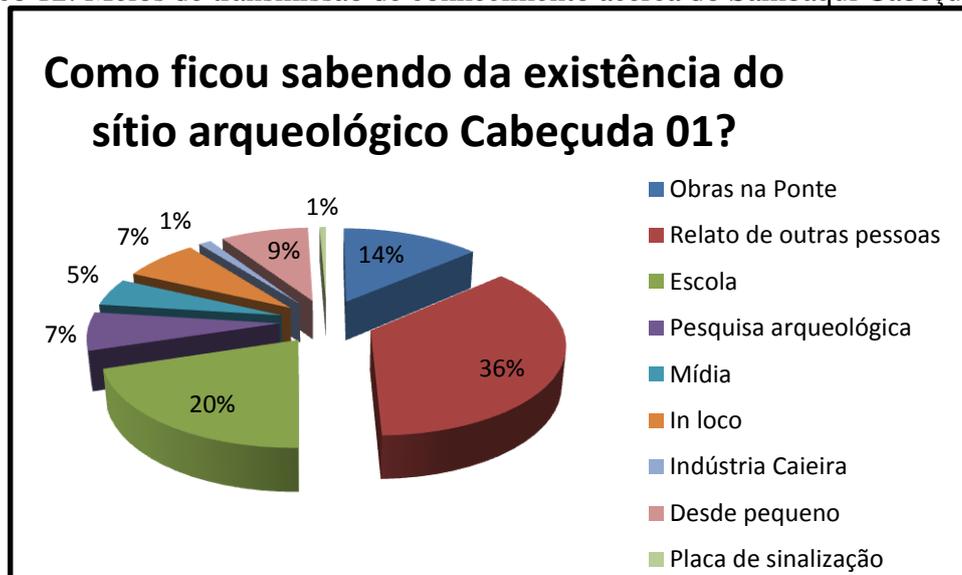


Fonte: Elaboração da autora.

Esse cruzamento de dados expõe que entrevistados com Ensino Superior estão mais cientes do que vem a ser um Sambaqui, uma vez que 96% destes sabem o que é um sambaqui, ao passo que 4% desconhecem. Este mesmo grupo se mostra ciente da existência do Sambaqui Cabeçuda 01 em 93% da amostragem. Demais graus de escolaridade apresentam resultados equitativos em ambos os questionamentos.

A pergunta que segue o formulário tem como objetivo diagnosticar os meios de contato e propagação acerca do patrimônio arqueológico local. Essa questão é qualitativa, o Gráfico 12 apresenta a síntese das respostas apontadas pelos entrevistados.

Gráfico 12: Meios de transmissão de conhecimento acerca do Sambaqui Cabeçuda 01.

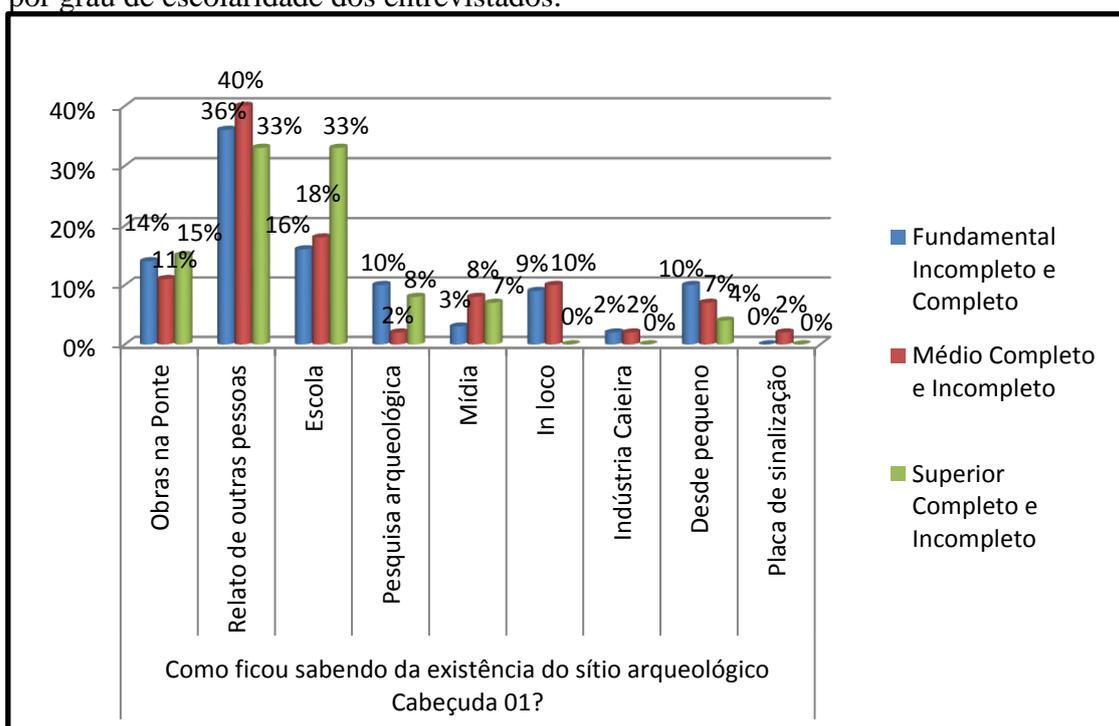


Fonte: Elaboração da autora.

Analisando os dados do Gráfico 12, observou-se que 36% dos entrevistados tomaram conhecimento acerca do sambaqui por meio de outras pessoas do bairro, pais, avós, etc.; 20% foram informados no meio estudantil; 14% ficaram sabendo por meio das obras de construção da Ponte Anita Garibaldi; 9% conheciam o sítio arqueológico desde pequenos; 7% receberam informações por meio de pesquisas arqueológicas desenvolvidas no bairro; 7% conheciam o sambaqui por irem ao local visitá-lo, conhecimento in loco; 5% apontaram os meios midiáticos, como jornal e reportagem televisiva, como responsável por seu conhecimento acerca do sítio arqueológico; findando com 1%, que apontaram as placas de sinalização do Sambaqui Cabeçuda 01.

Novamente, na tentativa de estabelecer uma análise comparativa que use como parâmetro o grau de instrução do entrevistado, cruzaram-se os dados do questionamento apontado no Gráfico 12, gerando o Gráfico 13.

Gráfico 13: Meios de transmissão de conhecimento acerca do Sambaqui Cabeçuda 01, por grau de escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Elaboração da autora.

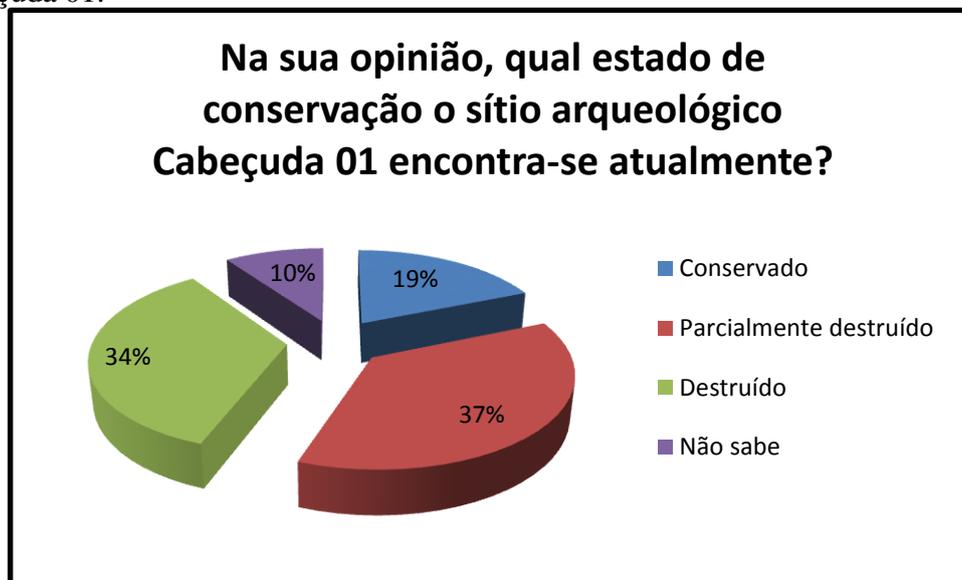
Os entrevistados com Ensino Fundamental possuem como principal fonte o relato de outros moradores, com 36% das opções, seguidos da influência escolar, com 16%; informações obtidas com as obras da ponte com 14%; pesquisas arqueológicas com 10% e outros 10% conhecem desde pequenos; 9% conheceram o sítio arqueológico porque foram até o local; 3% visualizaram através de veículos de mídia; 2% visualizaram a indústria caieira no sítio arqueológico.

Ainda analisando o gráfico 13, agora com o enfoque nos entrevistados com Ensino Médio, 40% destes souberam do sambaqui Cabeçuda 01 por meio de outras pessoas; 18% no ambiente escolar; 11% a partir das obras da ponte; 10% in loco; 8% em veículos de mídia; 7% o conhecem desde pequenos; 2% souberam a partir de pesquisas arqueológicas; 2% a partir de placas de sinalização; e outros 2% visualizaram o processo de produção de cal.

Esta mesma questão, visualizada a partir de entrevistados com Ensino Superior, apresenta dois principais meios informativos: o relato de outras pessoas e o meio escolar, ambos com 33% das opções. Demais meios são: as obras da ponte, com 15%; pesquisas arqueológicas, com 8%; veículos de mídia, com 7%; findando 4% dos entrevistados que conhecem desde pequenos.

Diante do diagnóstico de conhecimento da comunidade acerca da existência do Sambaqui Cabeçada 01, a próxima pergunta objetivou entender a visão dos entrevistados acerca do grau de integridade deste patrimônio arqueológico.

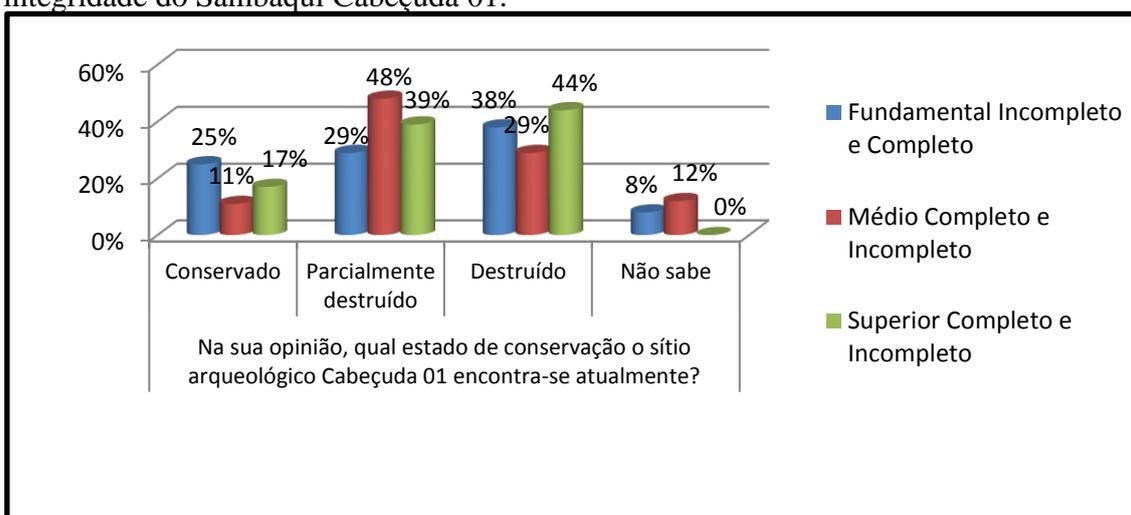
Gráfico 14: Percepção da comunidade acerca do grau de integridade do Sambaqui Cabeçada 01.



Fonte: Elaboração da autora.

Por meio da leitura do Gráfico 14, constatou-se que 37% dos entrevistados consideram que o sambaqui está parcialmente destruído; 34% destes visualizam o sítio arqueológico como totalmente destruído; 19% acreditam que o sambaqui está conservado e 10% não souberam opinar a respeito.

Gráfico 15: Percepção, por grau de escolaridade dos entrevistados, acerca do grau de integridade do Sambaqui Cabeçada 01.



Fonte: Elaboração da autora.

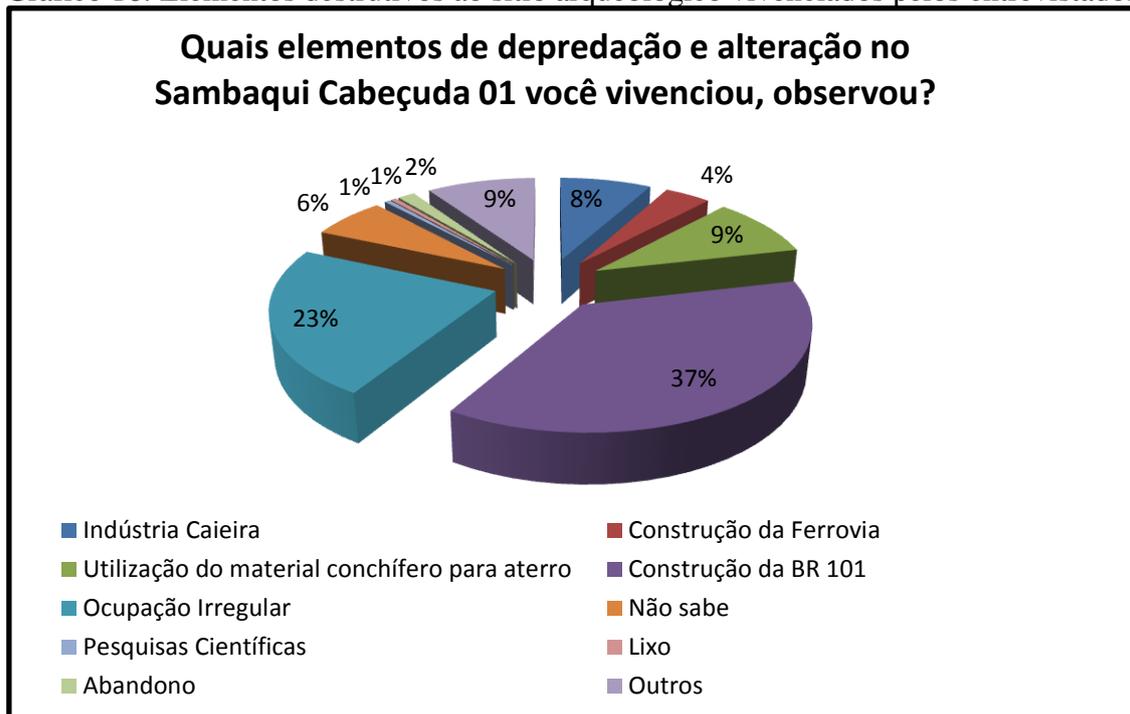
Cruzando estes dados e os separando por grau de instrução dos entrevistados, como observado no Gráfico 15, constata-se que entrevistados com nível de Ensino Fundamental visualizam o Sambaqui Cabeçada 01 como conservado em 25% das opções, seguido de 29%, que apontam o sítio como parcialmente destruído; 38% o visualizam como destruído e 8% não souberam opinar.

Relacionando com entrevistados de nível escolar médio, tem-se: 11% dos entrevistados que dizem que o sítio arqueológico está conservado; 48% apontam como parcialmente destruído; 29% afirmaram estar destruído e 12% não souberam opinar.

Entrevistados com Ensino Superior apontam o sítio arqueológico como preservado em 17%, parcialmente destruído em 39%, e destruído em 44%.

Diante das respostas obtidas, questionaram-se, então, quais movimentos destrutivos o sambaqui vivenciou. Este questionamento auxiliou no diagnóstico dos fatores de risco sofridos pelo Sambaqui Cabeçada 01 e se estes são vistos como destrutivos pela comunidade.

Gráfico 16: Elementos destrutivos ao sítio arqueológico vivenciados pelos entrevistados

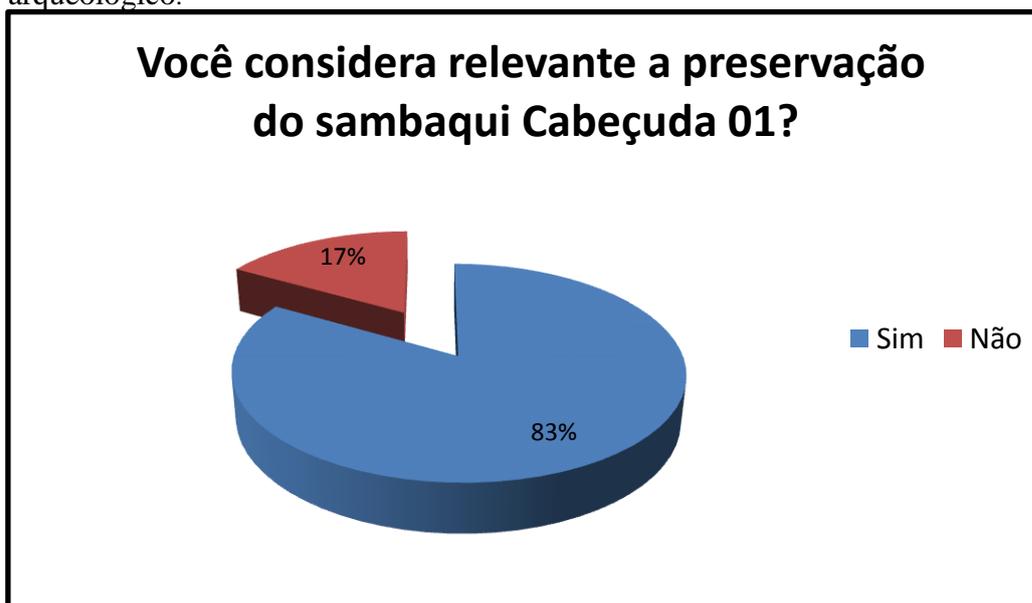


Fonte: Elaboração da autora.

O principal elemento impactante apontado pelos entrevistados foi a construção da BR 101 (37%); 23% dos entrevistados responsabilizaram as ocupações irregulares na área do sítio arqueológico; 9% apontaram a utilização do material conchífero do sambaqui para aterro; 9% responderam outras formas, sem opinar; 8% remeteram à indústria caieira; 6% não souberam opinar; 4% apontaram o impacto feito pela construção da linha férrea; 2% destacaram o abandono do local como fator destrutivo; 1% se referiram às pesquisas científicas como fator de alteração do sambaqui e, por fim, 1% indicaram o lixo no local.

Diante do diagnóstico dos entrevistados sobre os processos de destruição e impacto ao sítio arqueológico, objetivou-se entender a relação dos entrevistados sobre o processo de preservação do patrimônio arqueológico.

Gráfico 17: Diagnóstico sobre a necessidade de preservação do patrimônio arqueológico.

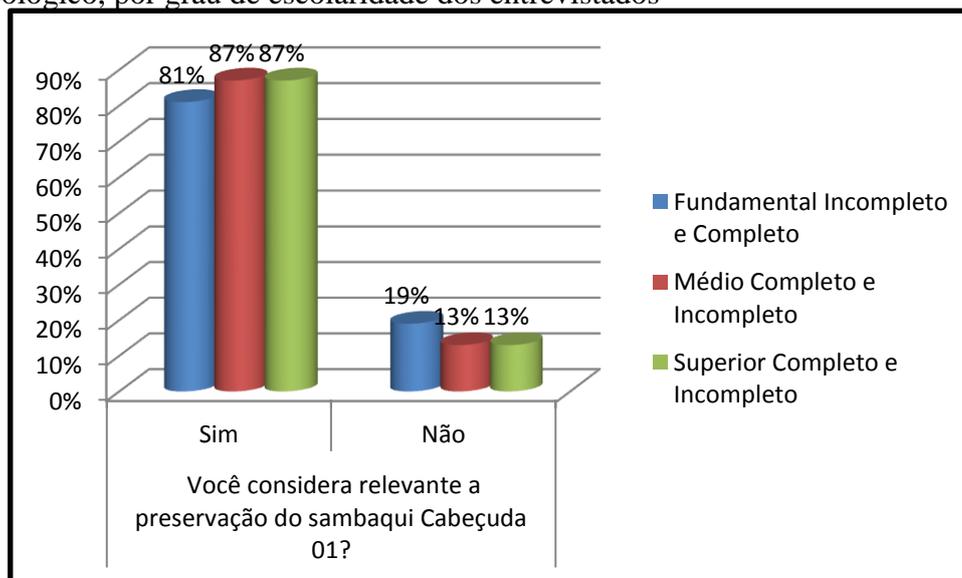


Fonte: Elaboração da autora.

Dos entrevistados, 83% consideram relevante a preservação do sítio arqueológico, e 17% não a consideram relevante.

Esses dados foram relacionados ao grau de escolaridade dos entrevistados, gerando as seguintes informações.

Gráfico 18: Diagnóstico sobre a necessidade de preservação do patrimônio arqueológico, por grau de escolaridade dos entrevistados

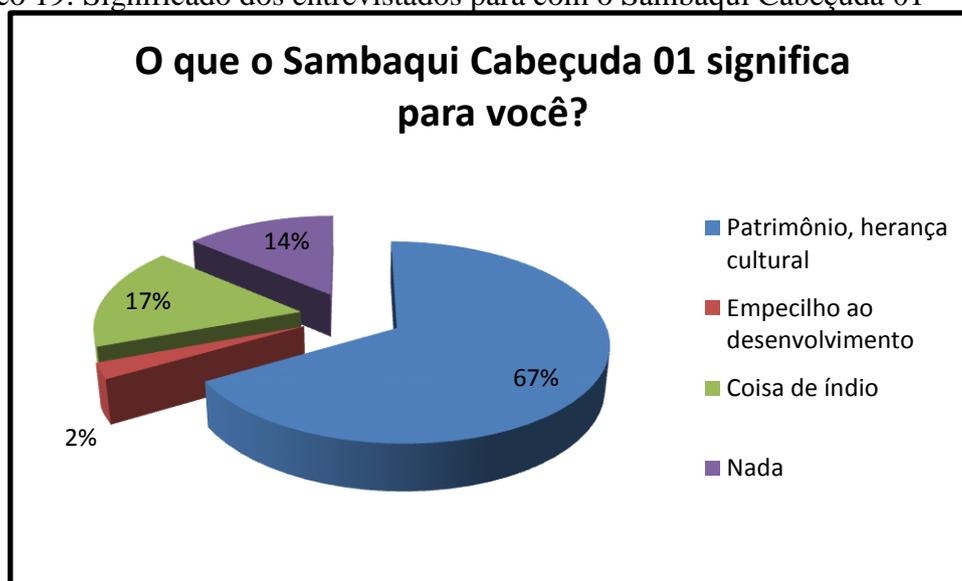


Fonte: Elaboração da autora.

Entrevistados com Ensino Fundamental consideram relevante a preservação do Sambaqui Cabeçuda 01 (81%), os demais, que totalizam 19%, não consideram relevante. Com relação aos entrevistados com Ensino Médio, 87% consideram relevante a preservação e 13% não a consideram. Analisando as respostas de entrevistados com Ensino Superior, também 87% consideram relevante a preservação, e 13% não a consideram.

Adentrando ao universo dos significados, elaborou-se uma questão que visa a diagnosticar esta relação simbólica do entrevistado para com o patrimônio arqueológico. Indagou-se sobre o que o Sambaqui Cabeçuda 01 significava para ele.

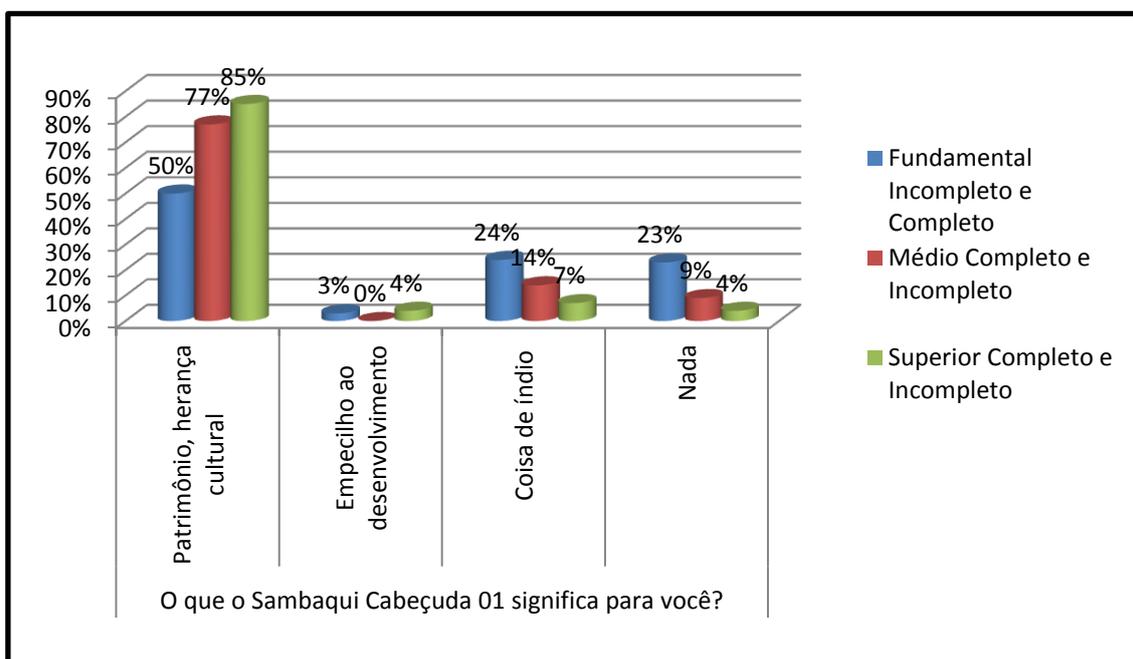
Gráfico 19: Significado dos entrevistados para com o Sambaqui Cabeçuda 01



Fonte: Elaboração da autora.

Para 67% dos entrevistados o sambaqui significa um patrimônio, herança cultural; 17% atribuem ao sambaqui o título de coisa de índio; 14% informaram que o sítio arqueológico não significa nada; 2% o consideram como empecilho ao desenvolvimento.

Gráfico 20: Produção significativa acerca do Sambaqui Cabeçuda, por grau de escolaridade.



Fonte: Elaboração da autora.

Novamente realizou-se o cruzamento dos dados contidos no Gráfico 19 em função do grau de escolaridade dos entrevistados. Na leitura deste último Gráfico, visualiza-se que entrevistados com Ensino Fundamental significam o sambaqui como patrimônio arqueológico, herança em 50% das opções; 3% significam como empecilho ao desenvolvimento; 24% significam como coisa de índio; findando 23% que não atribuem nenhum significado.

Entrevistados com Ensino Médio consideram o sítio como patrimônio em 77% das opções; 14% alegam ser coisa de índio; 9% não significam, e nenhum entrevistado deste grupo indicou o sambaqui como empecilho ao desenvolvimento. Entrevistados com Ensino Superior significam o sítio arqueológico como patrimônio em 85% das entrevistas; 4% destes atribuem significado de empecilho ao desenvolvimento; 7% significam como coisa de índio; findando com 4% que significam como nada.

A última questão, de cunho qualitativo, buscou, nos entrevistados, recordações e lembranças suas acerca do patrimônio arqueológico. Essas recordações mostram momentos de significação e (re)significação do Sambaqui Cabeçuda 01. Não foram muitos os que relataram recordações suas no sítio arqueológico. Para os entrevistados que relataram suas recordações, destaca-se a utilização do sambaqui para brincadeiras no tempo de criança ou momentos de lazer em família. Sempre que

relatavam os tempos de brincadeira no sambaqui, deixavam bem claro que as casas que hoje estão lá não existiam.

Outra atividade de destaque eram visitas escolares. Antigamente a escola levava os alunos para fazer piqueniques e, mais recentemente, levam os alunos em saída de campo, com a finalidade de conhecer a população pré-colonial construtora do sítio arqueológico. Nesse momento de (re)significação do sítio arqueológico, muitos relataram evidenciar artefatos, ossos humanos, entre outras evidências. Um entrevistado relatou como lembrança a visualização da retirada das conchas para ser utilizada como aterro na construção da ponte de concreto da BR 101, há 40 anos, ainda ouviu-se sobre a retirada de conchas, de carroça para aterrar estradas. Outro entrevistado disse ouvir histórias de assombração no sambaqui, como padres no local, mulher de branco e um barco fantasma.

### 3.2 DISCUSSÃO DOS DADOS

A população abordada nesta pesquisa é variada, o que dá um panorama abrangente da comunidade de Cabeçuda. Os dois métodos de coleta de dados, História Oral e questionários, trouxeram informações complementares acerca da comunidade de Cabeçuda, história e sua relação significativa e preservacionista para com o sambaqui local.

No processo da História Oral, as entrevistadas foram senhoras idosas, destacando-se o fato de sempre morarem na comunidade. Uma das entrevistadas, a Sr. Anita (Itamar), é filha do dono da Caieira que beneficiou as conchas do sambaqui. Estas mulheres vivenciaram os processos de destruição do sítio arqueológico, durante sua vida significaram este sítio, criaram hipóteses acerca de sua existência no bairro, produzindo um imaginário mitológico em torno dele.

Essa vivência criou laços preservacionistas e saudosistas acerca do Sambaqui Cabeçuda 01, transformando esse local em marco de referência memorial das entrevistadas. Essa vivência, relacionada ao patrimônio arqueológico, gerou processos significativos que hoje podem contribuir para sua preservação.

A utilização da metodologia da História Oral se mostrou fonte inesgotável de um conhecimento que por anos não foi considerado merecedor de estar nos livros oficiais. Para a Arqueologia, o Sambaqui Cabeçuda 01 é mais um sítio arqueológico que

hoje se apresenta relevante significativamente, mas que durante anos foi legado ao esquecimento. Contudo, durante todo esse tempo de esquecimento “científico” uma comunidade o circundava e produzia significado acerca dele, significados que o deixam vivo de forma material e imaterial.

O Sambaqui é considerado ponto de referência da comunidade, ou, como Dona Anita (Itamar) diz, “*um cartão postal*”, ou ainda, nas palavras de Dona Maurília: “*um ícone da comunidade*”. Ele é um patrimônio e as entrevistadas o visualizam como tal.

É perceptível nos relatos o processo intenso de destruição do sambaqui Cabeçuda 01. Para as entrevistadas já nem existe mais o “*casqueiro*”, este sempre é descrito como “*enorme*”, “*altíssimo*”, “*morro*”, mostrando sua monumentalidade. A origem do sambaqui é apontada como natural, seja por um terremoto/tornado ou pelo dilúvio. Voltando os olhares à teoria dos Arquétipos, enfocando no Arquétipo do Primitivo, o sambaqui é visto como natural, uma vez que populações pré-coloniais, indígenas, não seriam capazes de construir tamanho morro de conchas, e se o construíram, porque utilizar conchas? Porque amontoar de qualquer jeito? Ou como diz Dona Maurília: “*(...) que aquilo não foi enterrado propositalmente que aquilo veio junto com o terremoto. Porque tem de bruços, tem de lado, tem amontoados, tinha né...como já foi tirado ali amontoados, dois três esqueletos assim por cima um do outro.*”

A incompreensão de uma manifestação cultural diferente faz com que a tendência em explicar tal manifestação seja estranha, errônea, e, neste caso, como natural. Isso vem de um inconsciente coletivo, um arquétipo, que não vê a possibilidade de produção cultural no dito ‘primitivo’.

Voltando os olhares à entrevista de cunho quantitativo, a amostra populacional na entrevista foi variada, desde indivíduos jovens até a população idosa. Contudo, o tempo de moradia dessas pessoas no bairro é curto, a exemplo 21% dos entrevistados possui mais de 60 anos, e apenas 3% da amostra reside no Bairro de Cabeçuda a mais de 60. Ou ainda, pode-se trabalhar com o fato de nenhum entrevistado possuir menos de 10 anos e 23% destes residirem no Bairro de Cabeçuda a menos de 10 anos. Estes dados só corroboram com a o fato deste bairro ser recente, e ter crescido muito nos últimos anos, principalmente com a vinda de indústrias pesqueiras, comércio e a proximidade com a estrada de rodagem BR 101.

Com relação à ocupação dos entrevistados, em sua maioria a população é inativa (aposentados, desempregados, estudantes, donas de casa), correspondendo a 36% da amostragem. Seguem-se trabalhadores do setor comerciário, com 22% das opções; ainda, com destaque, 13% são trabalhadores qualificados, operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios, muitos relacionados às obras da ponte. A renda apresentada pelos entrevistados também não é alta, a maioria recebe entre 1 e 2 salários mínimos, e 1% da amostra recebe de 5 a 10 salários mínimos.

Uma quantidade elevada de entrevistados é oriunda de várias partes do Estado de Santa Catarina e de outros Estados do Brasil, destaque para a região nordeste e sudeste. Estas pessoas, em sua maioria, migraram para o bairro devido às obras de duplicação da BR 101 e à construção da Ponte Anita Garibaldi. Muitos destes provavelmente irão embora ao término da obra, outros já vieram anos antes, formaram família e vão continuar compondo a população lagunense. Mais da metade, 53% dos entrevistados, nasceu em Laguna, mas são provenientes de outros bairros. O crescimento de Cabeçuda e sua estruturação recente pode ter atraído o deslocamento de moradores dentro do município.

Esse crescimento urbano é apontado pelos entrevistados como o principal fator de modificação do bairro nos últimos anos, com 39% das opções, seguido das obras de infraestrutura, com 32%. Esses dois fatores são lembrados pelos entrevistados quando se perguntou sobre os processos de destruição/modificação do Sambaqui Cabeçuda 01 que observaram. Neste questionamento, 37% dos entrevistados apontaram a construção da Ponte Anita Garibaldi como impactante ao sítio e 23% apontaram a ocupação irregular do sítio como seu meio de destruição, alertando para o crescimento desordenado do bairro.

Esse apontamento das obras da ponte como destrutivo ao sítio arqueológico decorre do curto tempo de moradia dos entrevistados no bairro, o que faz com que estes tenham visualizado, principalmente, esta grande interferência no sambaqui local. Moradores mais antigos visualizaram a indústria caieira e a retirada de conchas para aterros.

Essas constatações sobre processos de destruição do sítio arqueológico foram apontados por entrevistados que conheciam o que é um sambaqui e sabiam da existência de um em sua comunidade, ou seja, quase a totalidade dos entrevistados. Da amostra quantitativa, 83% sabiam o que é um sambaqui, e, quanto ao conhecimento da existência de um em sua comunidade, 78% que responderam positivamente.

Quando estes dados são cruzados com o grau de escolaridade dos entrevistados, constata-se que entrevistados com Ensino Superior incompleto ou completo (96%) estão mais cientes sobre a importância histórica e cultural dos sítios arqueológicos sambaquis, enquanto apenas 4% dos entrevistados desconheciam esse tipo de patrimônio. Esse mesmo dado pode ser observado relacionado ao conhecimento deste grupo quanto à existência de um sambaqui na comunidade de Cabeçuda. Contudo, não há grandes diferenças dos entrevistados com Ensino Fundamental completo e incompleto, pois 81% deles sabem o que é sambaqui e 19% não sabem; 75% sabem sobre o sambaqui local e 25% o desconhecem, se comparado com entrevistados com Ensino Médio incompleto e completo, dos quais 78% sabem o que é um sambaqui e 22% não sabem; 74% destes sabem sobre o sambaqui local e 26% o desconhecem. Percebe-se que nos entrevistados com nível superior a diferença entre conhecimento e desconhecimento é bem mais acentuada se comparada com entrevistados com níveis escolares mais baixos.

Essa diferença por grau de escolaridade é perceptível quando se perguntou aos entrevistados por quais meios ficaram sabendo sobre o sambaqui local, Cabeçuda 01. Nos entrevistados com nível superior, a fonte de relatos orais, vindas de demais moradores, se equivale às informações obtidas no meio escolar, acadêmico, com 33% das opções cada. Para entrevistados com Ensino Fundamental a principal fonte de conhecimento é a transmissão oral por outros moradores com 36% das opções. Essa opção aumenta para 40% com entrevistados com Ensino Médio. Após estes dois meios de conhecimento, a população local e a escola, outro meio, comentado por 14% dos entrevistados, foi a realização das obras da ponte Anita Garibaldi e toda a divulgação feita sobre a necessidade de salvamento arqueológico, o que é constatado com 7% dos entrevistados que souberam a partir de pesquisas arqueológicas e 5% que souberam através de reportagens televisivas e impressas.

Quando se perguntou aos entrevistados sobre sua percepção quanto ao grau de conservação do Sambaqui Cabeçuda 01, 37% consideraram o sítio parcialmente destruído, e, destes, 48% possuem Ensino Médio; 39% possuem Ensino Superior; 29% possuem Ensino Fundamental. Muitos consideram o sítio parcialmente destruído por serem moradores há pouco tempo do bairro e não terem visto o sambaqui de outra forma que não seja muito semelhante à atual. Diferente dos relatos das entrevistas orais, que consideram nem mais existir o sambaqui se comparado ao que conheceram

inicialmente, 19% dos entrevistados consideraram o sítio arqueológico conservado, a maioria possuía Ensino Fundamental.

Diante desta percepção acerca do grau de destruição do sambaqui local, perguntou-se sobre a relevância de sua preservação. A maioria dos entrevistados, 83%, considerou relevante proteger o sítio arqueológico. No cruzamento de dados com o grau de escolaridade dos entrevistados, a única nuance visualizada trata-se da diferença de 6% dos entrevistados, com grau de escolaridade fundamental, que não consideram relevante preservar o sítio arqueológico. Pessoas com grau de instrução menor desvalorizam os processos preservacionistas e apontam necessidades básicas como mais essenciais que bens culturais, patrimoniais, referentes à sua identidade e memória.

Esse processo identitário pode estar contido no significado do sítio arqueológico para o entrevistado. Embora a maioria, 67% dos entrevistados, considere o sambaqui um patrimônio, herança cultural, por outro lado, ainda, respostas como coisa de índio, com 17% das opções, aparecem mostrando o distanciamento quanto à sua herança, seu patrimônio. O mais grave seria o discurso contido naqueles que dizem não significar nada o patrimônio, com 14% das opções, ou, ainda, significar o sambaqui como empecilho ao desenvolvimento, aparecendo com 2% das opções.

Ao cruzar esses dados com o grau de escolaridade dos entrevistados, percebeu-se que apenas 50%, com Ensino Fundamental, significam o sambaqui como patrimônio, 24% deste mesmo grupo significam como “coisa de índio” e, ainda, para 23% o sambaqui não significa nada. Esse dado vem de encontro aos dados da pergunta anterior, sobre a relação preservação-grau de escolaridade.

O que permeia este significar como coisa de índio, ou como não tendo significado algum, ou ainda os que alegaram ser um sambaqui empecilho ao desenvolvimento? O que está contido neste dizer? Analisando o distanciamento contido no “coisa de índio”, como se fosse algo não pertencente ao entrevistado, visualiza-se o processo não identitário decorrente da ideia nacionalista de patrimônio.

Sabido que tanto o arquétipo quanto a ideologia são produções coletivas que ligam a produção do indivíduo ao seu meio externo, social, propôs-se, aqui, discutir outro fator que pode estar contido no discurso do patrimônio arqueológico pré-colonial, o nacionalismo. A formação do nacionalismo ocorreu a partir da necessidade da unificação cultural, que se deu com construções simbólicas de memórias coletivas e esquecimentos. Nesse aspecto, a imagem do indígena foi completamente rechaçada do cenário nacionalista, não fazendo parte da construção da identidade brasileira.

Para Anderson (2008, p. 30), um movimento político de sobrevivência não é o suficiente para explicar os poderes simbólicos do nacionalismo, o ‘morrer pela pátria’. Este poder simbólico se constitui de fatos de um passado longínquo que pertence a todos os componentes desta comunidade imaginada nacional. Quando Anderson (2008, p. 32) refere-se ao movimento nacional como uma comunidade imaginada, assim como tantas outras existentes, ele assim o faz a partir da perspectiva de que todos os componentes de uma nação não se conhecem e talvez nunca se conhecerão, mas sabem da existência um do outro, por isso imaginada.

O sentimento nacional que envolve todos em uma nação, unificada teoricamente, tem base em memórias e esquecimentos, ou seja, na formação histórica de fatos que façam com que os membros das comunidades imaginadas se identifiquem (ANDERSON, 2008, p. 256). A necessidade deste histórico como elo da comunidade imaginada nacional parte da premissa de que “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (HALL, 2006, p. 50). Bhabha (1998, p. 200) traz este sentimento nacional como uma narrativa forte o suficiente, estrategicamente formada, geradora de poder simbólico.

Esses símbolos e representações que constituem o sentimento nacional são baseados em mitos fundadores, heróis nacionais, fratricídios, entre outros. A relevância do mito fundador está – “com todo potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história.” (HALL, 2003, p. 29). Para produzir sentido nacional é preciso que haja identificação, identidades construídas. Mas onde encontrar tais sentidos para a construção de uma identificação nacional? Nas histórias, memórias, imagens que buscam uma conexão entre o presente da nação e seu passado. (HALL, 2006, p. 51). A ideia de nação possui uma necessidade histórica, esta entra em conflito com o sistema de signos e símbolos arbitrários que expressam o sentimento da cultura nacional (BHABHA, 1988, p. 202).

Essa força de memória coletiva e história oficial formada pelo processo nacionalista, aliado ao poder ideológico do símbolo, já discutido anteriormente, é o que sustenta discursos preconceituosos e separatistas para com os patrimônios das populações indígenas.

O último questionamento buscava alcançar algo menos quantificável, garimpa na memória dos entrevistados lembranças, recordações, momentos de (re)significação para com o patrimônio arqueológico. Poucos entrevistados recordavam,

mas aos que relataram, algo que marcou muito foi a ida, quando crianças, para brincar, se divertir, realizar piqueniques, visitas escolares, pescar no sítio arqueológico, movimentos que mostram outro processo de apropriação e produção de significado, gerando uma processo preservacionista, com a finalidade de preservar, manter uma lembrança boa.

#### 4 FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO E AÇÕES PRESERVACIONISTAS

O Sambaqui Cabeçuda 01, no transcorrer dos anos, sofreu vários impactos que colocaram em risco sua existência na atualidade. Contudo, devido aos processos significantes da comunidade que o circunda, produziu-se a resiliência do sítio arqueológico. Sabe-se que a resiliência constitui-se do equilíbrio entre fatores de risco e fatores de proteção. Contudo, em muitos casos patrimoniais, essa balança desequilibra, causando o colapso do patrimônio em questão. Mas onde está a falha? Como equilibrar a balança e causar a preservação do patrimônio?

No capítulo 3 viu-se que a comunidade de Cabeçuda possui uma relação significativa, afetiva e mnemônica com o Sambaqui Cabeçuda 01, é essa relação que o mantém vivo. Contudo, na história brasileira, o fator de proteção do patrimônio pela comunidade não foi considerado. Esse processo excludente da comunidade e dos patrimônios que a representam – mesmo que neste caso seja um patrimônio pré-colonial, ele faz parte do patrimônio da comunidade de Cabeçuda – reflete todo um discurso nacionalista e elitista. Esse discurso criou e impôs patrimônios que em nada significavam às comunidades que o legaram, sendo destinados ao esquecimento, abandono e depredação.

O Nacionalismo produz esse impacto da formação de sentido por sua aparência natural e inata das mentes que significam. Na busca por compreender como o nacionalismo surge e se infiltra como algo natural, estudou-se suas origens históricas. Anderson (2008, p. 32) conceitua nação como sendo uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. A nação é imaginada por que seus integrantes se imaginam em comunhão sem ao menos se conhecerem, “na verdade qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 33). A nação também apresenta seu caráter limitado, uma vez que mesmo as maiores nações mundiais possuem fronteiras finitas, sendo assim, um brasileiro pode se deslocar para várias partes, mas sempre será um brasileiro devido a seu nascimento, crescimento e pertencimento ao território geográfico do Brasil. Esse mesmo limite territorial da comunidade imaginada nacionalista coloca-se como impulsionador de seu enfraquecimento no mundo pós-moderno. Por fim, a comunidade é soberana uma vez que o Estado é soberano e não mais a Ordem Divina, ao menos não como na Idade Média.

Para Hobsbawm (2013), nação é um termo muito recente para ser tão bem definido. Esta palavra, em seu sentido moderno, não é mais velha que o século XVIII. Então como pode ser considerada como natural?

As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político [...] inerente, são um mito; o nacionalismo, que à vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade. (HOBSBAWM, 2013, p.19)

O sentimento de pertencimento à nação, o nacionalismo, surge antes da própria nação, e estruturas são construídas para formar este sentimento. O nacionalismo é um movimento de cima que se materializa na base. É para a base que se vende a propaganda nacionalista (Hobsbawm, 2013, p. 19). Na atualidade, Hobsbawm (2013) alerta para a influência econômica da formação de estados nação-forte, e coloca este fator quase que paralelo ao cultural. “A autodeterminação das nações ajustava-se apenas para as nações consideradas viáveis, ou seja, viáveis culturalmente e, é lógico, economicamente (...)” (HOBSBAWM, 2013, p. 46). Pensando pelo viés econômico do nacionalismo, nações menores (bastos, bretões) ficariam melhor se acolhidas no seio de grandes nações, fortes economicamente.

Um instrumento que contribuiu para a formação da ideia nação, constatado sua relevância com seu desenvolvimento no período de dominação colonialista, é o Mapa. No mapa, havia “(...) segmentos de uma linha contínua (...) que não correspondia a nada visível no chão, mas que demarcava uma soberania exclusiva contida entre outras soberanias” (ANDERSON, 2008, p. 238). O mapa delimitava o território nacional e estabelecia-se como uma certidão de posse. Tanto o mapa, quanto o censo (processo o qual igualava toda uma diversidade de povos sob uma única estigma da metrópole), quanto os museus, auxiliaram no processo homogeneizado tão necessário ao nacionalismo (ANDERSON, 2008, p. 245).

O nacionalismo é um processo homogeneizador, uma vez que busca compilar todas as diversidades em uma massa comum, uma identidade nacional. Discursando sobre a ideia de uma identidade nacional, Stuart Hall (2006) destaca a globalização como uma das forças questionadoras dessa identidade comum, uma vez que esta apresenta o fino limite geográfico na pós-modernidade. A possibilidade maior de contato quase que simultaneamente com outras manifestações culturais e um processo de intencionalidade de homogeneização cultural faz com que “as identificações ‘globais’ começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades

nacionais” (HALL, 2006, p. 73). O limite, necessário ao nacionalismo, apresenta-se mais fragilizado e as culturas que podiam ser identificadas por seus locais de manifestação hoje se mesclam, uma vez que o espaço pode ser transposto e absorvido por outras culturas constantemente. As identidades “se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem ‘flutuar livremente’” (HALL, 2006, p. 75). Flutuam, porque estamos trabalhando em perspectiva de uma modernidade líquida (BAUMAN, 2001).

Apesar de o Estado Nacional se apresentar soberano, o seu poder simbólico, a fé no Estado ainda mantêm um de seus rizomas na religiosidade. Ao contrário de movimentos estritamente sociais e políticos, a religião possui uma ligação mais sentimental, espiritual com seus participantes, ela faz a ligação da vida e da morte, a explicação para aquilo que perturba a humanidade. Anderson (2008, p. 37) inicia sua explanação sobre as raízes do nacionalismo a partir do sentimento religioso que vai culminar no sentimento nacional, uma vez que “(...) a religião se interessa pelos vínculos entre os mortos e os ainda não nascidos, pelo mistério da re-generação”.

Marxistas e liberalistas não conseguem tal apego emocional. Com o início dos Estados Novos, a fé teve seu declínio, deixando de ser o único guia humano, mas a sua capacidade de conforto em relação à vida não desaparece, ela se transferiu para o sentimento nacional. Morrer pela nação, se submeter a ela, viver pela nação, que é imortal, secular a vista de quem a segue, sim a nação tem seguidores e fiéis. Anderson (2008, p. 39), no decorrer de todo o seu livro, *Comunidades Imaginadas*, vai colocar o sentimento, esta fé seguidora, como um dos principais fatores de funcionamento e atualidade no movimento nacionalista.

Fatores do surgimento nacional europeu, a vernaculização e a decadência do latim, possuem suas raízes religiosas, uma vez que as línguas eram identitárias de ordens religiosas, quem as dominasse poderia fazer parte da comunidade imaginária cristã (latim), islã (árabe), entre outras. Este movimento cultural, simbólico e também político da religião, torna-se a fagulha para o nacionalista, ou seja, é a transgressão destas línguas exclusivas e excludente que movimenta o capitalismo editorial em direção aos vernáculos. As línguas sagradas, entre estas o latim, como central europeia, faziam a ligação entre o céu e a terra e assim conferiam poder aos que a detinham. Com o advento do capitalismo tipográfico em vernáculos, a hegemonia do Latim avistava sua derrocada (Anderson, 2008, p. 46).

Por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou 'pensar' a nação. (ANDERSON, 2008, p.52)

A língua se apresenta como fator primordial na formação nacional, uma vez que seria impossível uma unificação linguística, embora o cristianismo pensasse em um mundo cristão, a língua se apresenta variável em toda humanidade, a própria Torre de Babel mostra o quão complexo seria esse ideário. O capitalismo tipográfico promoveu três movimentos necessários ao nacionalismo. Em primeiro lugar unificou os vernáculos de forma a proporcionar um intercâmbio e uma comunicação que não fosse nem o latim e muito menos a variedade de vernáculos falados; em segundo lugar a fixidez da língua ajudou a construir uma antiguidade necessária à ideia de nação; por fim, criou línguas oficiais que por mais que fossem vernáculos, acabaram por excluir outros vernáculos que não conseguiram se impor na forma impressa, o que acarretou e ainda acarreta movimento de sub-nacionalidades, como exemplo dos Bastos na Espanha.

Outro fator da vernaculização da língua está no fato de que “a nova intelectualidade de classe média do nacionalismo tinha de convidar as massas para a história; e o convite devia vir escrito numa língua que elas entendem” (Anderson, 2008, p. 123). Ou seja, tirar a língua do sagrado, de grupos mais restritos, em direção às massas, tratava-se de uma forma mais efetiva de propagar e difundir os ideais nacionalistas.

O que faz pensar a nação, além do declínio das línguas sagradas, está no tempo, vazio e homogêneo, que possibilita que dois acontecimentos, temporalmente distantes, se relacionem, ou seja, a ideia de simultaneidade. Como traz Benjamin (apud Anderson, 2008, p. 54), em um tempo vazio e homogêneo a simultaneidade apresenta-se transversal, cruzando o tempo, marcada não mais pela prefiguração ou pela realização, mas agora marcada por uma coincidência temporal, coincidência esta que é medida por meio do relógio e do calendário.

O processo da simultaneidade permite imaginar a comunidade, uma vez que não é possível conhecer todos os componentes da comunidade imaginada brasileira, nem sequer se pode imaginar o que todos estão a fazer neste exato momento, mas esse espaço vazio e homogêneo permite compreender a existência e a atividade simultânea de todos os componentes da nação brasileira. Os romances, jornais e literatura de forma geral, vêm a contribuir nesta simultaneidade possível e ainda mais explorada nestes

aportes. Por meio da literatura, parte da identidade e memória nacional se materializa e propaga. O nacionalismo vai unir o que antes a religião unificava, a ‘fraternidade, o poder e o tempo’ (ANDERSON, 2008, p. 54).

Anderson (2008) apresenta a origem do nacionalismo em uma perspectiva europeia, contudo previamente aos fatores europeus um sentimento nacional surge na América de colonização espanhola, modelo este que serve, em parte, para o nacionalismo brasileiro. Se o surgimento do nacionalismo europeu explicasse, a partir do capitalismo editorial, a difusão dos vernáculos, essa mesma realidade vernaculizante não seria observada na América. Nas colônias americanas, a variedade linguística não existia, sendo dividida entre América espanhola e portuguesa, na qual os territórios de ambas as metrópoles falavam sua língua. No Brasil, na América espanhola e nos Estados Unidos a língua se constituía a mesma que a da metrópole, assim como a formação sociocultural, ou seja, os grupos elitistas no comando das colônias eram oriundos das metrópoles ou filhos destes, portanto o ‘inimigo’ das elites coloniais provinha do mesmo sangue, o que só agravava a humilhação nas questões políticas.

Na América colonial, o movimento nacionalista apresenta o conjunto de briga por representação política (criollos), início de movimentos revolucionários iluministas na Europa, “em nenhum lugar houve qualquer tentativa séria de recriar o princípio dinástico nas Américas, com a exceção do Brasil” (Anderson, 2008, p. 89), províncias independentes (caso da América espanhola) e o sentimento nacional oriundo da humilhação metropolitana.

De uma forma geral, os movimentos nacionalistas na América nada tiveram de popular, inclusive o medo das elites e até do herói da independência criolla, Simon Bolivar, consistia em uma revolta dos negros e dos índios. Sendo assim, quando se fala que o movimento de independência brasileira, além de extremamente monárquica, em nada teve o apoio popular, isto não é uma exclusividade brasileira, mas da América como um todo, na qual o povo não formava a frente do movimento nacional, mas antes as elites com poder político e econômico. Apesar da humilhação sofrida pelas elites em relação à metrópole, muitos integrantes desta foram prejudicados com a independência, portanto o sentimento nacional se apresenta às vezes mais forte em relação a algumas questões políticas e econômicas.

Diferentemente do território colonial português na América, o território hispânico se apresentava dividido em unidades federativas independentes, separadas economicamente, territorialmente, geograficamente e autoritariamente. Portanto, cada

unidade federativa era relacionada apenas consigo, por isso uma unidade entre todas, como o ideário da Gran Colômbia de Bolívar se mostra quase impossível, uma vez que não havia ligações políticas, econômicas e muito menos sentimentais entre as federações.

Anderson (2008) sempre promove um paralelo entre o sentimento religioso e o sentimento nacional, uma vez que a comunidade imaginada religiosa perde espaço para a comunidade imaginada nacional.

Dentro do movimento de formação do sentimento religioso está a peregrinação, sendo esta um dos fatores que promove significado e se caracteriza como as jornadas mais comoventes e grandiosas da imaginação. (Anderson, 2008, p. 94). No momento da peregrinação muitos obstáculos se ultrapassam e muitos contatos e alianças se fazem entre os peregrinos. As peregrinações da América colonial não são unicamente religiosas, mas antes de tudo políticas e econômicas. A peregrinação é relevante para a formação do sentimento nacional, uma vez que as ligações se fazem por igualdade de luta, por objetivos junto a serem alcançados e não por consanguinidade como era comum até então nos reinos dinásticos.

Essa ligação não sanguínea fortalece a relação daqueles participantes da peregrinação, criando uma comunidade imaginada e um sentimento nacional. Este sentimento, que não é popular, mas oriundo dos funcionários públicos, proporciona uma união que impulsiona o movimento nacional diante de uma metrópole abusiva. Este movimento ocorre na América como um todo, com exceção do Brasil, no qual a ligação sanguínea dinástica persiste após a independência do país.

O problema da metrópole consistia em como derrotar esta elite nas colônias, uma vez que por meio da fé, da cultura, das armas e das doenças não podiam ser derrotados, visto que estes os compunham também, diferentes dos nativos exterminados anteriormente. A inferiorização dos grupos nascidos nas colônias tornou-se uma das soluções para esse combate e ao menos tempo aumentou a revolta por parte dos ditos criollos, tratando de América hispânica.

O Iluminismo, que doravante traz ideais republicanos para a América, também contribui para o determinismo biológico, ou seja, o clima quente, o ambiente selvagem, contribuiria para a degradação da cultura e do caráter. Este mesmo determinismo comumente está contido no discurso preconceituoso para com as regiões brasileiras, exemplo clássico de nordestinos preguiçosos devido ao calor. Esta inferioridade, que parte da metrópole para a colônia, encontra-se enraizada no olhar de

certas culturas consideradas desenvolvidas em relação a outras culturas consideradas subalternas, degradadas.

Contudo, as peregrinações não teriam êxito se a comunidade imaginada não se imaginasse enquanto nação, ou seja, sem o capitalismo tipográfico. O capitalismo tipográfico, ou seja, a publicação de livros, jornais e meios impressos em escala capitalista é o responsável por vernacularizar as línguas no nacionalismo europeu, auxiliando no processo formador das nações, assim como é o responsável por levar aos demais integrantes da comunidade imaginada o que acontece nesta comunidade. Um dos maiores exemplos deste capitalismo tipográfico consiste no jornal que é produzido para determinada comunidade imaginada de leitores. As notícias locais enraizavam cada vez mais esta comunidade e as questões nacionais.

Os crioulos mexicanos podiam tomar conhecimento, meses depois, de fatos ocorridos em Buenos Aires, mas seria através de jornais mexicanos, e não dos rio-platenses; e os fatos iriam parecer ‘semelhantes’ aos mexicanos, mas não ‘parte’ integrantes deles. (ANDERONS, 2008, p.104)

Pode-se pensar o nacionalismo brasileiro em nível dos nacionalismos oficiais, oriundo de políticas imperiais, uma vez que, mesmo com a independência brasileira, em 7 de setembro de 1822, uma das últimas na América, a ligação com a dinastia persistiu forte oficialmente até a proclamação de república, em 1889, e ainda mostra resquícios hoje quando se fala dos Braganças, herdeiros da família real portuguesa.

Diferente dos vice-reinos hispano-americanos, o Brasil se apresentava como uma unidade federativa, mas com variações regionais gritantes que culminaram em várias revoluções de independência que, devido ao controle dinástico, não provocaram efeitos separatórios consistentes. Pode-se falar, então, de um império brasileiro e de um nacionalismo oficial que mantém por quase um século além da independência uma dinastia. Este nacionalismo oficial, que buscou desde o início ‘esticar a pele’ para todo império, culmina hoje na questão, o que é ser Brasileiro?

Não só pela pluralidade existente e fortemente marcada em um mundo contemporâneo, mas antes nas proporções gigantes de um país múltiplo cultural e socialmente unido sob um mesmo estigma de nação. Abafar os nacionalismos dentro do império é uma das principais medidas do nacionalismo oficial e isto se reflete na

história brasileira como está bem marcada a Revolução Farroupilha, um exemplo de nacionalismo dentro da nação Brasil.

O que faz que um país com dimensões continentais como o Brasil se constitua como uma nação? O que faz com que milhões de brasileiros, de diversas áreas geográficas, sócio e culturalmente diferentes, saiam às ruas gritando eu sou brasileiro com muito orgulho e muito amor, pedindo o fim da corrupção que suga uma nação? O que faz com que uma Copa do Mundo mobilize toda uma população diversificada em sotaques, costumes, clima, em um objetivo comum? Esse sentimento nacional, por mais que a globalização enfraqueça suas fronteiras, ainda está presente no imaginário e na construção simbólica da nação brasileira. Contudo, pode-se pensar como esta nação, Brasil, construiu sua memória, seus mitos, seus heróis? Assim como em outras nações, essa formação sentimental do nacionalismo não é feita de forma democrática.

Esses símbolos e representações que constituem o sentimento nacional são baseados em mitos fundadores, heróis nacionais, fraticídios, entre outros. A relevância do mito fundador está – “com todo potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido á nossa história” (HALL, 2003, p. 29). Para produzir sentimento nacional é preciso que haja identificação, identidades construídas. Mas como construir uma identificação nacional? Por meio de estórias, memórias, imagens que buscam uma conexão entre o presente da nação e seu passado (HALL, 2006, p. 51). A ideia de nação possui uma necessidade histórica, esta entra em conflito com o sistema de signos e símbolos arbitrários que expressam o sentimento da cultura nacional (BHABHA, 1988, p. 202).

O sentimento nacional é seletivo, escolhe-se qual povo se quer representar na hora de identificar uma nação. Entretanto, sabe-se que no mundo pós-moderno e talvez nunca antes, uma nação se constituiu de um único povo. “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como uma unidade ou identidade.” (HALL, 2006, p. 61-62).

Quando se fala em América, e em colonização, essa ligação histórica e memorial se encontra muito ligada às metrópoles. Apesar dos conflitos com a mesma, uma ligação histórica e europeia é a base dos contos e mitos das colônias como um todo. Quando se buscou construir uma identidade brasileira, pouco ou nada, foi focado na cultura dos grupos nativos, africanos, orientais, mas antes, se buscou subsídios na

herança europeia da metrópole portuguesa. O termo ‘novo’, utilizado em várias cidades brasileiras e americanas, mostra esta constante ligação com o local de origem, essa busca relacional com o passado (ANDERSON, 2008, p. 206). Em termos de Santa Catarina, constatam-se, só a fim de citação, cidades como Nova Veneza, Nova Trento, que mostram a ligação com um passado europeu italiano.

Todo indivíduo possui uma história com começo, meio e fim, mas as nações não possuem uma data de nascimento identificável e a morte nunca é de forma natural. Para falar desta origem, nascimento, as nações têm de recuar no tempo, na busca de um mito fundador, esse recuar vai até onde a “lâmpada da arqueologia lance a sua luz oscilante” (ANDERSON, 2008, p. 280).

A história nacional construída é constituída de enredos arranjados que buscam o sentimento nacional, pertencimento à nação e o morrer por ela. Como resultado deste processo, formaram-se histórias nacionais que “não era de forma alguma um conjunto aleatório de mortos anônimos e esquecidos. Eram aqueles cujos sacrifícios, ao longo de toda história, possibilitaram a ruptura de 1789 (...)” palavras de Michelet sobre a Revolução Francesa (ANDERSON, 2008, p. 270). Essas memórias destacadas neste processo de formação histórica da nação, além de escolher os heróis, também elencam quais acontecimentos irão se apresentar no palco do nacionalismo.

Lembrar, memorizar fatos e acontecimentos para a formação da identidade nacional trata-se somente de um dos requisitos, o outro consiste em esquecer. Esquecer não pauta-se somente nas manifestações culturais e fatos históricos que ficam de fora da história nacional, mas esquecer e/ou amenizar tragédias, fratricídios, que levaram ao atual estado nação (ANDERSON, 2008, p. 273). O meio de propagação deste lembrar/esquecer está na educação e nos aportes didáticos desta.

Uma enorme indústria didática trabalha incessantemente para obrigar a juventude norte-americana a lembrar/esquecer as hostilidades de 1861-65 como uma grande guerra ‘civil’ entre ‘irmãos’, em vez de (como foram por um breve tempo) dois estados nacionais soberanos. (Mas podemos ter certeza de que, se a confederação tivesse conseguido manter a independência, essa ‘guerra civil’ teria sido substituída na memória por algo nada fraterno.) (ANDERSON, 2008, p.274).

Hall (2003, p. 41) faz uma crítica ao processo formador das identidades nacionais dentro de uma perspectiva colonial quando diz que: “As identidades formadas dentro da matriz de significados coloniais foram formadas de tal forma a barrar e

rejeitar o engajamento com as histórias reais de nossas sociedades ou de suas rotas sociais”. Neste formar, pouco foi lembrado e muito foi esquecido.

Estudar a origem do nacionalismo, suas raízes e paradigmas, é imprescindível para o entendimento da construção da memória coletiva e de uma identidade nacional. Na busca de raízes profundas e de mitos fundadores, os contos elitistas e com enfoque na cultura europeia sobrepõem às contribuições histórico-culturais de povos nativos, assim como de imigrantes de outros continentes. Os grupos indígenas aparecem na história nacional brasileira somente com a chegada do colonizador, antes disto e após disto, estes grupos simplesmente desaparecem de nossa memória cultural e do processo identitário da nação brasileira. O mesmo ocorre com grupos escravizados oriundos do continente africano, na memória nacional são vistos e lembrados como escravos, subjugados e, assim, muitas vezes o são tratados até a atualidade. Por fim, cabe ressaltar a ausência do enfoque nos grupos provenientes da Ásia e Oriente, que não são sequer mencionados em muitos casos.

Nesse mesmo contexto, os elementos culturais das minorias não foram incluídos no nacionalismo brasileiro, somente na pós-modernidade que tais grupos minoritários, após lutarem por seus direitos, conseguiram uma pequena representação obtida através de leis.<sup>6</sup> Hall (2006, p. 21) avalia que esses movimentos de representação, de onde emergem outras identidades e movimentos sociais diversos, ocorrem devido à erosão da “identidade mestra”, elitista e oficial.

Nesse recente contexto social, econômico e cultural, possibilitado pela liquidez da modernidade, as minorias lutam por seu direito de representação, e pela valorização de seus elementos do patrimônio cultural, histórico e arqueológico. Esses últimos, ligado ao período pré-colonial, constituem parte desta minoria, legada ao esquecimento, que cada vez mais busca espaço na memória coletiva/oficial que a exclui desde o princípio da formação do Brasil como nação. Para entender como este processo excludente se caracterizou e como hoje ele se torna ultrapassado pela onda da pós-modernidade, conceitua-se, inicialmente, o que vem a ser patrimônio. Segundo a Constituição Brasileira de 1988, patrimônios são definidos como:

---

<sup>6</sup>**L.F N° 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.**:Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Atualmente, o termo patrimônio pode ser atribuído a diversos elementos como genético, natural, histórico, entre outros, transformando esta palavra em um conceito nômade, agregando muitas culturas e elementos do patrimônio que, antes estariam legados ao esquecimento. Junto também vieram a relevância e resgate do patrimônio imaterial como patrimônio histórico, designando um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído na acumulação da diversidade de objetos que se congregam no seu passado comum (CHOAY, 2001, p. 11).

Lemos (2006) relembra a grande perda que se teve nos olhares que se voltaram exclusivamente ao patrimônio elitista, o que chama também de patrimônio oficial brasileiro, ressaltado nos livros didáticos.

Guardam-se os artefatos de exceção e perderam-se para todo o sempre os bens culturais usuais e corriqueiros do povo. Esses bens diferenciados preservados sempre podem levar a uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não tem representatividade. Somente agora, nos últimos dois séculos, é que a Arqueologia se esforça por recolher, identificar e estudar os restos e vestígios de povos já desaparecidos para tentar conhecê-los melhor no seu cotidiano prosaico, para vislumbrar seu pensamento, suas crenças, seus tabus.” (LEMOS, 2006, p.21-22).

Nota-se, por meio das palavras de Lemos, o compromisso que a Arqueologia tem em trazer à discussão os elementos destes patrimônios, sendo eles pré-históricos ou históricos, estando por enfatizar novamente o papel social que esta ciência exerce. Ainda sobre o patrimônio brasileiro, Funari e Funari (2008, p. 13) comentam este distanciamento entre a população em geral e o patrimônio:

Se pararmos para observar o patrimônio oficial brasileiro poderemos constatar que este mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não fosse o fato de que os grupos sociais o reelaboram de maneira simbólica.

Bauman (2012, p. 103) faz uma crítica a este movimento elitista e aponta as comunidades imaginárias e sua seleção histórica, sob a perspectiva da nação, como as

responsáveis por esta seleção dos fatos que entram para a história da nação. Este movimento tem suporte no padrão de cultura hierárquico, o qual apresenta um ideal de cultura a ser alcançado, esse ideal, a cultura da elite, é preservado, os demais legados ao esquecimento.

Não constitui um acidente histórico o fato de que as prerrogativas da guilda, com seus intrincados ritos de iniciação e de passagem – artifício feio sob medida para a sociedade aristocrática, corporativa -, tenham sido preservadas intactas e indestrutíveis precisamente na esfera que fornece o foco do moderno ideal hierárquico de cultura, ao mesmo tempo que elas definham em quase todos os campos sociais. (BAUMAN, 2012, p.102-103).

Byrne (1991, p. 275 apud FUNARI; FUNARI, 2008, p. 16) afirma essa tendência em manter o patrimônio da elite como uma forma que esses grupos sociais utilizam para forjar a identidade nacional à sua própria imagem.

Formar uma identidade nacional, e, para tanto, forjar patrimônios nacionais, é uma das peças construtoras do ser nação. Mas como fazer isso diante de um sujeito fragmentado da pós-modernidade? Por isso, vive-se uma crise de identidade, a crise do quem somos, a esta crise a identidade nacional não escapa, pois parte da necessidade do indivíduo, enquanto psique, de se sentir completo, inteiro, como explana a psicanálise lacaniana (HALL, 2006, p. 62). Na pós-modernidade, vive-se uma confluência de influências na identidade, fala-se não de identidades, mas de identificações, mutantes. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 2006, p. 13). Sendo assim, a identidade unificada, completa, segura e coerente é, pois, uma fantasia. Fantasia esta que a identidade nacional buscou na sua formação (HALL, 2006, p. 13).

Vive-se um período do “jogo das identidades”, no qual, dependendo da situação, local ou circunstância, joga-se com determinada identidade. (HALL, 2006, p. 19). Neste jogo, vê-se um resquício de sobrevivência da identidade nacional, caso se esteja dentro da nação, utilizam-se várias identidades regionais, locais, globais, mas quando se defende este ideal de nação, sendo contra outros ou contra ele mesmo, aí se está jogando com a identidade nacional.

Hall (2006, p. 69) apresenta três possíveis consequências do processo globalizante para com as identidades nacionais: desintegração das identidades nacionais; reforço das identidades nacionais e outras identidades locais no esforço de se

proteger do processo globalizar; declínio das identidades nacionais, mas o surgimento de novas identidades híbridas que tomam seu lugar.

Quando falamos em contato interculturais, o referencial nacional não é muito útil. Os estados-nação impuseram fronteiras rígidas para que a cultura do estado florescesse ali dentro. Esse foi o relacionamento primário entre as comunidades políticas nacionais soberanas e suas ‘comunidade imaginadas’ na era do domínio dos estados-nação europeus. Esse foi também o referencial adotado pelas políticas nacionalistas e de construção da nação após a independência. A questão é se ele ainda constitui uma estrutura útil para a compreensão das trocas culturais entre as diásporas negras.” (HALL, 2003, p34)

Se este se libertar dos muros do nacionalismo está ocorrendo mais intensamente no mundo pós-modernos, ele nunca existiu por completo, uma vez que “Em qualquer caso, as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais” (HALL, 2003). Nota-se um declínio da identidade nacional diante do acesso globalizante a outros espaços, contudo disputas nacionais e até mesmo os protestos de 2013 mostram que essa identidade, sentimento nacional, não está por total abalada com a globalização.

Assim como a pós-modernidade está projetando novas manifestações culturais híbridas, pluri ou multi, as manifestações simbólicas destas identidades, os patrimônios, também se modificam. O patrimônio perde seu valor simbólico a partir do momento que não é mais significativo para determinado tempo e sociedade. Essa perda simbólica acarreta a marginalização do patrimônio, auxiliando no distanciamento entre ele e a sociedade que o significa. Neste momento, discutem-se as mudanças acarretadas pela força da sociedade civil quanto às práticas monumentais (CARNEIRO, 2004, p. 53)

Ao mesmo tempo em que a pós-modernidade abre caminho para culturas abafadas, ela desenvolve um processo individualista nas pessoas, que decorre da perda de significado de alguns patrimônios, tornando-as cada vez mais indivíduos e menos sociedade. Esse processo individualista acaba apagando a memória e a identidade comunitárias, fazendo com que esta perca força. Guillaume (1980, p. 15 apud CARNEIRO, 2004, p. 54) aponta como objetivo fundamental da política do patrimônio: “mobilizar os grupos sociais cada vez mais ameaçados de anomia resultante da perda da memória e identidade.” Portanto, é preciso mostrar para a sociedade a importância de preservar e apresentar sua memória e identidade, usando estes como um conjunto de forças direcionado à valorização social.

A preservação patrimonial tem como requisito a preservação do contexto físico e espiritual em que o mesmo se encontra. Esta é uma visão do patrimônio como conjunto significativo (CARNEIRO, 2004, p. 51).

Por isso, é difícil não relacionar esta descontextualização existencial dos cidadãos modernos com a sua paixão pelo reenraizamento num passado que lhe pertence, quer dizer patrimonial. E Furet (1996: 424-426) afirma ainda que é o que explica que o patrimônio de hoje não seja de natureza aristocrática moderna (...) mas social e identitária, destinada a ligar o indivíduo à comunidade através de traços culturais que reconheça (...). (CARNEIRO, 2004, p.66)

Portanto, há necessidade de se pensar em políticas preservacionistas distantes das políticas impositivas, arbitrárias, advindas de órgãos de proteção patrimonial. Para Guillaume (1980, p. 105 apud CARNEIRO, 2004, p. 61-62), não é a valorização do passado que produz a conservação, mas sim a conservação que dá ao passado um novo valor de operador social: de fato, segundo Guillaume, é a *invenção* de uma política do patrimônio que engendra o interesse repentino pelo passado e a necessidade de conservá-lo e não o contrário.

Essas políticas devem estar pautadas nas produções simbólicas, significantes, identitárias e memórias de comunidades acerca da produção do seu patrimônio. Os patrimônios, seja material ou imaterial, são assim denominados não pela sua funcionalidade, mas pelo seu poder simbólico. Este é constituído no seio de comunidades detentoras deste poder de significar. Foi o crescimento urbano, mais intenso no século XIX, e a destruição das cidades antigas, às quais foram conferidas o título de patrimônio histórico, que ocasionaram movimentos preservacionistas (Choay, 1992, p. 63). Portanto, fatores de risco estimularam fatores de proteção que vieram a produzir resiliência em diversos patrimônios históricos.

Voltando-se ao objeto de pesquisa, o Sambaqui Cabeçuda 01, verifica-se que este é classificado como um monumento histórico, uma vez que, seguindo o conceito de Choay (1992, p. 21), estes não foram deliberadamente pensados e criados para servirem como tal, mas antes são circunstâncias das produções significativas atribuídas a eles.

Antes de gerir um patrimônio arqueológico, é preciso realizar a análise dos processos preservacionistas, não para privar o sítio arqueológico dos fatores de riscos, uma vez que estes historicamente continuaram a existir, mas para auxiliar na transposição de tais fatores. Os fatores de preservação irão inicialmente reduzir os

impactos do risco já ocorrido, reduzir as reações posteriores deste risco, procurar bases que sirvam de alicerce para auxiliar na preservação e criar formas, maneiras e estratégias para transpor o estresse produzido pelo risco, no caso patrimonial, buscar medidas de preservação.

Os fatores de proteção não são feitos isoladamente, em muitos casos um fator de proteção pode auxiliar ou até mesmo determinar outros fatores de proteção. “Portanto, compreender de que forma esses mediadores agem para atenuar os efeitos negativos do estresse ou do risco é tarefa tão complexa quanto determinar o que é fator de adversidade para cada ser humano” (Pesce et al 2004, p.137). A tarefa pode até ser complexa, mas é necessária para preservar os elementos dos patrimônios, os espaços, objetos e os indivíduos como um todo.

Para Pesca et al (2004, p. 137), “(...) os mecanismos de proteção são tomados como o ponto chave necessário para o restabelecimento do equilíbrio perdido e demonstração de competência apesar da adversidade”. Em muitos casos, os fatores de proteção aconteceram anteriormente, permitindo que quando os fatores de risco chegassem, pudessem ser superados pela preservação preventiva, ou seja, já anteriormente construída. Esta prevenção é oriunda de estruturas externas ou internas que oferecem segurança e suporte para transpor os riscos e alcançar a resiliência.

Não existe patrimônio histórico puro, a busca pela essência é burra e utópica. O patrimônio histórico é constituído por interferências, mudanças, (re)significações que devem ser vistas e lembradas quando se fala em patrimônio.

Diante dessa discussão, propõe-se uma gestão do patrimônio arqueológico em conjunto com a comunidade e com o significado que esta atribui a ele, pensando, pois, em um resiliência sócio-ecológica. Quando o patrimônio deixa de ter significado para a comunidade que o circunda, e vira apenas espetáculo, novamente perde seu sentido. Gaehtges (1996: 60 apud CARNEIRO, 2004, p. 67) chama a atenção para uma nova tarefa aos serviços de proteção aos monumentos históricos, a de protegê-los não só dos inimigos, mas sobretudo dos amigos mais calorosos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo resiliência, oriundo das ciências exatas e atualmente aplicado no estudo de processos psicológicos e ecológicos, quando pensado em um contexto arqueológico, é inédito no universo acadêmico brasileiro. O patrimônio arqueológico evidenciado na atualidade é fruto de um processo impactante e histórico, que estrutura a sua existência ou não. Esses processos causaram mudanças nos patrimônios, não resultando em sua completa destruição, em alguns casos, gerando a resiliência dos mesmos.

A resiliência é um processo equitativo entre fatores de risco e fatores de proteção, ambos podem ou não estimular tal processo. Em casos psicológicos, o próprio indivíduo se faz resiliente, mas um patrimônio arqueológico não possui tal independência. O que o faz resiliente então? As pessoas, a comunidade circundante, que o significa e (re)significa ao logo de sua história de existência.

Esse processo foi visualizado, sintetizado e analisado no sítio arqueológico Cabeçuda 01, no município de Laguna/SC. Documentos históricos e iconográficos levantados nesta dissertação apresentaram um patrimônio imponente, proporcional aos grandes sambaquis registrados no contexto lagunar sul. Essa monumentalidade não é vista hoje devido aos impactos sofridos pelo sambaqui. Esses fatores de risco, aliados aos fatores de proteção, promoveram a resiliência do sítio arqueológico.

Os fatores de risco aqui elencados foram: pesquisas arqueológicas; construção da linha férrea; indústria caieira; construção da estrada de rodagem BR-101 e crescimento urbano do bairro. Todos esses fatores foram impactantes ao patrimônio arqueológico. Embora as pesquisas arqueológicas tenham um fim científico e acadêmico, com o objetivo de conhecer e entender as populações produtoras da cultura material encontrada, para alcançar tal objetivo o sítio arqueológico é impactado. Os cuidados e a atenção dados aos registros de uma escavação arqueológica são necessários, visto que a escavação remove o contexto arqueológico, e, uma vez removido, não se estrutura da mesma forma.

Sabe-se que as escavações de Farias e equipe (2012) foram realizadas a fim de salvar a parte do sambaqui que seria atingida pela pilastra da ponte Anita Garibaldi. Contudo, esta intervenção causou um grande impacto ao sítio arqueológico, trata-se de

uma linha tênue entre fator de risco e fator de proteção. Existe uma fronteira clara entre ambos neste caso?

Todos os demais movimentos de risco elencados deixaram suas marcas no sambaqui local, tantos outros ocorreram, mas por falta de registro escrito, iconográfico e oral não puderam ser computados. Dentre todos os fatores de risco, o maior responsável pelo “desmonte”, quase que por completo do Sambaqui Cabeçuda 01, foi a indústria caieira. A utilização do material conchífero, para tal função, perdurou pouco mais de 100 anos no sambaqui em estudo.

Na contemporaneidade, o maior impacto evidenciado foi a construção da Ponte Anita Garibaldi, nas obras de duplicação da BR-101. Esta obra impactou diretamente o sítio arqueológico (pilastra no local) e visualmente (o sítio ficou embaixo da ponte, o mesmo não é mais visível como antes). Esse impacto, por ser mais recente, é o mais apontado, pela comunidade de Cabeçuda, como elemento destrutivo ao patrimônio arqueológico local. Foi a partir desta grande interferência e do emergir de novas pesquisas arqueológicas sobre o sambaqui que se pensou em estudá-lo nesta dissertação. Visualiza-se um exemplo de fator de risco que gerou um fator de proteção, é nesse ciclo contínuo que o processo de resiliência ocorre.

Contudo, esse processo cíclico de resiliência é produzido a partir de todo um movimento simbólico e significativo da comunidade de Cabeçuda para com o Sambaqui Cabeçuda 01. Para compreender esta produção significativa, buscaram-se duas formas de contato – História Oral e formulários aplicados. A História Oral, como já muito discutida, é uma importante fonte da história vivida, tornando os entrevistados sujeitos da história, no contraponto de uma história positivista.

Essa metodologia, na contramão do positivismo histórico, faz dos entrevistados agentes e sujeitos de uma história escrita. A História Oral é um processo de valorização do conhecimento individual e coletivo, e constantemente apresenta que é possível construir uma história pautada em elementos narrativos. Cabe ao historiador saber coletar e trabalhar os dados, não influenciando, e levando em conta sentimentos, recortes temporais, e demais seleções inerentes à memória.

Com esse contato com moradoras mais antigas do bairro, pode-se construir uma História do Bairro de Cabeçuda, inexistente de forma registrada até então. Praticamente todos os processos impactantes ao sítio arqueológico possuem rala documentação, seja escrita ou iconográfica, a respeito. Os relatos orais auxiliaram a correlacionar documentos escritos, fotos, com os dizeres da comunidade.

Uma das entrevistas mais interessantes, por sua riqueza de detalhes, foi com a Sr. Anita (Itamar) Quirino, filha do Sr. Aparício Martins, líder comunitário de Cabeçuda e proprietário da caieira, que minerou quase totalmente o sítio arqueológico. Ela conta, detalhadamente e de forma saudosista, todo o processo da caieira, a relevância política do seu pai, e como essa aliança só beneficiava na extração, de forma indiscriminada, do Sambaqui.

No transcorrer dos relatos, nota-se claramente certo pesar pela destruição, por falta de instrução, do sítio arqueológico local. Mas, para essas pessoas, o sambaqui não é visto como um registro arqueológico (produção de um grupo pré-colonial), mas antes como algo oriundo de fatores naturais (tornados, dilúvios). Essa produção fatídica do passado se transformou em um ícone da comunidade, algo de referência e identidade da mesma. O próprio nome da comunidade é, segundo os relatos, atribuído à existência do sambaqui.

De acordo com a população, o nome Cabeçuda deve-se ao sambaqui, que, por sua monumentalidade, se assemelharia a uma grande cabeça, ou, ainda, devido ao aparecimento de cabeças no lugar. A história do bairro, sua formação e denominação, estão diretamente ligadas ao sítio arqueológico. Esse mesmo bairro, formado inicialmente por pescadores, agricultores e trabalhadores da ferrovia, teve seu auge populacional após a construção da BR-101, em 1970. Constantemente vem crescendo. Uma dos fatores impulsionadores na atualidade são as obras da duplicação da BR-101.

Os dois métodos de coleta de dados geraram informações ora antagônicas, ora complementares. Na entrevista oral, buscou-se focar nos moradores mais antigos, com lembranças mais profundas acerca do sítio arqueológico. A pesquisa quantitativa, por meio do uso de formulários, buscou um diagnóstico da população de forma geral, antigos e novos moradores, visando a entender esta relação de conhecimento e significado acerca do patrimônio arqueológico local.

A entrevista oral proporcionou informações únicas, que, ainda se o tempo fizesse o seu papel, talvez não seria possível resgatá-las. A pesquisa quantitativa não traz esta riqueza de detalhes, mas apresenta um panorama relacional da comunidade, de forma geral, para com seu patrimônio arqueológico. Era preciso saber como esta relação ocorre, tanto com antigos, quanto com novos moradores.

Mesmo sendo composto por uma amostragem de moradores novos no bairro, estes estão cientes da existência do Sambaqui Cabeçuda 01 e o significam como Patrimônio, herança cultural do bairro. A maior fonte de divulgação sobre o Sambaqui

são os próprios moradores do bairro, mostrando a relevância deste para compor da comunidade.

Pessoas que significam o sambaqui como empecilho ao desenvolvimento, ou simplesmente como nada, compõem parcela minoritária dos questionários aplicados. Este significar muitas vezes está relacionado a uma distância com o patrimônio arqueológico local, ou por uma falta de identidade com a história pré-colonial, ou ainda por esta mesma falta, sobre a história do bairro. Exemplo disto foi o fato de nenhuma das entrevistas de forma oral fazer tal relação significativa ao sítio arqueológico, todas o consideraram como ícone, referência e patrimônio da comunidade, talvez por haver esta ligação significativa mais marcante.

O patrimônio visto como empecilho é reflexo de uma política progressista que desconsidera a produção cultural “marginal”. Para estes, há uma busca incessante pelo novo e um desapego constante aos patrimônios. A formação do nacionalismo brasileiro também pode ser visualizada nestes dizeres. Na produção de um sentimento e identidade nacional há todo um processo excludente de manifestações culturais que não deviam representar a nação brasileira. No turbilhão de exclusões, toda a produção cultural pré-colonial foi legada ao título de índios, e estes só merecem espaço em nossa história no período da “descoberta” do Brasil.

Os feitos heroicos, fatos e patrimônios elencados como nacionais e dignos de estarem contidos, refletem os costumes e manifestações culturais de uma elite europeia. Dentro deste sentimento nacional, voltado para o velho continente, os patrimônios pré-coloniais (indígenas), não só foram excluídos, como sofrem preconceitos oriundos de uma visão arquetípica do primitivo.

Os Arquétipos, por se armazenarem no inconsciente, não estão claramente dispostos, o consciente faz esse trabalho de tentar abafá-los. Contudo, como “sapos desordeiros” que são, eles escapam na produção significativa inerente à condição do homem. O Arquétipo do Primitivo pode ser visualizado nos dizeres preconceituosos acerca da produção cultural pré-colonial, ou ainda, na forma de mitos e lendas que acabam por subjugar esta mesma produção. Fechos de fogo, mulheres de branco, fantasma estão contidos nesse mundo místico que cerca o Sambaqui Cabeçuda 01.

Todo um universo significante surgiu envolto ao patrimônio arqueológico local, e este mesmo universo gera fatores de proteção, estruturas de apoio ao sítio arqueológico. Estas estruturas, muito mais que forças impositivas legais e distantes, no contra ponto dos fatores de risco, geram a resiliência do sítio. Políticas preservacionistas

devem sempre levar em conta esse caráter resiliente, sabido que a comunidade detentora do patrimônio e que a produção significativa desta gera momentos protetores mais eficientes e reais.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Michael V. A Escola Arquetípica. In: YOUNG-EISENDRATH, Polly; DAWSON, Terence. **Compêndio da Cambridge sobre Jung**. São Paulo: Madras, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. 91 páginas.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidade Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994, 111 páginas.
- AUMONTE, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus Editora, 1993.
- AUMONTE, Jacques. A imagem. Campinas: Papirus Editora, 1993. Resenha de: CARVALHO, Átila A. A imagem e o humano. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/AtilaRes.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2014,
- BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Ariel, Bracelona, 1997.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas. São Paulo. Papirus. 2000. 96 p. (Coleção Turismo).
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. **Moitará I: o simbolismo nas culturas indígenas brasileiras.** São Paulo: Paulus, 2006.

CARNEIRO, Alice M.P. de Azevedo. **O patrimônio reencontrado. Centro histórico de Guimarães, patrimônio da humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania.** Tese (Mestrado em Antropologia) – Universidade do Ninho, Braga/Portugal, 2004, 212p.

CARVALHO, Claudia Rodrigues et al. Cabeçuda II: um conjunto de amoladores-polidores evidenciado em Laguna, SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, publicação anual, n 21, p.389-393, 2011.

CLAUDINO, Daniela da Costa; FARIAS, Deisi Scunderlicik Eloy de. **Arqueologia e Preservação. Sambaqui Morro do Peralta.** Florianópolis: Ed. Samec, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2006

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado- São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DE BLASIS, Paulo. A. D et al. Sambaquis e Paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul do Brasil. **Arqueologia Sul-Americana.** v. 3. nº 1, jan. 2007.

DEZEN- KEMPTER. **Território fabris resiliêntes: cinco casos a considerar.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2980>> Acesso em: 21 ago. 2014.

DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso.** Ed. Record: Rio de Janeiro, 2010.

DIAS, Guilherme; SOARES, André Luiz Ramos. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. In: SOARES, André Luiz Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. **Educação Patrimonial: teoria e prática.** Santa Maria-RS. 2008. Editora UFSM. p. 63-77.

DOUGLAS, Claire. O contexto histórico da Psicologia Analítica. In: YOUNG-EISENDRATH, Polly; DAWSON, Terence. **Compêndio da Cambridge sobre Jung.** São Paulo: Madras, 2011.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário.** Introdução à arquetipologia geral. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DUARTE, Paulo. **O Sambaqui visto através de alguns sambaquis**. São Paulo: IPH-USP, 1968.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: TCT, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina. (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)**. Tese (Mestrado em História)-PUCRS, Porto Alegre, 2000. 167 p.

\_\_\_\_\_. 2013. **Programa de Salvamento Arqueológico Pré-Histórico e Educação Patrimonial na Área de Duplicação da BR -101 trecho Ponte de Cabeçadas, Laguna – SC. Relatório executivo**. Tubarão: Grupep-Arqueologia/Unisul.

\_\_\_\_\_. 2012. **Programa de Salvamento Arqueológico Pré-Histórico e Educação Patrimonial na Área de Duplicação da BR -101 trecho Ponte de Cabeçadas, Laguna – SC. Projeto de Pesquisa**. Tubarão: Grupep-Arqueologia/Unisul.

FLACH, Frederic F. **Resiliência: a arte de ser flexível**. São Paulo: Saraiva, 1991.

FUNARI, Pedro Paulo a.; FUNARI, Raquel dos Santos. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luiz Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria-RS. 2008. Editora UFSM. p. 11-20

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A., 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOBSBAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar História e Memória? **Educação e Contemporaneidade: Tecnologias digitais e novas ambiências educacionais**, Bahia, v.14, n.23, p.205-212, jan./jun. 2005.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, M. F., DESLANDES, S. (2003). Resiliência e maus tratos. **Cadernos de Saúde Pública**, 19, 227-235.

KUGLER, Paul. A Criação de Imagens da Psique: uma ponte entre sujeito e objeto. In: YOUNG-EISENDRATH, Polly; DAWSON, Terence. **Compêndio da Cambridge sobre Jung**. São Paulo: Madras, 2011.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIMA, T. A. **Luiz de Castro Faria: também um arqueólogo**. Brasília: Memórias de Ciência e Tecnologia, Série Produção Científica Brasileira, Centro de Memória do Conselho, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Luccianne Guedes da Luz. Caudilhos no Rio Grande do Sul: uma revisita à memória dessa época polêmica da história rio-grandense. In: SOARES, André Luiz Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria-RS. 2008. Editora UFSM. p. 41-62.

MARTINS, Irene E. **Resilience in Lower Columbia River Salmon Communities**. Ecology and Society 13(2): 23. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art23/>>. Acesso em: 21 ago.2014.

PESCE, Renata P. et al. Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 438-448, mar-abri. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA/SC. **Plano Diretor Municipal. Etapa 1 – Levantamentos**. Laguna, 2010, 583p.

PRETI D. (org) O discurso oral culto 2ª. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999 – (Projetos Paralelos. V.2) 224p.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Zahar:, 2006.

ROHR, Pe. João Alfredo. Pré-História da Laguna. IN: CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976.

RUTTER, Michael. Resilience concepts and findings: implications for family therapy. *Journal of Family Therapy* (1999) 21: p.119–144

SALMAN, Sherry. A Psique Criativa: As principais contribuições de Jung. In: YOUNG-EISENDRATH, Polly; DAWSON, Terence. **Compêndio da Cambridge sobre Jung**. São Paulo: Madras, 2011.

SAMUELS, Andrew. Novos desenvolvimentos do campo pós-junguiano. In: YOUNG-EISENDRATH, Polly; DAWSON, Terence. **Compêndio da Cambridge sobre Jung**. São Paulo: Madras, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo Presente**: Notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Araujo Lopes da. GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi. **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo, 2004. Ed.Globo: Brasília;MEC;MARI;UNESCO.

SOARES, André Luiz Ramos; SOUZA, Crístiele Santos de; CARDÔZO, Lisliane; ALBARELLO, Tales Henrique. A Educação Patrimonial como um instrumento de preservação e democratização da Memória e do Patrimônio nos museus. In: CEOM. **Cadernos do CEOM**: Educação Patrimonial. Chapecó: Unochapecó, p.109-134, 2007.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. **What is resilience? An introduction to social-ecological research**. Stockolm, 2011, 19 p.

TAINTER, Joseph A. **The collapse of complex societies**. Cambridge University Press, 1988.

TEIXEIRA, José Warmuth. **Ferrovias Tereza Cristina**. Uma viagem ao desenvolvimento. Tubarão: Ed. Do autor, 2004.

VIEIRA, Liszt. . Morrer pela pátria? Notas sobre identidade nacional e globalização. In: VIEIRA, Liszt. **Identidade e Globalização: Impasses e Perspectivas da Identidade e a Diversidade Cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 61-86.

WALKER, B.H, C.S. HOLLING, S.R. Carpenter, and A. Kinzig. 2004. **Resilience, adaptability and transformability in social-ecological systems**. *Ecology and Society* 9(2):5. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5>. Acesso em: 21 ago. 2014.

YUNES, Maria A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.8, num.esp, p.75-84, 2003.

ZUMBLICK, Walter. **Teresa Cristina**. A Ferrovia do Carvão. Tubarão: Ed. E.F.D Teresa Cristina, 1967.

**APENDICES**

**APENDICE 1 – Formulário de pesquisa quantitativa utilizado na pesquisa.**



**Pesquisa destinada ao trabalho dissertativo de Bruna Cataneo Zamparetti  
no Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem da  
Universidade do Sul de Santa Catarina.**

Laguna, \_\_\_\_\_

<b>Nome:</b>	<b>Idade:</b>
<b>Local de Nascimento:</b>	<b>Temp. de Moradia no Bairro de Cabeçuda:</b>
<b>Grau de Escolaridade:</b> ( ) Fundamental Incompleto ( ) Superior Incompleto ( ) Fundamental Completo ( ) Superior Completo ( ) Médio Incompleto ( ) Médio Completo	<b>Profissão:</b>
<b>Renda:</b> ( ) Até 1 salário mínimo ( ) De 3 a 5 salários mínimos ( ) Acima de 20 salários ( ) De 1 a 2 salários mínimos ( ) De 5 a 10 salários mínimos ( ) Sem rendimento ( ) De 2 a 3 salários mínimos ( ) De 10 a 20 salários mínimos ( ) Não informado	

1- Você conhece e/ou possui alguma informação sobre a história de formação do bairro de Cabeçuda, Laguna/SC?

( ) Sim ( ) Não

Qual:

---



---



---

2- Desde que veio morar no bairro, quais transformações observou no mesmo?

- ( ) Crescimento urbano  
( ) Obras de Infra-estrutura  
( ) Instalação de Empresas  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

3- Você sabe o que é um Sambaqui?

( ) Sim ( ) Não

4- Você sabe se o bairro possui um Sambaqui?

( ) Sim ( ) Não

5- Como ficou sabendo da existência do sítio arqueológico Cabeçuda 01?

---

---

6- Na sua opinião, qual estado de conservação o sítio arqueológico Cabeçuda 01 encontra-se atualmente?

Conservado       Parcialmente destruído       Destruído

7- Quais elementos de depredação e alteração no Sambaqui Cabeçuda 01 você vivenciou, observou?

Indústria Caieira       Construção da BR 101  
 Construção da ferrovia       Ocupação Irregular  
 Utilização do material conchífero como aterro       Outros \_\_\_\_\_

8- Você considera relevante a preservação do sambaqui Cabeçuda 01?

Sim       Não

9- O que o Sambaqui Cabeçuda 01 significa para você?

- Patrimônio, herança cultural
- Empecilho ao desenvolvimento
- Coisa de índio
- Nada

10- Acerca do Sambaqui Cabeçuda 01, que recordações você traz na memória?

---

---

---

**ANEXOS**

**ANEXO 1 – Relatório de vistoria nº16/2013 – IPHAN/SC**

RELATÓRIO DE VISTORIA Laguna/SC	
Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC	
ATIVIDADE:	VISTORIA
DATA - Vistoria:	24.09.2012
COND. CLIMA:	TEMPO LIMPO
NÚMERO RELATÓRIO	
001/2012	
PARTICIPANTES:	IPHAN-SC: Arquiteta Ana Paula Cittadin; Arquiteto Vladimir Stello; Arqueólogo/Historiador - PEP Alexandro Demathé. Polícia Ambiental de Laguna.
	DATA 24.09.2012
OBJETIVO:	Vistoria no sambaqui Cabeçudas verificando as edificações localizadas na área referente ao sítio.
JUSTIFICATIVA:	Atender a uma denúncia encaminhada escritório técnico do IPHAN de Laguna sob protocolo 01510.000249/2012-70, à Superintendência do IPHAN de Santa Catarina, à Procuradoria Federal de Tubarão, à Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, à Fundação Lagunense de Meio Ambiente e ao Comando do 3º pelotão de Polícia Militar Ambiental de Laguna. O texto de tal denúncia informa sobre a destruição do sítio arqueológico denominado "Sambaqui Cabeçudas" resultado do avanço da ocupação irregular, claramente identificada no flanco Sul/Leste do referido sambaqui, nas proximidades da Rua do Casqueiro, Cabeçudas, Laguna, SC.
METODOLOGIA:	1. Análise da carta denúncia. 2. Deslocamento até o local do sítio arqueológico citado anteriormente. 3. Realização de caminhamentos nos imóveis, bem como na área adjacente ao mesmo, onde está localizado este sambaqui. 4. Conversa com alguns moradores da área do sambaqui. 5. Registro fotográfico e descrição textual da situação identificada na área vistoriada.
EQUIPAMENTOS	Maquina Fotográfica: CANON Viatura do IPHAN/SC Viatura da Polícia Ambiental de Laguna
CONTATOS TÉCNICOS	Marlice Santana Helena – CPF: 085.275.099-46, Fone: 99016034; Proprietária casa de madeira. Antonio Medeiros Gonçalves – CPF: 224.508.159-53, RG: 266.930 – SC; Proprietário da casa de dois pavimentos Luciane da Silva Pereira – CPF: 018.955.519-00; RG: 3.677.903 – SC; Proprietária da casa em reforma ao lado da Lagoa.

RELATÓRIO DE VISTORIA Laguna/SC	
Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC	
ATIVIDADE:	VISTORIA
DATA - Vistoria:	24.09.2012
COND. CLIMA:	TEMPO LIMPO
<b>NÚMERO RELATÓRIO</b>	
<b>001/2012</b>	
<b>OBSERVAÇÕES:</b>	
<p>1. A área, objeto da denúncia, situa-se na Rua do Casqueiro S/Nº, Cabeçudas, Laguna, SC.</p> <p>2. A área do sambaqui engloba vários imóveis, sendo que os proprietários de três deles sofreram uma comunicação verbal sobre a situação irregular das habitações: uma pequena casa de madeira, um pequeno prédio de dois andares, sendo que recentemente foi construído um muro em alvenaria nos fundos da edificação e uma casa de alvenaria que está sendo reformada e ampliada.</p> <p>3. Todas as casas estão no local por mais de 10 anos, sendo a da Sra. Luciane uma antiga padaria construída em madeira. Constatamos que o prédio de mais recente construção continua ampliando para os fundos do terreno, cuja propriedade legal não é clara nem mesmo para o dito proprietário Sr. Antonio.</p> <p>4. Na casa em reforma e ampliação da Sra Luciane, constatou-se em escavações realizadas para a construção das fundações da mesma a presença de conchas, caracterizando a possível continuação do sítio arqueológico.</p> <p>5. Em frente a casa da Sra Luciane existe uma outra residência que a construção do muro danificou as oficinas líticas existentes na área, já que utilizou, como base, uma rocha granítica com claras evidências de traços de uso por comunidades pretéritas.</p>	
<b>2) Situação</b>	
<p>Foram identificadas áreas com vestígios arqueológicos, como oficinas líticas e em especial de conchas marinhas, nos imóveis vistoriados. Verificou-se também que as ampliações continuam avançando sobre o sítio arqueológico, promovendo a sua destruição. Atualmente existem cinco casas em área de altíssimo risco de destruição do patrimônio arqueológico do Sambaqui Cabeçudas, este número pode ser ainda maior, contando os avanços e puxados. Outras dez casas em áreas de alto risco de destruição do Sambaqui entre as ruas do Casqueiro e Rua Cesar Nascimento.</p>	
<b>CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS:</b>	
<p>1. O sítio localizado no endereço anteriormente citado é denominado Sambaqui Cabeçudas possui aproximadamente 2ha, tendo seu flanco Sul/Leste a parte mais em risco pelo avanço de habitações. Fazendo parte dele também existem oficinas líticas.</p> <p>2. A presente vistoria foi realizada por intermédio da observação e de conversas com a comunidade. Para termos segurança devemos buscar junto a prefeitura o cadastro de registro das casas nos locais ditos de risco e de altíssimo risco.</p> <p>3. Indispensável se faz registrar a legislação pertinente e específica.</p> <p>3.1 - A primeira é a Lei Federal nº. 3924/61, cujo artigo 5º prevê, expressamente: "Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas lei penais".</p> <p>3.2. A segunda referência cabível é da Lei Federal nº 9.605/98, denominada como Lei de Crimes Ambientais, cujo artigo 64 prevê, expressamente: "Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida."</p> <p>4. Solicita-se o encaminhamento da cópia deste relatório de vistoria à Fundação Lagunense de Meio Ambiente e outras secretarias cabíveis, para que seus representantes e</p>	

RELATÓRIO DE VISTORIA Laguna/SC	
Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC	
ATIVIDADE:	VISTORIA
DATA - Vistoria:	24.09.2012
COND. CLIMA:	TEMPO LIMPO
NÚMERO RELATÓRIO	
001/2012	

responsáveis tomem conhecimento que a área não é edificável, bem como não emitam autorizações de construção e habite-se para a referida área, em atendimento as leis de proteção ao patrimônio arqueológico.

5. Cabe ressaltar que qualquer ato que importe em dano, mutilação ou destruição desse sítio, de acordo com a previsão legal, acima listada, é considerada crime ambiental, conforme estabelecido nos artigos 62, 63 e 64 da Lei Federal no 9.605/98.

6. Pela importância e riqueza do sítio recomenda-se uma ação de desocupação da área e a execução de cercamento como medida de proteção, conforme mapa abaixo.

Ana Paula Cittadin  
Arquiteta Mat.1522724

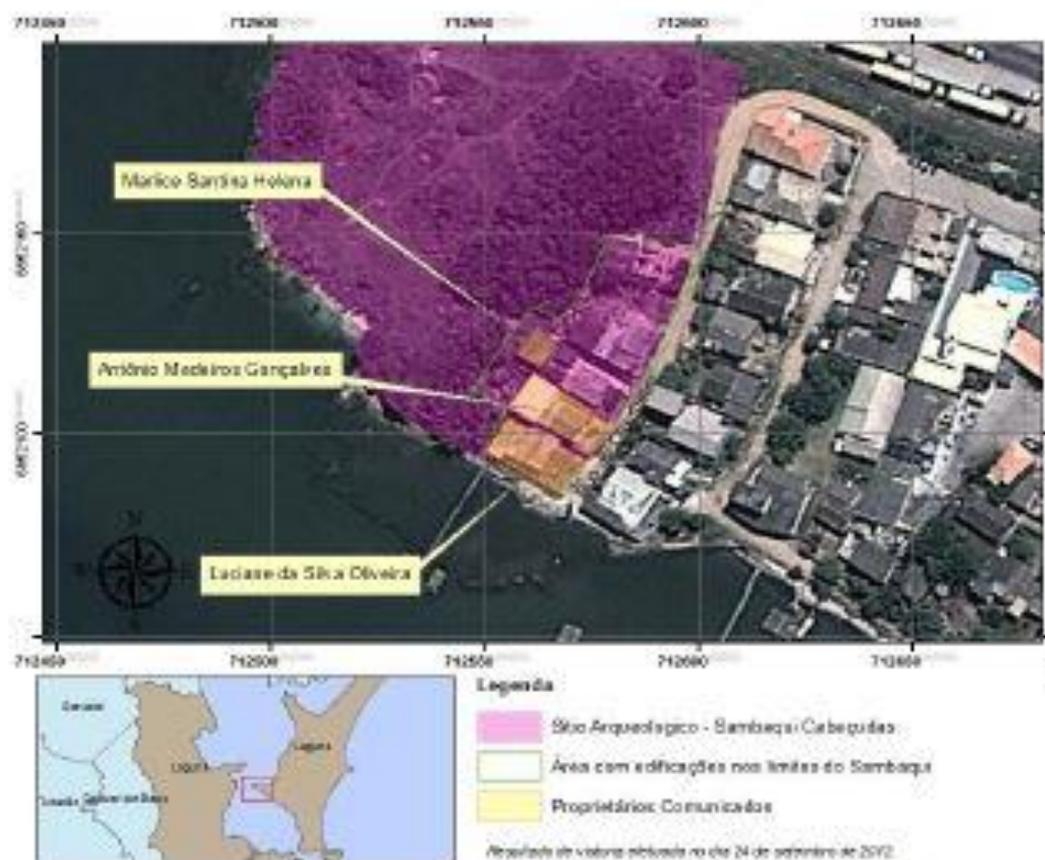
Vladimir Fernando Stello  
Arquiteto Mat.1096986

Alexandro Demathé  
Arqueólogo/Historiador-Pep

Escritório Técnico de Laguna IPHAN/SC

#### REGISTRO FOTOGRÁFICO:

#### Construções Irregulares nos limites do Sambaqui Cabeçadas



Construções irregulares nos limites do Sambaqui Cabeçadas

RELATÓRIO DE VISTORIA Laguna/SC		NÚMERO RELATÓRIO
Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional		001/2012
Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC		
ATIVIDADE:	VISTORIA	
DATA - Vistoria:	24.09.2012	
COND. CLIMA:	TEMPO LIMPO	

Área para desocupação do sambaqui Cabeçadas 01  
Localidade de Cabeçadas - Laguna SC



Área proposta para desocupação e cercamento

RELATÓRIO DE VISTORIA Laguna/SC	
Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC	
ATIVIDADE:	VISTORIA
DATA- Vistoria:	24.09.2012
COND. CLIMA:	TEMPO LIMPO
NÚMERO RELATÓRIO	
001/2012	



Propriedade de Marlice Sanfini Helena



Propriedade de Marlice Sanfini Helena, mostrando avanço de ocupação com horta.

RELATÓRIO DE VISTORIA Laguna/SC		NÚMERO RELATÓRIO
Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional		
Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC		001/2012
ATIVIDADE:	VISTORIA	
DATA- Vistoria:	24.09.2012	
COND. CLIMA:	TEMPO LIMPO	



Propriedade de Antônio Medeiros Gonçalves



Propriedade de Antônio Medeiros Gonçalves

RELATÓRIO DE VISTORIA Laguna/SC		NÚMERO RELATÓRIO
Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional		001/2012
Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC		
ATIVIDADE:	VISTORIA	
DATA - Vistoria:	24.09.2012	
COND. CLIMA:	TEMPO LIMPO	



Propriedade de Luciane da Silva Oliveira



Propriedade de Luciane da Silva Oliveira

RELATÓRIO DE VISTORIA Laguna/SC	
Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC	
ATIVIDADE:	VISTORIA
DATA - Vistoria:	24.09.2012
COND. CLIMA:	TEMPO LIMPO
NÚMERO RELATÓRIO  001/2012	



Proprietário não identificado com construção sobre oficina ífca



Muro de residência sobre oficina ífca

**ANEXO 2 - Cessão gratuita de direitos de depoimento oral.**



### CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Bailina Fernandes Lima,  
CPF: 005 872 489-39 RG: 587.500, emitido pelo(a): SSP  
domiciliado/residente em: Rua Antônio João Maria, 98  
Bairro: Calvezada - Laguna SC 88790 000

**declaro ceder à pesquisadora:** Bruna Cataneo Zamparetti, CPF: 077.505.779-71, RG: 5032633, emitido pelo(a): SSPSC, domiciliado/residente em Rua Danil Thomaz de Oliveira – 125, Bloco C, apto 304. Bairro Santo André, Capivari de Baixo/SC, CEP: 88745-000, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora/entrevistadora aqui referida**, na cidade de Laguna, Santa Catarina, em 23/06/2014, **como subsídio à construção de sua Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina**. A pesquisadora acima citada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Local e Data:

Laguna, 19 de julho de 2014

Bailina F. Lima

(assinatura do entrevistado/depoente)



### CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Luene Nunes Deliciana,  
CPF: 594.444.459-94 RG: 4.564.553, emitido pelo(a): S.SP  
domiciliado/residente em: Rua Giselda Torres, #34, Boqueirão, Laguna-SC  
cep: 88790-000

**declaro ceder à pesquisadora:** Bruna Cataneo Zamparetti, CPF: 077.505.779-71, RG: 5032633, emitido pelo(a): SSPSC, domiciliado/residente em Rua Danil Thomaz de Oliveira – 125, Bloco C, apto 304. Bairro Santo André, Capivari de Baixo/SC, CEP: 88745-000, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora/entrevistadora aqui referida**, na cidade de Laguna, Santa Catarina, em 29/05/2014, **como subsídio à construção de sua Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina**. A pesquisadora acima citada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Local e Data:

Laguna, 19 de julho de 2014

(assinatura do entrevistado/depoente)



### CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Maurício Teixeira Henrique,  
CPF: 009.212.809/20 RG: 2.382.638.0 emitido pelo(a): SSP  
domiciliado/residente em: Giocundo Lessa 678, Baleçada Laguna  
S/C 88790000

**declaro ceder à pesquisadora:** Bruna Cataneo Zamparetti, CPF: 077.505.779-71, RG: 5032633, emitido pelo(a): SSPSC, domiciliado/residente em Rua Danil Thomaz de Oliveira – 125, Bloco C, apto 304. Bairro Santo André, Capivari de Baixo/SC, CEP: 88745-000, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora/entrevistadora aqui referida, na cidade de Laguna, Santa Catarina, em 29/05/2014, como subsídio à construção de sua Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.** A pesquisadora acima citada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Local e Data:

Laguna, 19 de julho de 2014

Maurício Teixeira Henrique  
(assinatura do entrevistado/depoente)



### CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu A. Tamar de Oliveira Quirino,  
CPF: 007.902.819-53 RG: 772.970, emitido pelo(a): SSPSC  
domiciliado/residente em: Rua Giocondo Tasso, nº 578, Bairro Cabeçuda,  
Laguna/SC, CEP: 88730-000

**declaro ceder à pesquisadora:** Bruna Cataneo Zamparetti, CPF: 077.505.779-71, RG: 5032633, emitido pelo(a): SSPSC, domiciliado/residente em Rua Danil Thomaz de Oliveira – 125, Bloco C, apto 304. Bairro Santo André, Capivari de Baixo/SC, CEP: 88745-000, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora/entrevistadora aqui referida**, na cidade de Laguna, Santa Catarina, em 23/06/2014, **como subsídio à construção de sua Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina**. A pesquisadora acima citada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Local e Data:

Laguna, 19 de julho de 2014

A. Tamar de Oliveira Quirino  
(assinatura do entrevistado/depoente)



### CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Telma Aquirino Barreiros,  
CPF: 070770769-20 RG: 110.173, emitido pelo(a): SSP - SC,  
domiciliado/residente em: Cabeçuda, Gioconda Tasso 568,  
Bairro Cabeçuda, Laguna/SC, CEP=88790-000

**declaro ceder à pesquisadora:** Bruna Cataneo Zamparetti, CPF: 077.505.779-71, RG: 5032633, emitido pelo(a): SSPSC, domiciliado/residente em Rua Danil Thomaz de Oliveira – 125, Bloco C, apto 304. Bairro Santo André, Capivari de Baixo/SC, CEP: 88745-000, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora/entrevistadora aqui referida**, na cidade de Laguna, Santa Catarina, em 23/06/2014, **como subsídio à construção de sua Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina**. A pesquisadora acima citada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Local e Data:

Laguna, 19 de julho de 2014.

Telma Aquirino Barreiros  
(assinatura do entrevistado/depoente)